

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1935

PELO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Getúlio Dornelles Vargas



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1935

Brazil, Presidente.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

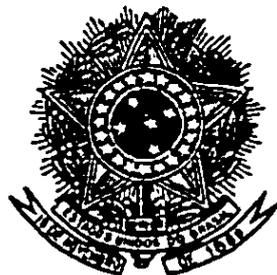
PODER LEGISLATIVO

EM 3 DE MAIO DE 1935

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Getulio Dornelles Vargas



RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1935

INTRODUÇÃO

**SENHORES
CONGRESSISTAS**

Em obediência ao preceito constitucional, venho submeter ao vosso conhecimento, como legítimos e autorizados representantes da Nação, que sois, os atos e realizações do Poder Executivo, no decorrer do primeiro período legal do Governo instituído pela Constituição de 16 de julho de 1934.

Diante do novo Poder Legislativo que inaugura os seus trabalhos, após a reunião da Constituinte, e que deverá acompanhar este Governo até o encerramento do atual quatriênio, cumpre-me manifestar inicialmente, associando-os às homenagens do meu respeito e alta consideração, os sinceros desejos que me animam de, na esfera das minhas atribuições e em estreita colaboração com os demais poderes da República, continuar a trabalhar devotadamente pelo progresso do país.

Tenho a firme convicção de que, acima das competições particularistas e sobrepondo-se à exacerbação das paixões políticas, ha sempre, para a atividade dos homens que procuram dedicar-se ao bem comum, vasto campo de ação construtora, onde os esforços honestos se podem unir, e os sentimentos de são

patriotismo podem confraternizar, em benefício do engrandecimento moral e material da Nação.

Aos depositarios de qualquer parcela de responsabilidade na marcha dos negocios publicos cabe, neste momento de profunda e geral conturbação, contribuir de forma eficiente para a normalização definitiva da vida nacional, tão abalada nos ultimos tempos por acontecimentos de intensa repercussão na ordem politica e financeira.

Vamos desenvolver decisivos esforços para bem interpretar e cumprir a Constituição, observando as suas evidentes vantagens e os seus defeitos inevitaveis, afim de que, no decurso do tempo, melhor se possam aproveitar aquelas e corrigir estes.

Seria preferivel certamente que a nova Constituição fosse mais simples e clara na sua nomenclatura, traçando apenas as linhas gerais do regime e deixando ao Legislativo ordinario a elaboração das leis organicas. Infelizmente, assim não aconteceu.

A Constituição reflete a diversidade das correntes ideologicas que se entrechocaram no momento, as varias cambiantes da opinião nacional, muitas vezes dispare e, não raro, pontos de vista puramente individuais. Daí o vemos incluidas na rigidez dos textos constitucionais disposições que ficariam melhor aproveitadas nas leis ordinarias e até em simples regulamentos.

Só a pratica poderá autorizar um juizo seguro e definitivo sobre a nova organização constitucional. Todo julgamento será, por enquanto, prematuro. A Constituição, entretanto, não imitou, não é copia servil, feita em grosso, de qualquer outra.

Representa, sim, um tipo mixto, de transição, na época que atravessamos. Si for necessario dar-lhe individuação entre os modelos em voga, tenhamos a coragem de dizer que ela, com todos os seus defeitos, é bem nossa, é brasileira.

O primeiro Congresso Legislativo contraíu responsabilidades especiais com o regime iniciado.

O trabalho da Constituinte de 1934 se processou normalmente. Contribuiu para isso o ambiente de garantias estabelecido para o desenvolvimento regular de todas as fases do pleito, em que foram escolhidos os representantes da Nação.

Entregando o alistamento ao Poder Judiciario, assegurando em toda sua plenitude o direito do voto, confiando sua apuração e o reconhecimento dos eleitos a tribunais permanentes, organizados com a participação dos tribunais judiciais, garantindo a representação proporcional e estimulando, em consequencia, a formação dos partidos, pôde o Governo Provisorio tornar efetivo no Brasil o sistema representativo, que até então não passara de simples arremedo, abastardado por longos anos de insinceridade politica.

Agindo como agiu, o Governo Provisorio visava apenas construir solidamente os alicerces do novo regime. Não interferiu na eleição, nem nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que, oriunda da livre manifestação da vontade do povo brasileiro, livremente escolheu os seus dirigentes. Si, na Constituição que elaborou, é possível encontrar vestígios da colaboração dos órgãos administrativos e politicos do Estado, que lhe comunicaram sua

experiencia, nela não se perceberá, entretanto, qualquer indicio de imposição. Prova-o a maneira por que foi fortalecido o proprio Poder Legislativo.

Em face das garantias de independencia que lhe foram conferidas, o Poder Legislativo adquiriu excepcional importancia no novo sistema constitucional. Póde-se dizer que decorre das suas deliberações toda a organização institucional do país. E' o arbitro da necessidade da guerra ou da conveniencia da paz, dos choques entre o Governo e o povo, quando autoriza ou nega o estado de sitio, da oportunidade de determinados casos de intervenção. Limitado apenas pelas exigencias constitucionais, incumbe-lhe, em resumo, estruturar o Estado e a sociedade.

Por outro lado, o Senado Federal surge renovado e capaz de reagir contra os vicios que o tomaram passivo e inoperante na vigencia da Constituição de 91. Controla o Poder Executivo no seu arbitrio, que a experiencia revelou perigoso; tempera os riscos das flutuações proprias das assembléias eleitas por curto prazo e imprime á vida administrativa a continuidade de que sempre careceu.

Da atuação sábia e patriótica do Poder Legislativo, representado pelos órgãos que o encarnam, dependem, portanto, no mais alto grau, a eficiencia da Constituição de 16 de julho, de que o Poder Executivo é guarda, e a propria sorte do regime democratico por ela instituido, devendo as suas reciprocas relações desenvolver-se, por isso, dentro do mais largo e perfeito espirito de cooperação.

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS
INTERIORES

Posta em vigor a Constituição Federal, coube ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores a tarefa de orientar a aplicação inicial dos novos textos constitucionais.

Tornou-se necessario, inicialmente, definir a situação legal dos Interventores Federais e a extensão de seus poderes. Assim se fez, expedindo-se instruções no sentido de que os Estados continuassem submetidos ao regime criado pelo decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, aprovado pela Constituição e, por este motivo, considerado em vigor em tudo quanto não colidisse com os preceitos nela estatuidos.

O Governo Provisorio, pelo decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, dissolvera o Legislativo e o Executivo locais e organizara, nos Estados e Municipios, um governo descentralizado, mas não autonomo. Foi esse o regime que as referidas instruções declararam subsistentes, até que, dentro do prazo fixado pelo art. 3º das Disposições Transitorias da Constituição, os Estados decretassem as respectivas constituições.

As atribuições dos Interventores, dos Conselhos Consultivos e dos Prefeitos permaneceram tais como as definira o decreto n. 20.348, de 29 de agosto de 1931, cessando, porém, as faculdades legislativas e executivas direta ou indiretamente vedadas pela Constituição. Também se esclareceu que, em consequência da solução acima, ficariam em vigor os arts. 33 e 34 do citado decreto n. 20.348, que facultam recursos das decisões dos Interventores para o Presidente da Republica.

O Ministerio se manteve, a seguir, em contacto constante com as altas autoridades estaduais, respondendo a todas as consultas feitas sobre a situação criada pela nova Constituição.

AS ELEIÇÕES DE 14 DE OUTUBRO DE 1934

Aproximando-se a data fixada para as eleições gerais, destinadas á constituição da nova Camara Federal, das Assembléias Constituintes dos Estados, e da Camara Municipal do Distrito Federal, não se pouparam esforços para facilitar o alistamento de eleitores e assegurar, no decorrer do pleito, a manutenção da ordem publica, e bem assim o máximo respeito á liberdade e verdade do voto.

De ordem administrativa, foram tomadas as seguintes providencias:

— os Interventores ficaram autorizados a adiantar os gastos necessarios á aquisição de ma-

terial e á instalação dos juizos e tribunais eleitorais;

— os tribunais eleitorais ficaram desde logo autorizados a admitir funcionarios extranumerarios;

— encomendaram-se 450 urnas de aço para as eleições do Distrito Federal.

De ordem politica, foram expedidas instruções, determinando:

— que a força publica dos Estados fosse posta á disposição dos tribunais eleitorais, com a devida antecedencia em relação ao dia do pleito;

— que se tomassem todas as providencias necessarias para assegurar a mais ampla liberdade do pleito.

O Ministerio da Justiça prestou, tambem, toda a assistencia, no que dependia de sua alçada, ao Superior Tribunal Eleitoral solicitando, frequentes vezes, sua decisão soberana sobre assuntos tendentes a orientar o pleito, tais, por exemplo, os relativos ás impugnações de inscrições eleitorais em massa, á fórmula de apuração por turnos, etc.

A's eleições precedeu larga campanha de propaganda, desenvolvida pelos partidos. Esse periodo pre-eleitoral não decorreu isento de incidentes. Nem era de esperar que o fosse, dado o choque natural das paixões politicas em luta. Entretanto, todos os fatos levados ao conhecimento do Governo Federal foram regularmente apurados e esclarecidos, ouvindo-se os Interventores e entregando-se á juris-

dição dos tribunais comuns ou eleitorais os responsáveis pela violação da lei. Aos Estados, onde a luta eleitoral foi mais intensa, o Governo Federal enviou observadores de sua confiança, cuja ação muito contribuiu para a solução pacífica dos poucos incidentes verificados.

ALISTAMENTO ELEITORAL

A confiança inspirada pelo novo regime eleitoral que a Revolução vencedora criou, bem como as providencias postas em pratica para incrementar o alistamento, deram, póde dizer-se, nova feição á vida politica brasileira.

São eloquentes os dados que se seguem sobre o numero de eleitores inscritos, conforme estatística organizada pelo Ministerio.

	Eleitores
Acre.....	5.310
Amazonas.....	10.026
Maranhão.....	45.658
Ceará.....	79.445
Sergipe.....	45.644
Goiaz.....	33.691
Piauí (*)	40.959
Santa Catarina.....	88.830
Espirito Santo.....	51.923
Distrito Federal.....	136.085
Estado do Rio de Janeiro.....	158.208
Paraná.....	64.208
Mato Grosso.....	21.855
Rio Grande do Norte.....	47.702

(*) Falta um Municipio.

	Eleitores
Paraíba.....	51.412
Baía.....	189.011
Rio Grande do Sul.....	327.267
Pernambuco.....	123.474
Pará.....	49.513
Alagoas.....	34.760
Minas Gerais.....	539.568
São Paulo.....	538.729
Total.....	2.683.278

O comparecimento ás urnas atingiu a cerca de 85 % do alistamento, o que representa quociente apreciavel.

Torna-se, todavia, evidente que somente depois de possuir numero de inscrições eleitorais proporcional á sua população poderá o país conduzir sua vida politica dentro de novas e fecundas diretrizes ideologicas, através de organizações partidarias capazes de coordenar e canalizar as diversas correntes de opinião.

REALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

As eleições de 14 de outubro de 1934 decorreram em perfeita ordem.

O Governo Federal acompanhou o desenvolvimento do pleito, mantendo-se em contacto direto com o governo dos Estados e com os tribunais eleitorais locais. As oposições elegeram livremente os seus representantes. Em alguns Estados, a liberdade do voto foi amparada por decisões de caracter preventivo, tomadas pelo Egregio Superior

Tribunal, que deliberou fazê-las cumprir, em varios casos, por força federal requisitada ao Ministerio da Guerra, por intermedio do Ministerio da Justiça.

JUSTIÇA ELEITORAL

Havendo reconhecido o Superior Tribunal Eleitoral existir incompatibilidade entre as funções de juiz eleitoral e de procurador eleitoral, competia ao Governo o provimento de todos os cargos vagos, pois que, segundo norma geral, os procuradores eram escolhidos, antes da decisão, entre os juizes dos respectivos tribunais.

As nomeações foram feitas com carater de interinidade. Junto ao Tribunal Superior foi nomeado o Dr. A. de Sampaio Doria, professor da Universidade de São Paulo, hoje substituido pelo Dr. Armando Prado, e para o Tribunal Regional do Distrito Federal, o prof. Haroldo Valladão, hoje substituido pelo Dr. Silveira Mello. Concomitantemente, enviou o Governo um projeto de lei á Camara, relativo ás funções e aos vencimentos dos procuradores, projeto que foi convertido em lei, com exceção da parte referente á fórmula de nomeação, vetada pelo Poder Executivo. Aguarda-se, agora, a decisão do véto, para o provimento efetivo dos cargos.

A experiencia demonstrou, a par das vantagens do regime eleitoral vigente, os seus defeitos. Entre

estes sobressai o decorrente da demora no processo de apuração das eleições e julgamento dos recursos eleitorais. Basta dizer-se que, em sete meses — de outubro de 1934 a maio de 1935, está ainda por findar o processo das eleições gerais.

Era preciso, pois, cuidar-se de uma reforma da lei eleitoral, ou, melhor, da organização de um Código Eleitoral que, aperfeiçoando as vantagens colhidas, procurasse, ao mesmo tempo, corrigir os defeitos revelados pela prática anterior. Para tanto, constituiu a Câmara dos Deputados uma comissão especial, junto á qual trabalhou o prof. Sampaio Doria, então consultor técnico do Ministério da Justiça, elaborando-se o trabalho que foi logo depois convertido em lei.

EXECUÇÃO DE DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal, entre outras inovações, consagrou o principio salutar da unificação das leis de processo.

Cumpria, assim, ao Governo dar imediata execução ao disposto no art. 11 das Disposições Transitorias. Desde logo surgiu um obstaculo: — a exiguidade do prazo de tres meses, expressamente imposto pelo texto constitucional, para a elaboração dos dois projetos, o do Código de Processo Penal e o de Processo Civil e Comercial. E' evidente que trabalhos de tamanho vulto não po-

deriam ser preparados em prazo tão exiguo, devendo notar-se, ainda, que ás comissões nomeadas incumbia ouvir as congregações das Faculdades de Direito, as Côrtes de Apelação dos Estados e os Institutos de Advogados. Logo no inicio de seus trabalhos, as duas comissões debateram o assunto, concluindo pela impossibilidade material de dar cumprimento estrito ao citado dispositivo constitucional.

CODIGO DE PROCESSO PENAL

A comissão incumbida de elaborar o projeto desse código ficou assim constituída: ministros Antonio Bento de Faria e Plinio Casado, membros da Côrte Suprema, e Dr. Luiz Barbosa da Gama Cerqueira, professor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Em instruções que baixou, o titular da pasta pôs ás ordens da comissão os funcionarios e o material necessarios, franquia telegrafica, etc., autorizando, outrossim, a colabração dos juristas que a mesma comissão entendesse convidar. Foram convidados, para esse fim, os Drs. Melciades Mario de Sá Freire, Astolpho Rezende, Candido de Oliveira Filho, Miranda Valverde, Haroldo Valladão, Magarino Torres, Mario Bulhões Pedreira, Carlos Maxímiliano e Fernando Antunes. O Ministro da Justiça presidiu pessoalmente todas as reuniões da comissão, e o projeto, já elaborado, vem recebendo redação final.

CODIGO DE PROCESSO CIVIL E COMERCIAL

Constituem a comissão incumbida de elaborar o respectivo projeto os ministros Arthur Ribeiro de Oliveira e João Martins de Carvalho Mourão, membros da Côrte Suprema, e o Dr. Levi Carneiro. As mesmas instruções baixadas para a comissão anterior a esta foram aplicadas. Infelizmente, porém, as reuniões desta comissão teem sido menos frequentes devido a impedimentos justificados de alguns de seus dignos componentes. E' seu proposito, entretanto, intensificar os trabalhos, visando terminar, dentro do mais breve prazo possivel, a elaboração do projeto.

**CODIGO DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIARIA DO DISTRITO FEDERAL**

As alterações introduzidas pela Constituição de 16 de julho, na organização da Justiça, tomaram indispensavel a reforma da Justiça local do Distrito Federal.

Deliberou-se, por isso, nomear uma comissão para o estudo da materia, atribuindo-lhe, tambem, o encargo de consolidar as disposições legais vigentes. A comissão assim ficou formada : desembargador Cesario da Silva Pereira, atual presidente da Côrte de Apelação do Distrito, Dr. Philadelpho Azevedo, procurador geral, juiz Dr. Candido Mesquita da Cunha Lobo, advogado, Dr. Astolpho Vieira de Rezende e escrivão Elmano Gomes Cardim. Já foi entregue ao titular da pasta da Justiça o projeto de Co-

digo de Organização Judiciária do Distrito Federal. Para enviá-lo ao Poder Legislativo, o Governo aguarda uma reunião conjunta dessa comissão e da que elaborou o projeto de Código de Processo Penal, afim de serem os dois projetos postos em concordância e sistematizados.

OUTRAS COMISSÕES

Por ato de 10 de setembro de 1934, o Governo nomeou uma comissão especial, com a incumbência de orientar o estudo e a divulgação de nosso novo estatuto político, de acôrdo com disposição expressa do art. 25 das Disposições Transitorias.

A nomeação recaiu nos Srs. profs. Sampaio Doria, Candido de Oliveira Filho e Haroldo Valladão e Drs. Teodoro Ramos e Antonio de Alcantara Machado, os quais já concluíram o seu trabalho, entregando o respectivo relatório ao Ministro da Justiça, para a devida execução.

Por ato da mesma data, foram nomeados os Drs. Sampaio Doria, por este Ministerio, Oscar Bormann, pelo Ministerio da Fazenda, e Luiz Pereira Simões, pela Interventoria do Distrito Federal, afim de, em comissão, sugerirem ao Governo a melhor forma de se executar a transferencia, da União para o Distrito, dos serviços locais, que, por força da Constituição, a este foram atribuídos. A comissão já apresentou seu relatório, que vai ser submetido ao estudo do Ministerio da Fazenda e da Prefeitura Municipal.

SISTEMA PENITENCIARIO

É premente a necessidade de se criar um regime penitenciario uniforme no país, orientado por um órgão central. Para tanto, faz-se preciso enfrentar desde logo o problema, mais premente ainda, das prisões do Distrito Federal, sabido como é que as Casas de Detenção e Correção estão em condições de lamentavel atraso. Cuida o Ministerio da Justiça, presentemente, da solução desse problema, contando com os recursos que lhe advirão do "selo penitenciario", instituido pelo decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934, em vias de ser regulamentado.

ORDEM PUBLICA

Apesar da intensidade da ação politica desenvolvida pelos partidos em todo o territorio nacional, com a entrada em vigor da nova Constituição, a ordem publica manteve-se inalterada.

Afim de evitar surtos extremistas, de qualquer natureza, a Camara dos Deputados, cuja legislatura acaba de findar, completou falhas sensiveis de nossa legislação penal, elaborando e aprovando a chamada "Lei de segurança". Essa lei segue os moldes da legislação moderna, adotada por toda parte sobre o assunto, e faculta, sempre sob a ação fiscalizadora do poder judiciario, a defesa do Estado. Ajustada aos preceitos da propria Constituição da Republica, está longe de ser uma lei de opressão. Visa apenas garantir a defesa da ordem politica e social.

SECRETARIA DE ESTADO

Os serviços da Secretaria de Estado correram de fôrma satisfatória, como se poderá verificar pelas informações que se seguem.

Diretoria de Contabilidade — O orçamento da despesa do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, que baixou com o decreto do Governo Provisorio n. 24.167, de 25 de abril de 1934, art. 3º, para o exercicio de 1934-1935, compreendendo, de acôrdo com o decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933, o periodo de 1º de abril de 1934 a 31 de março de 1935, consignou creditos, nos seguintes totais:

Despesa fixa.....	60.748:110\$200
Despesa variavel.....	34.749:946\$500
	<hr/>
	95.498:056\$700

Para o trimestre de 1º de janeiro a 31 de março de 1934, considerado adicional ao exercicio de 1933, pelo decreto n. 23.150, foi aberto a este Ministerio o credito suplementar de 29.232:165\$700 por força do decreto n. 23.772, de 20 de janeiro de 1934.

Promulgada a Constituição, foram, pelo decreto n. 52, de 11 de setembro de 1934, declarados sem aplicação os creditos orçamentarios constantes do decreto n. 24.167, os quais se destinavam ao periodo de 1º de janeiro a 31 de março de 1935, atendendo a que disposições constitucionais, referentes ao orçamento, fizeram coincidir o ano financeiro com o ano civil.

Ao orçamento para 1934 foram abertos créditos suplementares pelos decretos seguintes:

— Decreto n. 24.350, de 6 de junho de 1934 — 3.620:000\$, complementar á sub-consignação n. 35 —

“Para atender ás despesas com diligencias de carater reservado etc.”, da rubrica “Pessoal” da verba n. 6

— Policia Civil do Distrito Federal;

— Decreto n. 190, de 31 de dezembro de 1934 — 303:361\$100, para atender a diversas despesas da Camara dos Deputados.

Verificou-se ainda a insuficiencia de alguns créditos orçamentarios, pelo que, no aviso n. 2.235, de 3 de dezembro de 1934, solicitaram-se providencias ao Ministerio da Fazenda, no sentido de serem concedidos os seguintes créditos suplementares:

I — Escola Quinze de Novembro...	79:838\$000
II — Instituto Sete de Setembro....	20:000\$000
Verba n. 6 — Policia do Distrito Federal.....	450:000\$000
Verba n. 7 — Policia Militar do Distrito Federal.....	20:970\$000
Verba n. 8 — Casa de Detenção.....	35:000\$000
Total	<u>605:808\$000</u>

Foram tambem abertos a este Ministerio, durante o ano de 1934, os créditos adicionais constantes dos decretos seguintes:

— Decreto n. 23.706, de 8 de janeiro de 1934 — Credito extraordinario de 250:000\$, sendo 100:000\$ para o Comando da 3ª Região Militar, no

Estado do Rio Grande do Sul, atender ás despesas extraordinarias com a vigilancia da fronteira, e o restante para auxiliar os flagelados pelas enchentes ocorridas nos Estados do Espirito Santo e Minas Gerais;

— Decreto n. 24.071, de 2 de abril de 1934 —
Credito especial de 3.645:674\$, para o pagamento de subsidio dos deputados e outras despesas da Assembléia Nacional Constituinte, no 2º semestre de 1934;

— Decreto n. 24.197, de 7 de maio de 1934 —
Credito especial de 24:000\$, para pagamento de ajuda de custo a novos deputados á Assembléia Nacional Constituinte, no exercicio de 1934;

— Decreto n. 24.227, de 12 de maio de 1934, art. 13 —
Credito especial de 660:444\$400, para pagamento de diferença de vencimentos, no periodo de 10 de maio a 31 de dezembro de 1934, aos membros do Ministerio Publico do Distrito Federal, em virtude do mesmo decreto;

— Decreto n. 24.228, de 12 de maio de 1934 —
Credito especial de 32:000\$, para pagamento dos vencimentos, no periodo de 10 de maio a 31 de dezembro de 1934, do substituto do juiz de Menores, cargo criado pelo mesmo decreto;

— Decreto n. 24.327, de 4 de junho de 1934 —
Credito especial de 330:000\$, para cumprimento do disposto no art. 1º, alinea d, do decreto n. 20.902 A, de 31 de dezembro de 1931, e art. 1º do decreto

n. 21.152, de 14 de março de 1932 (Departamento Oficial de Publicidade da Imprensa Nacional);

— Decreto n. 24.372, de 11 de junho de 1934

— Credito especial de 100:000\$, para construção do Mausoléu dos Imperadores do Brasil, na Catedral de Petropolis;

— Decreto n. 24.452, de 22 de junho de 1934

— Credito especial de 2.000:000\$, para construção do edificio destinado á instalação da Secretaria de Estado, tornado extensivo á construção do edificio de residencia do comandante da Policia Militar, pelo decreto n. 24.528, de 2 de julho de 1934;

— Decreto n. 24.500, de 29 de junho de 1934, art. 2º— Credito especial de 202:710\$, para atender ao pagamento de diferença de vencimentos do pessoal da Imprensa Nacional, no exercicio de 1934, em virtude do novo regulamento aprovado pelo mesmo decreto;

— Decreto n. 24.529, de 2 de julho de 1934 — Credito especial de 117:246\$300, para pagamento de diferença de vencimentos em 1931, aos ministros do Supremo Tribunal Federal;

— Decretos ns. 24.609, de 6 de julho de 1934, art. 2º, e 24.689, de 12 de julho de 1934, art. 28 — Credito especial de 110:000\$ e transferencia para o orçamento deste Ministerio do saldo dos creditos consignados para o Departamento Nacional de Estatistica, afim de se atender á despesa, de julho a dezembro de 1934, da Diretoria de Estatistica Geral;

— Decreto n. 24.706 de 12 de julho de 1934 —
— Credito especial de 453:000\$, para atender á despesa com serviços afetos ao Juizo de Menores do Distrito Federal;

— Decreto n. 24.707, de 13 de julho de 1934 —
— Credito especial de 108:000\$, para pagamento de datilografos extranumerarios para o serviço eleitoral;

— Decreto n. 24.791, de 14 de julho de 1934 —
Credito especial de 100:207\$800, para o pagamento, no periodo de 1º de julho de 1934 a 31 de março de 1935, das despesas decorrentes da criação do quadro de enfermeiros da Policia Militar;

— Decreto n. 24.795, de 14 de julho de 1934 —
— Credito especial de 244:196\$800, para pagamento de gratificação de exercicio aos oficiais do Exercito, em serviço na Policia Militar e no Corpo de Bombeiros, no periodo de 1º de janeiro de 1933 a 31 de março de 1935.

No regime constitucional, foram abertos credits adicionais pelos seguintes atos:

— Decreto n. 156, de 20 de novembro de 1934 —
Credito especial de 53:871\$, para atender ao pagamento, no periodo de 20 de julho a 31 de dezembro de 1934, da diferença do subsidio do Presidente da Republica, de acôrdo com a resolução da Assembléia Nacional Constituinte, de 14 de julho de 1934;

— Decreto n. 200, de 31 de dezembro de 1934 —
Credito especial de 65:806\$500, para pagamento

dos vencimentos dos procuradores gerais da República e do Distrito Federal, em 1934.

Em virtude da resolução constante do decreto n. 24.452, de 22 de junho de 1934, que abriu o crédito de 2.000:000\$, para a construção do edifício destinado á Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, foi aceita, após concorrência pública, a proposta da firma Bulhões Pedreira, Levy & Comp. para se encarregar dessa construção que, conforme o decreto n. 24.528, de 2 de julho de 1934, passou a compreender a do predio para a residencia do comandante da Policia Militar, atendendo a que o local escolhido era o mesmo onde se achava essa residencia, agora transferida para a avenida Oswaldo Cruz, aproveitando-se um terreno ali existente e pertencente á referida corporação.

A construção dos dois edificios foi contratada por 1.678:000\$000.

Diretoria de Justiça — Nessa Diretoria, foram assinados os seguintes atos principais:

— Decreto n. 59, de 14 de setembro de 1934, prorrogando por 60 dias o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934, relativo á matricula de jornais, periodicos e oficinas impressoras;

— Decreto n. 111, de 22 de outubro de 1934, adotando para o procurador geral do Distrito Federal, com modificações, as vestes talaes de que trata o decreto n. 24.236, de 14 de maio de 1934;

— Decreto n. 146, de 19 de novembro de 1934, prorrogando por mais 60 dias o prazo de que trata o art. 68 do decreto n. 24.776, de 14 de julho de 1934, relativo á matricula de jornais, periodicos e oficinas impressoras;

— Decreto n. 6, de 13 de novembro de 1934, fixando os vencimentos do procurador geral da Republica e do procurador geral do Distrito Federal, e dando outras providencias;

— Decreto n. 8, de 30 de novembro de 1934, providenciando sobre a dispensa de juizes das Côrtes Suprema e de Apelação do Distrito Federal, dos Estados e do Territorio do Acre, e dos juizes federais, dos serviços das mesmas, por prazo que indica, quando estejam exercendo funções de judicatura eleitoral;

— Decreto n. 13, de 29 de janeiro de 1935, estabelecendo termo essencial do prazo da prescrição previsto no art. 178, §§ 1º e 7º, n. 1, do Código Civil.

Diretoria do Interior — Entre outros atos, assinados nessa diretoria, figura o decreto n. 3, de 27 de agosto de 1934, que estende aos alunos dos estabelecimentos de ensino, oficiais, ou fiscalizados pelo Governo, a qualificação *ex-officio*. Os numerosos trabalhos de carater propriamente politico a seu cargo foram referidos na parte inicial da presente exposição.

IMPrensa NACIONAL

A receita dessa repartição tendo atingido a 4.653:915\$300, compreendido o periodo de julho a dezembro de 1934, e a despesa a 4.155:125\$900, verificou-se um saldo de 498:789\$400. Esse auspicioso resultado financeiro não impediu, entretanto, que os serviços oficiais da repartição tivessem desenvolvimento acima do normal.

A produção eleitoral, só para o pleito de 14 de outubro ultimo, atingiu a 5.260.000 impressos.

Todas as repartições publicas que se abastecem de material e que elaboram trabalhos na Imprensa Nacional foram atendidas com presteza e regularidade.

Diversas obras foram editadas pelo estabelecimento, no periodo de julho a dezembro de 1934.

Pelo decreto n. 24.327, de 4 de julho de 1934, abriu-se o credito especial de 330:000\$, para custeio da irradiação do "Programa Nacional", credito que, em virtude do decreto n. 52, de 11 de setembro proximo findo, foi reduzido a 231:000\$000. Da importancia restante applicou-se apenas a quantia de 197:442\$800, revertendo aos cofres publicos o saldo de 132:557\$200 sobre o credito primitivo e de 33:557\$200 sobre o da redução.

Os resultados desse serviço foram apreciaveis, sendo necessario, entretanto, dar-lhe uma organização nova e rigorosamente tecnica. Nesse sen-

tido, o Ministerio já tomou as necessarias providencias.

Reformada pelo decreto n. 24.500, de 29 de julho de 1934, que fez baixar o atual regulamento, teve a repartição os seus serviços inteiramente reorganizados. Conquanto essa reforma não entrasse, desde logo, em plena execução, e só ultimamente tenha sido efetivada, já se notam os efeitos benéficos do novo regime: acentuou-se o aumento da produção e os empregados trabalham em condições mais favoráveis, mercê da melhoria de suas condições.

POLICIA CIVIL

A organização da Policia Civil do Distrito Federal está hoje á altura das exigencias de uma grande cidade como é o Rio de Janeiro.

Torna-se dia a dia mais apreciavel a eficiencia das suas atividades, como órgão preventivo de defesa da ordem e segurança social.

Em julho de 1934, entrou em vigor o novo regulamento aprovado pelo decreto n. 24.531, de 2 do mesmo mês, e em virtude do qual todos os serviços policiaes passaram por uma racionalização compativel com o desenvolvimento verificado nestes ultimos tempos.

As diretorias gerais, entre as quais se dividem os serviços administrativos e auxiliares de policia, foram reorganizadas, com vantagem evidente para a administração.

A parte policial propriamente dita não sofreu alteração alguma de importancia, cabendo apenas registrar a criação de uma Delegacia Especial, anexa á Diretoria Geral de Investigações, para o fim de processar contraventores.

A Colonia Correccional dos Dois Rios, anteriormente fonte de gastos apreciaveis sem resultados compensadores, transformou-se num estabelecimento de trabalho e disciplina, e hoje atende, perfeitamente, ás suas finalidades.

POLICIA MILITAR

Merece menção o excelente estado de disciplina da Policia Militar. Toda a sua atividade se exerceu; com louvavel correção, em cumprimento da sua função de força destinada a manter a ordem, a segurança e a tranquillidade publicas.

A Policia Militar realizou diversas obras, entre as quais convem salientar:

— a de reconstrução do Quartel dos Barbonos, onde ficaram instalados o Quartel General e respectivas repartições;

— a do Quartel sito á Avenida Salvador de Sá, para melhor instalação do Regimento de Cavalaria e do Corpo de Serviços Auxiliares;

— e a do Quartel do 5º Batalhão de Infantaria, sito á praça da Harmonia, para perfeito alojamento dessa unidade.

CORPO DE BOMBEIROS

Instituição modelar, o Corpo de Bombeiros vem correspondendo á sua perfeita finalidade, embora lute com deficiencia de pessoal, pois é notorio o aumento da população do Distrito Federal e a sua disseminação por bairros afastados.

Pelo pessoal das oficinas e com o produto de economias, conseguiu inaugurar recentemente um grande pavilhão, na zona de Humaitá, com dependencias destinadas a oficinas, arrecadação, dispensa, cozinha, refeitório, etc. Esse melhoramento, de grande alcance para os fins da corporação, obedeceu ao mesmo criterio de rigorosa economia posto em pratica pelo seu atual comandante, que, desde o inicio de sua administração, se tem limitado a usar apenas as dotações orçamentarias, não recorrendo a creditos especiais.

INSTITUTOS DISCIPLINARES

São varios os melhoramentos introduzidos recentemente nesses institutos, com o fim de aumentar-lhes a capacidade e as condições de higiene e de permitir-lhes atender, com maior conforto, ao numero sempre crescente dos menores abandonados e delinquentes, no Distrito Federal.

A Escola 15 de Novembro, com lotação de 300 alunos, agasalhando atualmente 500, iniciou obras destinadas a tornar mais eficiente o serviço das oficinas.

A Escola João Luis Alves instalou um refeitório e reconstruiu a residencia dos alunos, além de haver construido uma rede de esgotos de que muito se ressentia o estabelecimento.

No Instituto 7 de Setembro foram feitas obras de restauração e acrescimo no pavilhão da Divisão Masculina, aumentando o alojamento dos guardas, e melhoradas as condições do Serviço Medico.

Sob um aspecto geral, o problema da assistencia dos menores abandonados ou delinquentes vem merecendo a maxima atenção, embora não possa ser resolvido totalmente com a rapidez desejavel. Além dos estudos de ordem legal necessarios, tambem são precisos recursos financeiros de que, no momento, não se dispõe. Não é dificil, todavia, conciliar, em tempo oportuno, as despesas resultantes da construção e manutenção das novas prisões com as decorrentes deste outro problema, imputando umas e outras ao produto do "selo penitenciario", desde que sobrevenha regular autorização legislativa.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Permanecem pacificas e inalteraveis as relações do Brasil com os demais países.

Durante o ano de 1934, não se registou qualquer acontecimento que pudesse modificar a nossa situação internacional. Todos os trabalhos e atos do Ministerio das Relações Exteriores foram rigorosamente orientados no sentido de prestigiar cada vez mais as tradicionais diretrizes da nossa politica externa, cuja observancia nos tem assegurado longo e fecundo periodo de paz.

POLITICA CONTINENTAL

A politica continental continúa a merecer especial atenção.

Praticando atos e assumindo atitudes que visam fortalecer a confiança na solução pacifica dos dissídios e desentendimentos internacionais, cooperamos decisivamente para criar um ambiente propicio á realização dos ideais de mutua assistencia e solidariedade continental. Já é possivel afirmar que os esforços comuns, empenhados nesse sentido, co-

meçam a produzir resultados de grande significação para a estabilidade da paz entre os países sul-americanos.

Ainda recentemente se chegou a uma solução sobremodo honrosa para dirimir o conflito surgido entre o Perú e a Colombia, por motivo da posse de Leticia. Em virtude da intervenção conciliadora do Brasil, assinaram os dois países vizinhos o Protocolo da Amizade, documento altamente expressivo pelos seus efeitos e repercussão internacional.

Mais uma vez devemos lamentar a continuação da guerra entre o Paraguai e a Bolivia. Todos os esforços dispendidos para pôr-lhe termo resultaram até agora infrutiferos. Não deixamos, apesar de tudo, de emprestar a nossa colaboração ás tentativas de pacificação promovidas durante o ano de 1934.

ATIVIDADE DIPLOMATICA

Os complexos problemas da vida internacional, tão agitada por acontecimentos de grande repercussão politica e economica, veem impondo ás funções diplomaticas novos rumos e processos de ação.

Atravessamos uma época de profunda conturbação, em que os interesses economicos se sobrepõem ás cogitações meramente politicas, transformados em razão suprema para as nações que procuram

readquirir o equilíbrio perdido em consequencia dos efeitos da crise mundial.

Agravando as dificuldades resultantes da depressão dos negocios, do retraimento das exportações e importações, surgem as medidas de represalia aduaneira, as preferencias e compensações no regime das trocas, obrigando cada país a permanecer em constante vigilancia em torno dos seus interesses, para não se ver preterido ou deslocado no campo da concorrência comercial.

Circunstancias tão especialissimas exigem, hoje, da diplomacia uma atuação metódica e pertinaz, desdobrada em iniciativas de caráter pratico, que devem relegar para segundo plano as obrigações de simples representação e cortesia internacional.

Estamos procurando orientar nesse sentido a atividade das nossas missões diplomaticas e chancelarias consulares.

A utilização de um aparelhamento flexível, ajustado ás realidades do momento internacional, e a coordenação dos esforços dos nossos representantes no exterior, segundo programa de ação cuidadosamente estudado, poderão concorrer, de modo decisivo, para abrir novos rumos á nossa expansão economica e melhor assegurar a defesa dos nossos interesses, no estrangeiro.

E' pela dedicação ao estudo e desenvolvimento das nossas relações comerciais com os outros

países que os agentes diplomaticos e consulares do Brasil melhor podem recomendar-se ao seu Governo.

INTERCAMBIO COMERCIAL

Continuaram, em 1934, os trabalhos de coordenação para ampliar a rede de ajustes celebrados com diversos países sobre materia de intercambio comercial.

A orientação adotada, a respeito, pelo Governo Provisorio, não foi modificada. As negociações são invariavelmente conduzidas, visando garantir, no minimo, tratamento equivalente ao dispensado aos nossos concorrentes, sem excluir a prerrogativa de, independente de qualquer concessão de nossa parte, estender aos produtos brasileiros os favores e vantagens a eles concedidos. Até 1933, foram celebrados, de acôrdo com essas normas, tratados e convenios com 31 países.

Os Serviços Comerciais do Ministerio das Relações Exteriores realizaram os estudos tecnicos necessarios á ultimação das negociações. Entre os trabalhos executados e em andamento, durante o ano findo, destacam-se os seguintes:

1. Acôrdo com a França, mediante troca de notas, no Rio de Janeiro, concluido em 11 e declarado em vigor a partir de 14 de maio de 1934. Caracteristicas principais: — Aplicação da tarifa minima aos produtos de

ambos os países, exceto para a importação, na França, de porcelanas, anilinas, tecidos de lã e de seda, carvão, trigo, papel em geral e papeis para cigarros procedentes do Brasil, e para a importação, no Brasil, de polvora, azeite de algodão, farinha de milho, geladeiras, maquinas de calcular, cal, milho em grão, lúpulo, cevada em grão e carvão, procedentes da França. O Governo francês reservou ao Brasil quotas minimas anuais, para importação dos seguintes produtos: dois milhões de sacas de café; 12 % do contingente global de bananas; para os demais produtos, quotas equivalentes, pelo menos, á média das respectivas importações no ultimo periodo do comercio normal. Duração de um ano. Decorrido esse prazo, continuará o acôrdo em vigor, com direito a denuncia, mediante aviso prévio de tres meses.

2. Tratado de comercio com os Estados Unidos da America. As negociações, começadas em fins de 1933, foram retomadas pelo Embaixador Oswaldo Aranha, em agosto de 1934. Delas resultou o acôrdo que acaba de ser assinado em Washington, a 2 de fevereiro ultimo. Características principais: — Tratamento reciproco, incondicional e ilimitado, de nação mais favorecida, com

exceção, todavia, para os produtos brasileiros de qualquer tratamento especial concedido a Cuba, zona do Canal de Panamá e ilhas Filipinas.

Redução dos direitos alfandegarios, consignados em duas tabelas anexas ao Tratado, nos Estados Unidos e no Brasil, para produtos de ambos os países. Entrada em vigor, 30 dias depois de sua proclamação pelos poderes competentes. Duração de dois anos. Decorrido esse prazo, continuará o acôrdo em vigor, com direito a denuncia, mediante aviso prévio de seis meses.

O convenio, a partir da data da sua vigencia, revogará o acôrdo assinado pelos dois países em 18 de outubro de 1923. Esse acôrdo será encaminhado oportunamente á aprovação da Camara dos Deputados. Sem essa aprovação não poderá entrar em vigor.

3. Foram iniciadas, em setembro de 1934, negociações com a Italia sobre os creditos italianos "congelados", sobre pagamentos e transferencias de numerarios, e, finalmente, para ultimação de um acôrdo comercial. Em 31 de janeiro ultimo, verificou-se a troca de notas relativas ao pagamento dos referidos creditos, como inicio dos ajustes projetados para facilitar o intercambio comercial entre os dois países.

4. Estão sendo coligidos os elementos necessários para a negociação de tratados comerciais e acôrdos financeiros com os seguintes países: Espanha, Alemanha, Grã Bretanha, Noruega e Chile.
5. Realizou-se, em 1º de fevereiro do corrente ano, a troca de notas do acôrdo entre o Brasil e a Argentina, para coordenação e cooperação em materia de defesa sanitaria.
6. Acham-se em preparação os trabalhos a serem apresentados á Conferencia Comercial Pan-Americana, que se realizará a 26 de maio proximo, em Buenos Aires.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

O serviço de demarcação e caracterização das nossas fronteiras teve, em 1934, desenvolvimento bastante apreciavel.

A Comissão Mixta incumbida desse serviço nas fronteiras com o Uruguai conseguiu resultados dignos de menção, sendo de esperar, que, dentro de pouco tempo, restem apenas por ultimar os trabalhos de cartografia e a balisagem da Lagoa-Mirim.

A demarcação da fronteira com o Paraguai tem sido retardada, em virtude do conflito do Chaco. Ainda assim, a Comissão Mixta ali destacada não ficou inativa: efetuou reconhecimentos nas ilhas

Margaridas, colocou varios marcos noutras regiões e organizou o programa a que devem obedecer os serviços de campo.

Quanto ás nossas fronteiras com a Colombia, o programa elaborado na Conferencia da Comissão Mixta, reunida em Manaus a 14 de dezembro de 1933, foi integralmente executado. No decorrer dos trabalhos inaugurou-se, nas margens do Papuri, um povoado que recebeu o nome de Mello Franco, e, nas vizinhanças dos marcos divisorios do Tiquié, a colonia indigena de São João de Irquiá. Em consequencia das verificações feitas, já ficou estabelecido que a fronteira entre o Brasil e aquele país correrá da confluencia do Pegira com o Cuiari pelo paralelo da boca do Pegira até o seu primeiro encontro com o Içana e daí pela mediana do Içana até o encontro do meridiano do Querari, descendo por esse meridiano até á confluencia do Querari com o Uaupés.

O plano do serviço a executar em 1935 está devidamente aprovado, achando-se prevista a elevação, na ilha de São José, dos novos marcos que devem caracterizar o talvegue do rio Negro, por onde correm os limites entre a Venezuela e a Colombia.

Apresentaram, por outro lado, resultados satisfatorios os trabalhos de demarcação e caracterização das nossas fronteiras com a Guiana Inglesa, iniciados em maio de 1930. Já foram demarcados

cercã de 1.500 km. Devido ao falecimento do sub-chefe da Comissão Inglesa, suspendeu-se temporariamente o serviço, que deverá ser retomado assim que a referida comissão seja reorganizada. A Comissão Brasileira continúa, entretanto, em atividade, ultimando diversos estudos e trabalhos preparatorios. E' de esperar, que, em fins de 1936, a linha fronteiriça, definitivamente caracterizada, atinja ao limite da Guiana Holandesa.

Desde 1927, vinha sendo solicitada ao Governo dos Países Baixos a designação de uma comissão para constituir a Comissão Mixta encarregada de proceder á demarcação da nossa fronteira com a Guiana Holandesa, para cumprimento do que estabelece o tratado assinado no Rio de Janeiro, a 5 de maio de 1906. Em 9 de maio de 1934, o Governo brasileiro recebeu comunicação de haver sido nomeado o vice-almirante C. C. Kayser para chefiar a Comissão Holandesa reconstituída em substituição da que, anteriormente designada, não chegara a entrar em funções. Depois das necessarias negociações e estudos, ficou assentado que ambos os governos se empenhariam na demarcação total da fronteira, devendo os trabalhos respectivos ter inicio em outubro ou novembro do presente ano.

Durante a demarcação da fronteira com a Guiana Britanica, ficou comprovado que o ponto mais setentrional do Brasil não se encontrava, como era crença geral, na junção da fronteira do

Brasil com a Venezuela e a Guiana Inglesa, isto é, no monte Roraima, a $5^{\circ}12'18'',1$ de lat. Norte. Contrariamente ao que se supunha, a fronteira brasileira acompanha o divisor das aguas Amazonas-Mazaruni, passando pelos montes Uei, Assipú, Jacontipú, Marima e outros, todos mais ao norte do Roraima. Nessas condições, o ponto geografico de maior latitude norte do Brasil fica situado na serra do Caburai ou Caburatepê, no referido divisor de aguas, entre uma das nascentes do rio Maú ou Yreng, do lado brasileiro, e a nascente do Caburai, tributario do Kukuí, do lado da Guiana Inglesa. Para fixá-lo definitivamente, levantou-se no local o marco n. 11 A. As coordenadas geograficas desse ponto são $5^{\circ}16'19'',60$ de lat. Norte e $60^{\circ}12'43'',30$ de long. Oeste Greenwich. A sua altitude é de 1.453 m.

A VISITA DO PRESIDENTE DA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Em agosto de 1934, o Brasil foi honrado com a visita do ilustre Presidente da Republica Oriental do Uruguai, Dr. Gabriel Terra. Revestiram-se de excepcional significação as homenagens prestadas ao eminente homem publico, por iniciativa das altas autoridades brasileiras. Não menos expressivo foi o acolhimento entusiastico e afetuoso que lhe dispensaram a população e os meios sociais da Capital da Republica.

O Dr. Gabriel Terra e sua Exma. familia foram oficialmente hospedados, demorando-se apenas quatro dias no Rio de Janeiro. Seguindo para São Paulo, depois de visitar a capital do Estado, permaneceu algumas semanas em Poços de Caldas, em estação de repouso e tratamento. Foram-lhe renovadas em Santos, onde embarcou de regresso a Montevideo, as homenagens que o cercaram desde o primeiro dia de sua chegada ao Brasil.

A presença do ilustre visitante proporcionou ensejo para a conclusão de diversas negociações e ajustes, cuja importancia o eminente Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Dr. Juan José Arteaga, que acompanhou o Presidente Terra ao Brasil, tão eloquentemente soube salientar no discurso pronunciado no Itamarati, a 22 de agosto, por ocasião da assinatura dos respectivos tratados.

Os atos celebrados compreendem o Tratado de Conciliação e Arbitragem Obrigatoria, o de Assistencia Judicial e o Protocolo Adicional ao Tratado de Extradicação, e demonstram, de modo inequivoco, a vontade de tornar cada vez mais solidos e duradouros os laços de estima e mutua confiança, que, de longa data, veem aproximando fraternalmente os dois países.

A PRESENÇA DO SECRETARIO DE ESTADO DA CIDADE DO VATICANO, NO BRASIL

De regresso ao Congresso Eucarístico, celebrado em Buenos Aires, honrou o Brasil com sua presença o Secretario de Estado da Cidade do Vaticano, Cardeal Eugenio Pacelli, alta e venerável figura da Igreja Católica, destacada em missão especial para a América do Sul.

O Cardeal Pacelli, na sua qualidade de Legado do Papa, foi recebido com todas as honras de Chefe de Estado. O clero brasileiro e a população católica prestaram-lhe, através de atos de grande imponência religiosa, excepcionais homenagens.

OUTROS VISITANTES ILUSTRES

Esteve no Brasil o Presidente eleito da Colômbia, Dr. Alfonso Lopes, que chefiou a Delegação do seu país à VII Conferência Internacional Americana, de Montevideo.

Visitaram-nos, também, sendo recebidos oficialmente, os altos dignitários da Igreja Católica, cardeais Jean Verdier, Arcebispo de Paris, Augusto Hlond, Arcebispo Primaz da Polónia, Manoel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, e os prelados poloneses Monsenhor Stanislaw Wojcieck, Bispo de Chelmo, e Jraol Mieczyslaw Radonski, Bispo de Wloclaweck.

Merece igualmente registo especial a vinda ao nosso país do professor Julio Szymanski, da Universidade de Wilma, e da missão de professores e universitarios argentinos, membros do Instituto de Cultura Argentino-Brasileira, de Buenos Aires, chefiada pelos ilustres professores Rodolfo Rivarola e Honorio Silgueira.

MINISTERIO DA GUERRA

O aparelhamento militar de uma nação como o Brasil, sem tradições guerreiras e cuja formação se tem operado pacificamente, dentro de um espírito de inalterável respeito aos princípios de justiça e cooperação internacional, não póde ser encarado de um ponto de vista restrito, de exclusiva preparação belica, intensiva e tecnica.

As nossas condições geograficas excepcionais, os interesses de ordem social e sobretudo o fortalecimento dos vinculos de unidade politica exigem da nossa organização militar uma atuação que transcende o campo propriamente profissional, para refletir-se nas iniciativas de carater educativo, de cultura civica e levantamento das energias morais da nacionalidade.

Foi para atender a tais objetivos que se julgou imprescindivel a criação de um órgão capaz de orientar num sentido constante e uniforme todas as medidas direta ou indiretamente ligadas aos altos interesses da segurança e integridade da nação. Esse órgão é o Conselho Superior de Segu-

rança Nacional, instituído pelo decreto n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, e mantido pela nova Constituição da República.

EXERCITO

O Exército entrou no regime constitucional executando um programa de reformas com o qual espera melhorar grandemente a sua administração e eficiência.

Durante o ano de 1934, o Estado-Maior teve a sua atenção quasi totalmente absorvida pelo estudo das providencias reclamadas pela reorganização de todos os serviços do Ministerio da Guerra. As modificações operadas por essa reorganização foram radicais, atingindo a propria estrutura das forças de terra.

As leis basicas elaboradas para execução do referido programa de reformas compreenderam: a organização geral do Ministerio da Guerra, a organização dos quadros e efetivos do Exército, o movimento dos oficiais em tempo de paz e, finalmente, a lei de promoções, considerada de necessidade urgente.

APARELHAMENTO MATERIAL

O aumento de certas dotações orçamentarias permitiu cuidar, com maior proveito, do desenvolvimento da nossa industria militar, cujas deficiencias são bastante conhecidas. Foi possível, uti-

lizando os recursos disponiveis; a instalação de algumas fabricas, que, embora ainda não estejam produzindo, ficarão aparelhadas em condições satisfatorias. Por outro lado, os estabelecimentos e oficinas existentes receberam varios aperfeiçoamentos.

Com o funcionamento regular da Escola Technica, conseguiu-se preparar pequeno numero de oficiais especializados, cujos serviços veem sendo aproveitados convenientemente. Continúa na Europa a comissão incumbida de estudar os modernos processos utilizados pelas industrias militares que mais nos possam interessar. Por motivo de economia, o numero de oficiais que a compunham foi posteriormente muito reduzido.

E' bem pouco, entretanto, o que até agora se tem feito para resolver o problema do aparelhamento material do Exercito. Afastadas quaisquer preocupações armamentistas, incompativeis com as diretrizes da nossa politica externa e até com a indole pacifista do povo brasileiro, nunca será demais insistir na necessidade de examinar cuidadosamente esse aspecto da nossa organização militar, que se relaciona, em ultima analise, com a propria existencia e manutenção dos efetivos de paz, já reduzidos ás exigencias minimas da segurança nacional. Trata-se, ainda, de satisfazer honesta e louvavel aspiração de aperfeiçoamento, capaz de produzir, como primeira consequencia, o

alheamento da tropa das cogitações sem finalidade profissional, que lhe comprometem frequentemente a coesão e disciplina.

É preciso levar em conta, também, que a solução do problema material envolve a de outros, que, embora menores, apresentam grande importância, como seja o da estagnação nos postos hierárquicos, tão prejudicial ao estímulo dos quadros, continuamente onerando os cofres públicos e exigindo providências artificiais que só servem para aumentar o número de inativos.

A criação de uma vida profissional intensa e sistematizada, capaz de permitir seleção hierárquica mais perfeita, depende igualmente dos recursos materiais do Exército. Na situação atual, até o aperfeiçoamento técnico dos oficiais resulta deficiente. Basta ponderar que, chegando o momento de aplicar os conhecimentos apreendidos nos diversos cursos, faltam-lhes os meios indispensáveis para as verificações práticas, tão proveitosas em observações e ensinamentos.

ENSINO E INSTRUÇÃO MILITAR

O ensino militar vem sendo tratado com especial interesse.

Nos trabalhos realizados, houve o cuidado de corrigir a condenável orientação seguida até agora de adaptar o ensino militar aos métodos do ensino civil. Embora integrada no plano de instrução na-

cional, a cultura militar exige processos adequados e peculiares a seus objetivos.

A instrução profissional e de aperfeiçoamento correu normalmente, de acôrdo com os recursos materiais e orientada pelos regulamentos e pelo Estado-Maior.

A Missão Francesa, apesar de gradativamente substituída por elementos brasileiros por ela mesma preparados, ainda não pôde ser dispensada. Renovou-se o respectivo contrato por mais dois anos. Foram feitos, ainda, mais dois contratos: o de oficiais do Exército dos Estados Unidos da America do Norte, para se encarregarem da instrução relativa á defesa da costa, e o de outros especialistas estrangeiros, para formação dos nossos futuros oficiais tecnicos. Dessa colaboração resultaram a criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, já funcionando proveitosamente, e a nova orientação imprimida á Escola Tecnica do Exército.

Não se descuidou, igualmente, o aparelhamento das Escolas do Exército, tanto em relação ao material de ensino como ás instalações, podendo-se dizer que, no momento atual, pouco falta para que esse problema se ache resolvido cabalmente.

A regulamentação das escolas, de acôrdo com a nova lei de ensino, está em vias de ser concluída.

Foram baixados novos regulamentos para a Escola de Estado-Maior, Escola Militar e Colegios

Militares. O funcionamento das Escolas das Armas obedeceu a novas instruções, adotadas em caráter provisorio.

Todas essas providencias resultaram da promulgação da Constituição de 16 de julho, que impôs uma revisão geral dos dispositivos da lei de ensino e regulamentos anteriormente em vigor.

Não obstante as dificuldades oriundas do insufficiente aparelhamento material, a instrução do Exército prosseguiu orientada pelos regulamentos e diretivas do Estado Maior.

Realizaram-se, em 1934, exercicios especiais de guarnição em todas as Regiões, exceto na 7ª e 8ª.

REGIÕES MILITARES

O comando das Regiões Militares está entregue a oficiais generais e os trabalhos respectivos correram normalmente.

A instrução dos quadros e da tropa constituiu, para os comandos, a principal preocupação, devendo-se a isso, em grande parte, o satisfatorio estado de disciplina em que presentemente se encontram.

A lei de quadros e efetivos fixou a organização do tempo de paz, consignando o minimo de unidades correspondentes á população e á extensão territorial do país. Essa organização permaneceu, durante o ultimo ano, desfalcada de varios elementos, devido á falta de quartéis e em virtude da escassez de recursos materiais. Cresceram, de modo apreciavel, os

encargos da tropa da 3ª, 8ª e 9ª Regiões Militares, em face do serviço de vigilância de fronteiras, realizado, durante longos meses, nos Estados do Rio Grande do Sul e do Amazonas, e, ininterruptamente, no Estado de Mato Grosso, devido aos movimentos revolucionários irrompidos na Argentina e no Uruguai, ao conflito de Leticia e á guerra do Chaco.

TRABALHOS DE ENGENHARIA

Aos trabalhos de engenharia foi imprimida nova e fecunda orientação. Iniciou-se, em 1934, vasto plano de construções, com o fim de dotar o Exército de quartéis, escolas e estabelecimentos, em condições de atender ás suas inadiáveis necessidades.

A Diretoria de Engenharia passou a superintender, diretamente ou pelos seus órgãos regionais, todas as obras projetadas e em execução.

Além dos trabalhos normais, coube-lhe dirigir os de construção de estradas, executados pelos batalhões postos, para tal fim, á sua disposição. As vantagens dessa medida são evidentes e podem ser comprovadas pelos resultados já conseguidos. Presentemente, encontram-se construindo rodovias em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, o 2º, 3º e 6º Batalhões de Engenharia. O 4º Batalhão não pôde, por falta de verba, dar inicio aos trabalhos rodoviaros que deveria executar entre Montes Claros e Contendas. O 5º e o 1º Batalhões Ferroviarios prosseguem os trabalhos iniciados em

anos anteriores e permanecem á disposição do Ministerio da Viação.

O Serviço Telegrafico do Exercito, apesar de seus sensiveis progressos, ainda não satisfaz. Resente-se, sobretudo, da falta de oficiais especializados. Com as turmas preparadas anualmente pelo Centro de Instrução de Transmissões, essa falta vai sendo atenuada, tornando-se o serviço cada dia mais eficiente.

O trafego radiotelegrafico foi intenso, em 1934. Transmitiram-se 191.476 radiogramas, num total de 8.100.479 palavras, que, taxadas a 200 réis, representariam 1.620:095\$800, quantia suficiente para custear a consignação destinada a atender ás necessidades do serviço durante o ano findo.

Nas Regiões Militares, executaram-se numerosas construções e reparações, todas dirigidas pela Diretoria de Engenharia e obedecendo a programa uniforme, traçado com os necessarios desenvolvimentos para execução gradual e continuada.

AVIAÇÃO

A aviação militar estava representada, até 1933, por um unico estabelecimento: a Escola de Aviação Militar.

O decreto n. 22.591, de 29 de março de 1933, organizou as unidades aereas em tempo de paz e deu outras providencias. Em maio do mesmo ano, foi expedido o decreto n. 22.735, que criou os Ser-

viços de Aviação e estabeleceu a ordem de urgencia a ser adotada na respectiva execução. Em virtude desses decretos, foram organizados o 1º e 5º Regimentos, os nucleos do 2º e 3º Regimentos, o Parque e Deposito Central, o Nucleo do Serviço Técnico, o Departamento Medico, o Serviço Meteorologico e tres Companhias de Preparadores de Terrenos.

Organizou-se tambem o Serviço Medico de Aviação, departamento modelar, dotado de completa e moderna aparelhagem. O curso especial de medicina de aviação funcionou regularmente, em 1934, ministrado por medicos navais já aperfeiçoados na especialidade.

Diversas obras de imediata utilidade foram executadas em 1934, compreendendo quarteis, hangares, depositos de combustiveis e postos de radios.

E' oportuno acentuar que a parte tecnica dos nossos serviços de aviação está bastante atrasada. Os dois engenheiros de aeronautica que possuimos e os mecanicos de oficinas não bastam para atender ao Parque Central e aos Parques Regimentais. E' imprescindivel a criação da Escola Tecnica de Aviação, bem como a modificação do sistema de recrutamento dos mecanicos, organizando-se um instituto para aprendizes, de acôrdo com a Lei de Ensino Militar, e no qual ingressem meninos de 12 a 14 anos.

O serviço postal aereo-militar vem sendo mantido com regularidade. Em 1934, as linhas de

trafego ampliaram-se consideravelmente, atingindo 607.820 km. de percurso, transportando-se 10.414 kg. de correspondencia, em 4.296 h. de vôo.

Os cursos da Escola de Aviação Militar se desenvolveram de modo regular, tanto os destinados aos oficiais como os de formação de sargentos. A medida adotada, obrigando os cadetes de aviação a cursar a Escola Militar, produziu bons resultados e será mantida até que a Escola de Aviação disponha de recursos para instalar os internatos que se fazem necessarios.

JUSTIÇA MILITAR

Nos ultimos tempos, absorvidos nos trabalhos de instrução intensiva, os oficiais passaram a desinteressar-se pelas questões referentes á Justiça Militar, generalizando-se mesmo a noção de que o assunto os afastava dos verdadeiros encargos profissionais.

Processou-se, nesse ambiente, a importante reforma da Justiça Militar de 1926.

A experiencia demonstrou, desde logo, os graves inconvenientes da orientação adotada, que, longe de emprestar ao novo Codigo características de justiça especial, procurou seguir, de modo muito rigoroso, os principios e praxes da Justiça Civil. A reforma procedida posteriormente obedeceu a idêntica orientação. Era evidente que também não podia satisfazer. Adotar, portanto, o novo Codigo seria reincidir no erro já reconhecido pela experiencia.

Impunha-se, porém, uma providencia imediata. Foi expedido, então, o decreto n. 24.803, de 14 de julho ultimo, com o objetivo de imprimir novos rumos á Justiça Militar, o que se procurou conseguir, aumentando o numero de ministros militares no Supremo Tribunal e obrigando os oficiais ao trato dos assuntos juridicos, mediante a criação de conselhos nos corpos, para conhecer dos casos mais simples de deserção e insubmissão.

Por outro lado, tornava-se de evidente necessidade a constituição de tribunais com representantes do proprio Exercito e organizados em carater definitivo ou provisorio, para julgar os elementos incompatibilizados com a profissão, em consecuencia de atos praticados contra a disciplina e a moral militar. Esses tribunais estão constituídos, presentemente, pelos Conselhos de Justificação. Atribuiu-se, ainda, aos grandes comandos interferencia direta nas questões disciplinares. Outras providencias complementares serão tomadas á medida que as necessidades o forem exigindo e enquanto não seja possível organizar um novo Código de Justiça Militar, em condições de atender eficientemente aos fins a que se destina.

SERVIÇO DE SAUDE

O Serviço de Saude melhorou consideravelmente, tanto sob o aspecto de suas instalações como em relação ao pessoal. Novos processos foram postos

em pratica para verificar os casos de incapacidade e manter o bom estado sanitario da tropa. Procedeu-se, tambem, á estandardizaçãõ de todo o material em uso nos hospitais.

Quanto ao pessoal de saude, o ultimo reajustamento veiu minorar sensivelmente a falta de medicos. A situaçãõ, porém, não ficará resolvida em relaçãõ aos farmaceuticos, enquanto não seja aumentado o limite da idade compulsoria.

O serviço odontologico ainda deixa muito a de-sejar. Torna-se necessario o aumento do quadro de dentistas, preenchendo-se os claros, nos primeiros postos, por concursõ. Para suprir as faltas existentes, os conselhos administrativos dos corpos deverão ser autorizados a contratar profissionais, independente das prerrogativas de oficial de patente e utilizando dotaçãõ orçamentaria especial.

A Escola de Saude preparou, em 1934, 48 medicos, 18 farmaceuticos e 17 enfermeiros, que estão sendo incluidos nas diversas unidades, de acõrdo com a respectiva classificaçãõ por merecimento intelectual.

Em relaçãõ ao material, o Depcsito Central de Material Sanitario, o Laboratorio Quimico Farmaceutico Militar e o Instituto Militar de Biologia procuraram, dentro das verbas disponiveis, suprir as diversas formações sanitarias.

Está em vespervas de inauguraçãõ o edificio para a Escola de Saude do Exercito e vai ser iniciado o

serviço de remodelação do Sanatorio Militar de Itatiaia.

O Instituto Militar de Biologia, cujos melhoramentos foram completados em 1934, é hoje um estabelecimento modelar, no genero. Foi dotado recentemente de um pavilhão para sôros e vacinas, obedecendo a todos os processos modernos, ampliando-se ainda as dependencias destinadas aos estudos de veterinaria. Esses melhoramentos concorrerão certamente para o aumento de renda, pela expansão da secção comercial, tornando possivel, em breve, a emancipação financeira do Instituto.

A Diretoria de Saude estuda as condições de asilamento para elaborar uma reforma que empreste ao atual Asilo de Invalidos da Patria organização mais racional e economica.

Foi dispensada especial atenção ás questões relativas á higiene preventiva e higiene geral, ampliando-se o serviço de vacinação contra a variola e o grupo tifico, e o combate ao mal venereo, ás verminoses e ao alcoolismo.

MINISTERIO DA MARINHA

Dentro do plano de renovação traçado pelo Governo Provisorio, a Marinha de Guerra vem empenhando os mais louvaveis esforços para melhorar o seu aparelhamento e aperfeiçoar a capacidade tecnica do seu pessoal.

Já existem indices denunciadores da fase de soerguimento e de estimulo construtivo, provocada pelas iniciativas em boa hora adotadas para colocar as nossas forças navais á altura das responsabilidades que lhes cabem na defesa e segurança do país.

A necessidade mais premente que se impõe atender é ainda a renovação da esquadra, envelhecida e sem nenhuma eficiencia do ponto de vista militar. Só um esforço continuado e pertinaz tem permitido que muitos dos navios que a compõem estejam em condições de navegar. E' de esperar que, em breve, concluidos os estudos indispensaveis e utilizando os creditos disponiveis, possa o Governo desenvolver completamente o programa que se traçou, com o fim de suprir a esquadra de unidades novas, modernas e de real valor combativo.

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

A reforma da administração naval, operada pelo decreto n. 24.581, de 5 de junho de 1934, subordinou ao Estado-Maior da Armada a esquadra, a força aérea, a Escola de Guerra Naval e o Corpo de Fuzileiros Navais. Essa providencia foi considerada grandemente vantajosa para os estudos e trabalhos atribuidos ao Estado-Maior, como órgão orientador das atividades da Marinha.

No intuito de uniformizar as comunicações e conferir maior estímulo ao pessoal respectivo, deu-se novo regulamento ao Serviço de Radio, instituindo um Conselho Técnico, criando o quadro de artifices radiotelegrafistas e aumentando o pessoal subalterno empregado no serviço de telegrafia. Sob a responsabilidade do Conselho Técnico ficaram os trabalhos de melhoramento da rede e as propostas para aquisição do material, que deverá ser rigorosamente padronizado.

Ultimados os estudos necessários, foi definitivamente escolhida a baía de Calheiros e projetadas as obras para a instalação da base naval do sul.

ESQUADRA

O programa naval, posto em execução, não solucionará completamente o problema da Marinha de Guerra. Constituindo o mínimo de aparelhamento que o Estado-Maior, após acurado exame,

indicou como indispensavel á segurança nacional, terá de receber desenvolvimentos complementares á medida que a situação financeira do país o fôr permitindo.

Os navios da esquadra e os das flotilhas fluviais, embora carecendo constantemente de reparos, desempenharam, no norte e no sul, varias comissões, sem prejuizo do treinamento das guarnições.

A flotilha de Mato Grosso manteve-se em vigilancia para assegurar a nossa neutralidade, em face da luta armada em que se veem empenhando o Paraguai e a Bolivia.

A deficiencia de navios para o serviço das flotilhas exigiu, entretanto, providencias especiais, quando fomos obrigados a tomar identicas medidas, por causa do conflito de Leticia. O Estado-Maior teve de mobilizar parte das forças navais para suprir a flotilha do Amazonas, ha muito desfalcada de varias unidades.

Torna-se imprescindivel, tambem sob esse aspecto, atender ás necessidades do nosso aparelhamento naval. Para satisfazê-las, em mais de uma ocasião, foi preciso recorrer ao oneroso expediente de fretar navios inadequados, dispendendo, sem proveito, somas iguais ou superiores ás que seriam suficientes para a aquisição de canhoneiras e monitores, que, com maiores vantagens para o serviço, ficariam definitivamente incorporados ao quadro das unidades efetivas da Marinha.

NAVIO-ESCOLA "ALMIRANTE SALDANHA"

O navio-escola "Almirante Saldanha" constitue a primeira etapa vencida do programa traçado para a renovação da nossa esquadra. Destina-se á instrução dos guardas-marinha e alunos da Escola Naval e é, no genero, o navio mais completo, construido nos últimos anos, nos estaleiros da Inglaterra. Acha-se provido de moderno equipamento e de todos os aparelhos e instrumentos exigiveis para a formação dos oficiais de marinha.

Entregue ao Governo brasileiro, recebeu na Inglaterra a primeira turma de guardas-marinha. Partindo para o Brasil, em viagem de instrução realizada com grande proveito, desempenhou tambem missões de cortesia, visitando oficialmente a Inglaterra — na base naval de Portsmouth, Portugal — em Lisboa, Italia — em Spezzia e a Espanha — em Barcelona.

Em todos os países visitados, a officialidade e a guarnição do "Almirante Saldanha" receberam sempre expressivas homenagens.

Depois de uma viagem de cerca de quatro meses, em que foram navegadas 8.849 milhas, fundeou o navio-escola no porto desta Capital, a 24 de outubro do ano findo, sendo acolhido com manifestações entusiasticas, de profunda repercussão civica em todo o país.

MARINHA MERCANTE

Em virtude do novo regulamento, a Diretoria de Marinha Mercante passou a superintender todas as questões relativas á navegação e á praticagem, os assuntos referentes ao pessoal da Marinha Mercante e o serviço militar da Armada, sorteio e reserva naval.

Da subordinação das Capitânicas de Portos decorrem, para essa repartição, além de outras de menor importancia, as seguintes atribuições: a segurança do trafego nos portos e vias de acesso, a fiscalização do registo das embarcações nacionais e das equipagens, a fiscalização do trabalho dos praticos e a disciplina do pessoal estivador.

De 1932 a 1934, foram suprimidos, com o aproveitamento de excedentes, 67 cargos civis, sendo: 14 3^{os} escrivães, 2 patrões de lancha, 1 patrão, 1 sota-patrão e 48 remadores; restando ainda, como funcionarios excedentes, 34 escrivães, 1 patrão de lancha, 2 maquinistas e 2 foguistas.

O serviço de socorro marítimo continúa a ressentir-se da falta dos necessarios recursos, tornando-se conveniente, para a sua eficiencia, a criação de tres bases no litoral — Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Santa Catarina — dotadas de embarcações adequadas e com aparelhagem moderna.

O pessoal marítimo, compreendendo os que se empregam na Marinha Mercante, estaleiros, ofi-

cinas de construção naval, estiva e pesca, é constituído por 167.531 individuos matriculados nas diversas Capitánias de Portos, sendo 14.483 estivadores, 52.790 pescadores, 8.640 artifices navais e 91.618 que aplicam a sua actividade na navegação.

AVIAÇÃO NAVAL

Os serviços da aviação naval desenvolveram-se com regularidade.

A aviação cooperou com a esquadra em todos os seus exercicios e comissões e efetuou varios cruzeiros e missões, abrangendo as suas actividades 6.994 vôos e 1.153.082 km. percorridos em 7.162 horas.

Dentre as missões desempenhadas pelas forças aereas, destaca-se o vôo em conjunto á Base de Ladario, realizado por 11 aviões, dentro de condições tecnicas rigorosas.

O numero de aparelhos existentes, de diversos tipos, ainda é insufficiente para as necessidades da esquadra e da defesa do nosso extenso litoral.

Os Centros de Aviação do Rio de Janeiro e de Santa Catarina e a Base de Mato Grosso, cuja instalação teve inicio em 1933, receberam diversos melhoramentos. Estuda-se presentemente o projeto do edificio destinado ás oficinas de aviação naval.

Os cursos de navegantes funcionaram com aproveitamento, tendo sido diplomados nove oficiais, quatro civis e dois primeiros sargentos.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL E ENSINO NAVAL

Em 1934, 3 oficiais concluíram o curso superior, e 19, inclusive um capitão do Exército, o curso de comando.

Os instrutores da Marinha de Guerra norte-americana contribuíram a contento e vantajosamente para a eficiência dos cursos.

O ensino ministrado nos diversos estabelecimentos da Marinha encontra-se subordinado, atualmente, a uma orientação única e uniforme. Essa providência impunha-se, para melhor assegurar o aproveitamento do ensino e a sua metodização.

Funcionaram, com toda a regularidade, as escolas e estabelecimentos de especialização, organizados e mantidos de forma a atender aos seguintes objetivos: formação de novos oficiais, aperfeiçoamento técnico dos oficiais da ativa, constituição de um corpo de sub-oficiais das várias especialidades profissionais, preparação e treinamento das praças da Armada, do Corpo de Fuzileiros e dos operários dos arsenais.

ARSENAIS

Devido, em grande parte, ao esforço e competência do seu pessoal, o antigo Arsenal do Rio de Janeiro, embora imperfeitamente aparelhado, continua a dispensar o auxílio da indústria particular para a conservação da esquadra.

Estão bastante adiantados os trabalhos de remodelação do encouraçado "Minas Gerais", obra realizada com apreciável economia e realmente valiosa sob o ponto de vista tecnico; sofreram, por sua vez, importantes reparações o encouraçado "São Paulo", os cruzadores "Baía" e "Rio Grande do Sul", varios contra-torpedeiros e navios auxiliares.

Prosseguiram as obras de construção do novo arsenal, aplicando-se a quota de 9.000.000\$, consignada no orçamento, para tal fim.

De acôrdo com o plano previamente organizado, ultimaram-se os seguintes trabalhos: construção de 180 m. de muralha no cais norte que, com a extensão de 740 m. já vem servindo á esquadra; montagem de uma sub-estação para suprimento de energia elétrica ás obras e aos navios; instalação de uma oficina de galvanoplastia; execução das obras, hidraulicas de duas carreiras; construção do casino e alojamento de oficiais e das oficinas de forjas, tubulações e fundição.

Ativou-se, ainda, a construção das ultimas oficinas do cais norte e bem assim o prolongamento do dique Guanabara.

SERVIÇOS DE SAUDE

Os Serviços de Saude, cujas condições estavam longe de satisfazer, sofreram modificações radicais.

Foram, assim, reorganizados o Corpo de Saude, o Serviço Hospitalar e o Laboratorio e Deposito

de Material Sanitario. Regulamentou-se a Escola de Aplicação do Serviço de Saude Naval e criou-se o Instituto Naval de Biologia, com laboratorios para pesquisas e preparo de produtos biologicos, tendo anexo um hospital de doenças infecciosas e parasitarias. No Hospital Central, diversas clinicas foram totalmente remodeladas.

Terminadas as obras de construção do Hospital Sanitario de Nova Friburgo e do Hospital anexo ao Instituto Biologico, instaladona antiga Casa "Marcilio Dias", para esses estabelecimentos serão, brevemente, transferidos os tuberculosos e os doentes de escabiose.

Já está iniciada a construção, na praça Mauá, da Policlínica Naval, que deverá dispôr de ambulatorios das varias especialidades e de uma enfermaria de medicina cirurgica de urgencia, servida por lanchas e auto-ambulancias.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
PUBLICA

O Ministerio da Educação e Saude Publica não dispõe ainda de organização que lhe permita atuar, com segurança e proveito imediato, em todos os setores da vida nacional, onde a sua intervenção, em materia de ensino e processos educativos, se faz necessaria e urgente. Fundado em fins de 1930, com a reunião de numerosas repartições pertencentes a outros Ministerios, foi submetido sucessivamente a diversas reformas parciais, visando melhorar e ampliar os serviços a seu cargo. Algumas dessas reformas verificaram-se já nos ultimos dias do Governo Provisorio. Não houve, assim, tempo de recolher os ensinamentos da experiencia, através das medidas postas em pratica, para applicá-los em proveito da maior eficiencia dos serviços.

Por outra parte, as atribuições do Ministerio, a partir de sua criação, foram-se ampliando consideravelmente, tanto em consecuencia dos atos do Governo Provisorio, como por força da Constituição Federal, que veio tornar mais profunda e dilatada a sua atuação.

Cumpra, ainda, acentuar que essa atuação não se exerce apenas em dois setores, como parece á primeira vista, mas em três, tecnicamente distintos — a educação popular, a saúde pública e a assistência social — exigindo cada qual atividades especiais, todas visando uma única finalidade — a cultura do homem brasileiro.

Tão superior e complexo objetivo somente se poderá atingir desenvolvendo vasto programa de ação.

Ajustado a esse programa, bem definidas as suas funções, selecionados os elementos já reunidos, rearticulados outros que lhe são indispensáveis e aproveitadas as experiências reconhecidamente úteis, poderá, então, esse Ministério estruturar-se em moldes racionais e definitivos.

O plano de remodelação está em estudos e será submetido oportunamente á consideração do Poder Legislativo. Orienta-o a preocupação predominante de criar um aparelho capaz de funcionar como instrumento eficiente do aperfeiçoamento da raça brasileira e destinado a ser, em verdade, o ministério da cultura nacional.

EDUCAÇÃO NACIONAL

A Constituição Federal, em dispositivos claros e precisos, encarou de frente o problema da educação nacional.

Não podia, evidentemente, descer a detalhes ao estabelecer as atribuições conferidas á União e aos

Estados. Delimitou, entretanto, essas atribuições e ao mesmo tempo fixou os lineamentos gerais do plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados.

Ao Conselho Nacional de Educação deu, ainda, o texto constitucional competência para elaborar o referido plano, afim de ser submetido á aprovação do Poder Legislativo. Conhecida a relevancia dos interesses que o assunto envolve, pelo seu alcance e repercussão na vida do país, é de esperar que, em breve, possa todo o nosso aparelhamento de ensino orientar-se decisivamente dentro dos rumos que forem traçados para a solução de problema tão importante e urgente.

O Ministerio de Educação e Saude Publica já dispõe de um departamento, a Diretoria Nacional de Educação, criada pelo decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934, cujas atividades se estendem ao exame das condições materiais e didaticas dos educandarios, ás questões ligadas á formação e recrutamento do professorado, á organização e revisão dos programas de ensino, á elaboração de testes para os cursos secundarios e comerciais e á fiscalização dos processos educativos e de instrução, em todo o país. A ação que esse departamento está destinado a exercer só resultará, entretanto, completamente proveitosa, quando existir o plano de educação nacional previsto e mandado elaborar pela Constituição Federal.

ENSINO SUPERIOR

É cada vez maior o numero de estudantes que buscam as profissões liberais. Daí o desenvolvimento crescente do ensino superior, a ponto de se tornarem insuficientes os estabelecimentos existentes, estimulando isso a fundação de novos institutos.

O incremento do ensino superior não póde constituir, por enquanto, motivo de alarma. Estamos ainda longe de alcançar o grau de saturação que, noutros países, vem transformando os profissionais diplomados numa classe parasitaria e sem aproveitamento economico. É indispensavel, entretanto, elevar cada vez mais a qualidade do ensino, por ser ele o principal instrumento de formação das nossas elites intelectuais e dos tecnicos das profissões de maior responsabilidade na vida social.

REGIME UNIVERSITARIO

A organização universitaria vem se desenvolvendo normalmente.

A ultima iniciativa que lhe diz respeito é a fundação da Universidade Tecnica Federal.

Agrupando, sob essa denominação, a Escola Politecnica, a Escola de Minas e a Escola Nacional de Quimica, de modo a formarem um unico sistema, ao qual deverão ser anexados oito institutos de pesquisas tecnico-cientificas, teve em mira o Governo

atender ás crescentes necessidades da nossa organização industrial, cujo progresso necessariamente depende da qualidade e abundancia dos elementos tecnicos aproveitaveis. Buscou, assim, ampliar as possibilidades abertas aos estudantes de engenharia e carreiras afins e facilitar, ao mesmo tempo, aos empreendimentos de carater industrial, condições de exito que só a formação profissional em institutos dessa natureza poderá assegurar.

Promulgada a Constituição Federal, julgou-se, porém, mais acertado aguardar, antes de qualquer providencia executiva, a fixação do plano nacional de educação, no qual naturalmente se enquadrará essa nova forma de organização universitaria.

ENSINO SECUNDARIO

O decreto n. 24.439, de 21 de junho de 1934, estabeleceu o processo de inspeção dos estabelecimentos de ensino secundario oficialmente reconhecidos, criando a Superintendencia do Ensino Secundario, que passou, desde 29 de maio de 1933, a exercer todos os atos até então atribuidos ao Departamento Nacional do Ensino.

Demonstrada a necessidade da manutenção desse serviço em carater permanente, regulamentou-se o decreto referido, expedindo-se o de n. 24.734, de 14 de julho de 1934.

Até dezembro de 1934, eram em numero de 379 os estabelecimentos de ensino secundario fiscalizados

pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, assim distribuidos pelo Distrito Federal e pelos Estados: Amazonas, 2; Pará, 4; Maranhão, 3; Piauí, 3; Ceará, 7; Rio Grande do Norte, 3; Paraíba, 4; Pernambuco, 21; Alagôas, 2; Sergipe, 3; Baía, 14; Espirito Santo, 6; Rio de Janeiro, 24; Distrito Federal, 60; São Paulo, 119; Paraná, 9; Santa Catarina, 6; Rio Grande do Sul, 22; Minas Gerais, 59; Mato Grosso, 5; Goiaz, 3.

Ainda no mesmo ano, foram apresentadas á Inspeção Geral do Ensino Secundario 64 petições de reconhecimento para um numero igual de educandarios, compreendendo: Pará, 2; Maranhão, 3; Ceará, 1; Pernambuco, 6; Baía, 2; Espirito Santo, 1; Rio de Janeiro, 2; São Paulo, 29; Paraná, 1; Santa Catarina, 1; Minas Gerais, 8; Mato Grosso, 1.

Atingiu a 65.788 o numero de estudantes matriculados, em 1934, nos estabelecimentos de ensino secundario, sob inspeção federal, distribuidos da seguinte forma: Amazonas, 603; Pará, 1.124; Maranhão, 803; Piauí, 501; Ceará, 1.203; Rio Grande do Norte, 454; Paraíba, 612; Pernambuco, 3.848; Alagôas, 472; Sergipe, 537; Baía, 3.159; Espirito Santo, 661; Rio de Janeiro, 4.388; Distrito Federal, 11.493; São Paulo, 18.691; Paraná, 2.206; Santa Catarina, 534; Rio Grande do Sul, 4.227; Minas Gerais, 9.051; Goiaz, 381.

Dos 65.788 estudantes matriculados nos estabelecimentos já referidos, pertenciam ao sexo masculino 54.601 e ao sexo feminino 11.187.

O numero de cursos noturnos, sob regime de inspeção, não passou de 7, em 1934, com um quadro de matriculas de 1.215 alunos.

ENSINO COMERCIAL

Estimulado por diversos fatores e principalmente pela necessidade cada vez mais urgente de possuirem quantos empregam a sua atividade no comercio conhecimentos especiais, o ensino comercial vai adquirindo consideravel incremento.

Existem atualmente, em todo o país, 248 estabelecimentos dessa categoria, assim distribuidos: Amazonas, 3; Pará, 5; Maranhão, 2; Ceará, 5; Rio Grande do Norte, 2; Piauí, 1; Sergipe, 1; Alagoas, 1; Baía, 4; Paraíba, 2; Pernambuco, 8; Espirito Santo, 3; Goiaz, 1; Mato Grosso 2; Distrito Federal, 43; Rio de Janeiro, 10; São Paulo, 99; Minas Gerais, 30; Paraná, 3; Santa Catarina, 5; Rio Grande do Sul, 18.

Desses institutos, 126 mantem o curso de admissoão, 175 o propedeutico, 30 o de secretariado, 25 o de guarda-livros, 113 o de perito-contador e 14 todos os cursos, inclusive o superior, de administração e finanças.

A matricula geral atingiu a 32.014 alunos, sendo 5.560 nos cursos de admissao, 16.724 nos cursos propedeuticos, 459 nos de secretario, 671 nos de guarda-livros, 8.333 nos de perito-contador e 267 nos demais cursos.

A Inspetoria Geral do Ensino Comercial, incumbida de fiscalizar esse ramo do ensino, vem se desempenhando satisfatoriamente das suas atribuições.

ENSINO INDUSTRIAL

Pelo decreto n. 24.558, de 3 de julho de 1934, deu-se nova organização ao aparelho diretor do ensino industrial. Buscou-se atender por melhor forma às exigências do nosso desenvolvimento industrial, no que concerne ao preparo de operarios artifices, instruidos em boas condições tecnicas e aptos para trabalhar utilmente.

O decreto referido teve em vista promover mais intima relação entre o Estado e as organizações industriais, com o objetivo de melhorar a adaptação da aprendizagem pratica dos officios às industrias locais. Prevê, ainda, o estabelecimento de bolsas escolares e a criação de internatos nos educandarios das capitais, para permitir aos operarios do interior, onde o ensino industrial não está amplamente difundido, o ingresso e frequencia nas secções de especialização.

A União mantém, em cada Estado, exceto no Rio Grande do Sul, uma escola de aprendizes artifices, e, no Distrito Federal, a Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz, destinada ainda á formação do pessoal docente das demais.

A matricula nas escolas de aprendizes artifices ascendeu, em 1934, a 5.458 alunos, e na Es-

cola Wenceslau Braz, a 307. A produção industrial desses estabelecimentos atingiu cerca de 459:900\$000.

SAUDE PUBLICA E ASSISTENCIA SOCIAL

O estado sanitario do país apresentou indices satisfatorios em 1934.

A Diretoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social, com as finalidades estatuídas no decreto que a organizou, teve a sua atenção voltada, sobretudo, para a execução da ultima reforma dos serviços sanitarios.

Prosseguiram proveitosamente os trabalhos de propaganda sanitaria. Utilizando a imprensa, o radio, o cinema, mediante distribuição de folhetos e cartazes, em palestras e por todos os meios efficientes, fez-se larga divulgação de preccitos sanitarios, relativos á alimentação, ao vestuario e á higiene dentaria. O numero de impressos distribuidos, para esse fim, atingiu a cifra de 704.308.

Durante o ano de 1934, o Serviço de Febre Amarela manteve proficua atividade: realizou trabalhos anti-estegomicos em mais de 1.500 localidades do Brasil, aproveitando a atividade de 65 medicos e cerca de 4.000 funcionarios, todos brasileiros; estendeu as investigações epidemiologicas e entomologicas a Goiaz, Mato Grosso, Amazonas e a outros pontos longinquos do país, para descobrir

possiveis focos da molestia; colheu, por intermedio de seus postos de viscerotomia, aproximadamente 15.000 amostras de figado de individuos, cuja morte se dera dentro dos 10 primeiros dias da doenca, positivando assim 14 casos de febre amarela; verificou a presenca da molestia no Ceará, em cinco localidades, e em mais quatro, sendo uma em cada Estado, na Baía, Mato Grosso, Amazonas e Pará. Como aconteceu em 1933, nenhum caso de febre amarela se verificou em cidades ou vilas do Brasil. Todos ocorreram em zonas de mata. Examinou-se o sangue de 4.500 individuos, no intuito de apurar a distribuição da imunidade anti-amarilica, empregando-se, para isso, 63.000 ratos.

O Serviço de Febre Amarela foi custeado com a contribuição de 12.000:000\$ do Governo Federal e de 250.000 dolares da Fundação Rockefeller.

DEFESA SANITARIA DA CAPITAL DA REPUBLICA

Medida importante para o aparelhamento da defesa sanitaria da capital da Republica, foi a instalação dos centros de saude, criados pelo decreto n. 24.814, de 14 de julho de 1934, que modificou a organização dos serviços de saude publica no Distrito Federal. Tais serviços dependiam de duas diretorias — a dos Serviços Sanitarios do Distrito Federal e a de Saneamento Rural — assim como de inspetorias especializadas, de Tuberculose, de Doen-

ças Venereas, de Profilaxia, de Higiene Infantil, de Higiene Industrial, etc.

Em consecuencia da reforma executada, todas as atividades sanitarias locais, de cada bairro da cidade, passaram a ser desempenhadas num só estabelecimento, que é o centro de saude. A rearticulação dos serviços está bastante adiantada, tendo sido a cidade dividida em 12 distritos, dos quais nove já possuem centros de saude.

Merecem ainda referencia os trabalhos de saneamento realizados pela Inspetoria de Engenharia Sanitaria, no Distrito Federal, zonas de Campo Grande, Santa Cruz e Jacarepaguá, em prosseguimento do plano que vinha sendo desenvolvido desde 1933.

SERVIÇOS SANITARIOS NOS ESTADOS

De acôrdo com as suas atribuições e dentro dos limitados recursos de que dispunha, a Diretoria dos Serviços Sanitarios nos Estados executou desenvolvido programa de ação tecnico-administrativa.

Para ocorrer a despesas com o saneamento rural propriamente dito, foi distribuida, por diversos Estados, a verba de 825.000\$, certamente muito limitada para atender a serviços de tão urgente necessidade em todo o país.

Considerando-se a importancia excepcional do problema da lepra, que é daqueles que exigem solução mais radical, foi destinada ao combate dessa

doença, de acôrdo com as solicitações dos serviços sanitarios estaduais, a quantia de 1.975:000\$000.

Algumas das unidades federativas beneficiadas com essa verba já comprovaram a aplicação util dos recursos que receberam.

Havendo irrompido no Ceará, com irradiação para outros Estados do Nordeste, um pequeno surto de peste bubonica, foram tomadas, com exito imediato, as providencias que a situação aconselhava.

Enviados recursos materiais e tecnicos á região ameaçada, promoveu-se inicialmente rigoroso inquerito epidemiologico, sendo desde logo adotadas todas as medidas indicadas, no sentido de circunscrever o mal e dominá-lo, o que foi conseguido dentro de curto prazo.

Esse surto epidemico, que poderia ter tido consequencias graves, se não fôra a prontidão e severidade das providencias tomadas, veio demonstrar a necessidade inadiavel de organizar-se um combate sistematico á peste bubonica, a exemplo do que se fez com a febre amarela.

PROTEÇÃO Á MATERNIDADE E Á INFANCIA

A Diretoria de Proteção á Maternidade e á Infancia, criada pelo decreto n. 24.278, de 22 de maio de 1934, iniciou as suas atividades, organizando um plano geral de trabalho, em beneficio da criança brasileira.

Procurou o novo departamento articular-se com os governos locais, solicitando-lhes a cooperação para uma intensa propaganda popular das modernas noções de higiene infantil e pre-natal.

Circunscrita a orientação traçada e visando preliminarmente diminuir as cifras impressionantes da mortalidade infantil, a campanha iniciou-se pela alimentação da criança.

Poucas realizações, em obras de assistência, puderam ser feitas, dada a deficiência das dotações orçamentarias.

Provido o serviço dos recursos que a Constituição Federal lhe manda reservar, será possível levar a cabo, nesse terreno, empreendimentos de grande alcance.

E' tempo de nos convencermos que a proteção á maternidade e á infancia, cujo duplo aspecto social e humano tive oportunidade de ressaltar na "Mensagem do Natal", transmitida em telegrama circular aos Interventores, deve constituir uma das constantes preocupações de quantos tem responsabilidade na direção dos negocios publicos.

ASSISTENCIA A PSICOPATAS E PROFILAXIA MENTAL

O serviço federal de assistência a psicopatas não dispõe dos elementos indispensaveis para desincumbir-se cabalmente dos serios encargos que lhe foram atribuidos.

É de salientar a situação atual do Hospital Psiquiátrico, da Capital da República, cujas instalações não mais satisfazem. Construído para abrigar 400 enfermos, hospitaliza atualmente 2.000, recebendo todos os doentes mentais do Rio e de muitos Estados.

Embora premida pela estreiteza das dotações orçamentarias, a administração tem procurado remediar esse estado de coisas, selecionando a alimentação dos enfermos e adotando medidas profiláticas em relação a molestias infecciosas que costumam ocorrer no Hospital.

A Biblioteca, o Pavilhão de Observação, o Instituto de Neuro-Sifilis e o Instituto de Neuro-Biologia tem funcionado com bons resultados, visto disporem de acomodações mais apropriadas á natureza dos seus serviços.

Reconhecida a necessidade de se intensificar, dentro de modernos padrões, a profilaxia das doenças mentais, procurou-se imprimir maior amplitude aos serviços de higiene mental e assistência social, dando-se ao Dispensário Psiquiátrico o possível desenvolvimento.

Instituição que muito recomenda o nosso aparelhamento cultural. mau grado as suas modestas instalações, o Manicômio Judiciário continúa a prestar relevantes serviços á ciência e á sociedade, sendo os seus "Arquivos" repositório de selecionadas e completas informações em materia de psiquiatria e direito penal.

ASSISTENCIA HOSPITALAR

Tendo em vista o numero de enfermos desvalidos que necessitam de assistencia, julgou-se oportuno criar um serviço de coordenação das atividades hospitalares, com carater nacional, e destinado a influir o mais largamente possível na elevação dos nossos indices sanitarios.

Dentro dessas preocupações, bem definidas no decreto n. 24.814, de 14 de julho de 1934, a Diretoria de Assistencia Hospitalar desempenha função sistematizadora, cumprindo-lhe articular os esforços gerais no sentido de amparar e socorrer a grande massa de enfermos existentes em todo o país.

Na Capital Federal, cabe-lhe superintender os estabelecimentos hospitalares mantidos pelo Governo Federal, aos quais se acrescentou ultimamente o "Estacio de Sá", cujas instalações ainda não foram concluidas.

SERVIÇO DE AGUAS E ESGOTOS DA CAPITAL DA REPUBLICA

O abastecimento de agua da Capital da Republica, desde muito deficiente, em consecuencia do crescimento natural da cidade e da construção de grandes edificios de habitação coletiva, preocupa constantemente o poder publico, que se vem empenhando em aumentar-lhe a capacidade de dis-

tribuição, de forma a atender ás necessidades atuais e futuras de todas as zonas centrais e das suburbanas mais populosas.

Após minuciosos estudos, opinou-se pela adução do Ribeirão das Lages, que se impôs como sendo a mais recomendavel, de acôrdo com os pareceres emitidos por duas comissões, uma de medicos e outra de engenheiros, representantes do Ministerio da Viação, da Prefeitura do Distrito Federal e do Club de Engenharia.

Aprovado o projeto pelo decreto n. 23.457, de 14 de novembro de 1933, e autorizada a emissão de apolices para custear as respectivas despesas, foi aberta concorrência publica para execução dos serviços.

Conquanto a Inspetoria de Aguas e Esgotos não houvesse podido, por motivos diversos, executar integralmente o programa de trabalhos que havia elaborado para o ano proximo findo, mesmo assim, cumpre assinalar como serviços de maior alcance realizados por esse departamento, os seguintes: prosseguimento dos estudos para o esgotamento de bairros novos e florescentes, tais como Ipanema, Leblon e Urca, que ainda se ressentem da falta de abastecimento de agua, serviço que o Governo deliberou tomar a seu cargo, em vista de não terem chegado a resultado satisfatorio os entendimentos entabulados sobre o assunto com a "The Rio de Janeiro City Improvements C°. Ltd."; uso geral de

hidrometros, com a aquisição dos primeiros aparelhos, cujo assentamento vai ser iniciado; revisão do regulamento de concessão de agua, em que foram feitas alterações sensíveis, orientadas no sentido de acautelar os interesses do Governo e dos contribuintes; montagem do Laboratorio de Analises de Aguas e Esgotos, que já iniciou os seus trabalhos, em escala consideravel, embora a sua instalação ainda não esteja concluida; e, finalmente, estudos para a ampliação da estação elevatoria do Açari, no sentido de serem aproveitadas as sobras do S. Pedro, com o que se procura minorar a falta de agua, elevando a 40 milhões de litros diarios o reforço de 20 milhões, que esta usina trouxe ao abastecimento, além da melhoria das condições do funcionamento das adutoras.

Na conformidade dos seus contratos com o Governo Federal, a Companhia City Improvements manteve, durante o ano de 1934, o serviço de esgotos da cidade do Rio de Janeiro.

Havendo o decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933, declarado nula, nos contratos exequíveis no Brasil, qualquer estipulação de pagamento em ouro ou em determinada especie de moeda que não seja o mil réis, papel, de curso forçado, ficaram suspensos os pagamentos contratuais devidos á aludida companhia, até fixação do valor da taxa provisoria, que adotou a media dos pagamentos feitos nos ultimos dez anos, em moeda nacional.

SUBVENÇÕES

Foi consideravel, durante o ano de 1934, o movimento de distribuição de auxilios a instituições de caridade e de educação.

Extinta a Caixa de Subvenções, consignou-se no orçamento do passado exercicio a dotação de 4.500:000\$, com a qual seriam atendidas as instituições que requeressem subvenção. Verificada, entretanto, a insuficiencia dessa dotação, á vista da afluencia dos pedidos existentes, foi necessaria a abertura de um credito suplementar, na importancia de 2.800:000\$000. Receberam auxilios 422 instituições, importando todos em 5.058:000\$000.

Aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram pagas, por conta dos mesmos recursos, contribuições no total de 558:000\$000, como auxilio aos serviços que os mesmos mantem para a nacionalização do ensino.

São evidentes os resultados dessa cooperação do poder publico com a iniciativa privada, em materia de assistencia. Só pode haver vantagem em perseverar na politica de amparo financeiro a quantos empreendimentos se promovam com o fim de ampliar os serviços de assistencia e educação em todo o país.

MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E
COMERCIO

A atuação do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio tem correspondido plenamente aos objetivos que determinaram e fizeram inadiavel a sua criação.

Em exposição resumida, examinaremos, a seguir, a atividade da nova Secretaria de Estado, salientando, ao mesmo tempo, as suas iniciativas e trabalhos mais importantes.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Num país sem espirito associativo, onde os projetos de legislação social não tinham andamento nas Camaras e onde apenas logravam execução algumas leis de assistencia, a organização do trabalho impunha, como providencia elementar de parte do Estado, orientar e promover a coordenação das classes patrónais e operarias em órgãos permanentes, legalmente constituídos, visando a defesa de seus proprios interesses e a solução suasoria dos dissidios de classe.

A lei n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, foi uma tímida experiência de organização sindical no país. Omissa quanto a sanções que amparassem as associações operárias, não podia resistir, como não resistiu, á hostilidade das classes patronais, imbuídas, a esse tempo, de uma falsa compreensão das organizações trabalhistas. Era indispensável, por isso, a decretação de preceitos que assegurassem aos trabalhadores e empregados os direitos que lhes são devidos dentro da nova ordem jurídica, criada pela imposição dos fatos e em obediência aos modernos princípios de justiça social.

O decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931, correspondeu a essa necessidade. Garantindo o exercício da liberdade sindical a empregadores e a empregados, facilitava a sindicalização do operário, educando-o pela solidariedade e identificando o seu interesse com o da comunhão social. Visava o decreto criar uma forte organização sindical, baseada no sindicato local, filiado ás federações regionais, que, por sua vez, constituiriam a confederação central, reunindo-se a esta as demais associações profissionais disseminadas pelos centros de atividade em todo o território nacional.

Embora não fosse obrigatório o regime sindical, instituído sob o princípio unitário, de acôrdo com as disposições da lei, as classes operárias eram indiretamente levadas a se filiarem aos sindicatos das respectivas profissões, porque estes, de certo

modo, dispõem das ofertas de trabalho, pela preferência que oficialmente se dispensa aos sindicalizados, quanto á obtenção de serviços, nas grandes empresas, companhias e obras publicas.

A legislação reguladora do regime sindical evidenciava, entretanto, lacunas, falhas e defeitos que precisavam, notoriamente, ser corrigidos, o que se levou a efeito com a promulgação do decreto n. 24.694, de 12 de julho de 1934, o qual, mantendo, em linhas gerais, a organização anterior, ampliou o seu objetivo, por uma melhor coordenação dos direitos e deveres dos sindicalizados, permitindo aos sindicatos fundar e administrar caixas beneficentes, firmar ou sancionar convenções coletivas de trabalho e cooperar, por intermedio de seus representantes, nas comissões e tribunais de trabalho, para a solução dos dissídios surgidos entre empregados e empregadores. Por outro lado, na parte referente á composição dos sindicatos em federações independentes entre si e destas em confederações com séde na capital da Republica, a nova lei apresenta-se mais clara e completa, corrigindo omissões verificadas no decreto anterior.

A Constituição, no art. 120, manteve o sistema da legislação ordinaria, subordinando a existência do sindicato ao seu reconhecimento, de conformidade com a lei. Permitiu, entretanto, a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos.

REPRESENTAÇÃO DE CLASSE

Adotado pelo Governo Provisorio, com o Código Eleitoral, o principio da representação das associações profissionais na Assembléia Constituinte, foi o numero e modo de escolha desses representantes regulado pelo decreto n. 22.653, de 2 de abril de 1933.

A experiencia, não obstante a critica levantada contra a inovação, levou os constituintes a consagrarem aquele principio, fixando, no art. 23 da Constituição, o numero de representantes profissionais em um quinto da representação popular.

Dividiu a Constituição as profissões, para o efeito de representação, em quatro categorias, com os grupos afins — lavoura e pecuaria; industria; comercio e transportes; profissões liberais e funcionarios publicos.

O Tribunal de Justiça Eleitoral, em instruções baixadas em 11 de setembro do ano passado, fixou em 50 o numero de representantes de classe, de acôrdo com o quinto constitucional, distribuindo-os pelas quatro categorias na proporção de 14 para cada uma das tres primeiras, metade de empregados e outra metade de empregadores, e quatro representantes para cada uma das duas ultimas.

O processo de verificação dos poderes dos delegados eleitores se fez perante o Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. O Ministerio do Trabalho

prestou o concurso que lhe foi solicitado e informou, a pedido do Tribunal, 624 processos referentes ao reconhecimento dos delegados eleitores, sendo 302 de empregadores e 314 de empregados, e 8 de profissões liberais.

Até 10 de outubro, prazo fixado para a constituição dos sindicatos que poderiam concorrer às eleições, foram reconhecidas regularmente 1.029 associações, 362 de empregadores e 622 de empregados, e 45 de profissões liberais. Em 1933, o numero de sindicatos atingia apenas a 450.

As eleições realizaram-se no período de 21 a 31 de janeiro perante o Tribunal Eleitoral, comparecendo 844 delegados eleitores, sendo 289 empregados, 263 empregadores, 118 de profissões liberais e 174 funcionarios publicos.

Os 50 representantes classistas constituirão certamente uma força de equilibrio salutar nos debates e resoluções do Poder Legislativo, movimentando os valores de nossa economia e possivelmente corrigindo, pela sua expressão nitidamente nacional, as desigualdades inevitaveis da representação politica.

DURAÇÃO DO TRABALHO

Reconhecida, por parte dos poderes publicos, a conveniencia de regulamentar o exercicio das profissões, era mister prefixar, para cada uma delas, a duração normal do trabalho, aceitando-se, como principio preponderante, o maximo de oito horas para

o serviço diurno, com um dia de repouso hebdom-dario, de preferencia o domingo, adotado pelas legislações congeneres. Atendendo, porém, ás condições especiais em que se exercita a atividade de operarios e empregados em muitas profissões, tendo-se em conta a natureza dos serviços e o meio em que se desenvolvem, foram estas excluidas da regra geral que regula a materia no comercio e na indústria, dando-se-lhes regulamentação especial. Por outro lado, permitiu-se aos interessados a faculdade de obter a derrogação dos dispositivos referentes á duração do trabalho e ao repouso semanal, por meio de convenções coletivas ou mediante acordos estabelecidos entre empregados e empregadores, que devem ser comunicados ao Departamento Nacional do Trabalho, cuja competencia compreende todos os assuntos relativos á organização do trabalho, exercicio de profissões, legislação social e sua fiscalização. Durante o ano de 1934, foram encaminhados á Inspeção do Departamento 6.350 acordos dessa natureza.

NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

No justo proposito de amparar o trabalhador nos grandes nucleos urbanos, onde, de preferencia, se localizam os maiores centros industriais, e para onde, por isso mesmo, afluem, em demanda de colocação, elementos profissionais estrangeiros, movendo, por varios titulos, ao braço indigena concor-

rencia desigual, o decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, nos dispositivos do art. 3º, já equitativamente regulamentado, obriga todas as firmas, individuos ou empresas que exploram qualquer ramo de comercio e industria, no país, a manter nos quadros do pessoal de seus estabelecimentos, quando nestes se empregarem mais de cinco individuos, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos, em igualdade de condições de trabalho, para cargos identicos ou similares.

Achava-se o trabalhador nacional, antes da vigencia dessa lei, em situação de franca inferioridade no meio do operariado de empresas e companhias estrangeiras, onde os alienigenas o preteriam frequentemente, não obstante militarem a favor daquelas condições especiais de habilitação e tempo de serviço. O Departamento Nacional do Trabalho procura desenvolver a maior vigilancia na fiscalização que lhe cumpre exercer, exigindo dos empregadores a declaração do numero e nacionalidade dos seus empregados, no que é auxiliado pelos sindicatos empenhados em remover os casos de preterição ou de injustiça. Em 1934, foram recebidas 16.000 declarações, elevando-se a 25.000 as relações já catalogadas e arquivadas.

LEI DE FÉRIAS

Data de 1925 a lei que instituiu, em beneficio dos empregados e operarios que trabalham em es-

tabelecimentos industriais, comerciais e bancários, bem como nas instituições de caridade e beneficência, o direito de 15 dias de férias remuneradas, desde que não tivessem interrompido a sua atividade durante 12 meses consecutivos. Apesar de seu caráter altamente benéfico e humanitário, a lei encontrou, por parte de grande número de empregadores, continua e tenaz resistência. Foi essa resistência que impediu a generalização dos benefícios do favor legal. Acresce ainda que, devendo as férias ser gozadas após um ano de trabalho continuado, esse direito prescreveu para a maioria dos empregados e operários, por falta de um órgão que tornasse efetivas as garantias e sanções que os deviam amparar.

Através de vários decretos tentou-se corrigir as lacunas da legislação primitiva, prorrogando prazos e agravando penalidades. Nem assim foi possível normalizar a situação. O decreto n. 23.768, de 18 de janeiro de 1934, veio, afinal, regular definitivamente a concessão de férias aos empregados dos estabelecimentos industriais de qualquer natureza.

CARTEIRAS PROFISSIONAIS

A carteira profissional, instituída pelo decreto n. 21.175, de 21 de março de 1932, regulamentado pelo de n. 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, estabeleceu, para uso dos que trabalham no comércio

e na industria, um documento oficial de autenticidade, destinado a identificar-lhes a profissão e a servir de prova nas suas relações com os empregadores, que, por sua vez, mediante a exibição do referido documento, ficam habilitados a verificar, sem maior indagação, as condições profissionais dos que lhes oferecem os seus serviços.

As leis de proteção ao trabalhador, criando direitos e obrigações, suscitam, de modo frequente, conflitos que precisam ser rapidamente dirimidos. A legitimidade e o fundamento das reclamações precisam ser provados. Antes da instituição das carteiras, operarios e empregados não dispunham facilmente de elementos para fazer essa comprovação. Os conflitos de trabalho se arrastavam morosamente em discussões estereis, ultimando-se, muitas vezes, com decisão contraria ao reclamante, por falta absoluta de provas.

A carteira profissional veio suprir essa lacuna. Exibida pelo empregado, proporciona ás autoridades administrativas, aos tribunais paritarios, ao juizo privativo de accidentes de trabalho, aos juizes singulares e á justiça superior, os esclarecimentos e as provas indispensaveis ao exame dos casos submetidos a julgamento. Durante o ano passado foram identificados, para a expedição de carteiras solicitadas, 198.273 trabalhadores e empregados, elevando-se a 437.341 o total das carteiras expedidas até 31 de dezembro do mesmo ano.

No intuito de tornar eficiente o serviço de fiscalização, quanto á pratica das leis sociais, sobretudo no que respeita á lei dos dois terços, criou-se para os empregadores a obrigação de manterem, em seus estabelecimentos, livros especiais autenticados pelo Departamento Nacional do Trabalho, nos quais devem ser registadas as condições de trabalho dos respectivos empregados, sua nacionalidade e outras informações, de modo que, examinando-os a qualquer momento, os fiscais e inspetores, encarregados desse serviço, facilmente podem verificar a veracidade dos lançamentos feitos. Em 1934 foram visados para esse fim, 10.748 livros.

DISSÍDIOS E CONFLITOS DE TRABALHO

Os dissídios individuais, conforme a sua natureza, são regularmente examinados pelo Departamento Nacional do Trabalho, tendo em vista uma solução pronta e equitativa. Não sendo possível a conciliação por intransigência de uma das partes, o caso, devidamente instruído, é encaminhado, conforme a hipótese, ás Juntas de Conciliação e Julgamento, ás Comissões Mixtas de Conciliação, ás Delegacias de Trabalho Marítimo e ao Juízo Privativo de Acidentes do Trabalho. Os conflitos, quando não resolvidos satisfatoriamente pela intervenção direta e amistosa do Departamento, são levados ao exame das Comissões Mixtas de Conciliação, ás quais compete solucioná-los, aplicando o voto partidário,

As Comissões Mixtas de Conciliação acham-se em regular funcionamento e resolveram, em 1934, a contento das partes, 41 casos, dos que foram submetidos á sua apreciação.

A necessidade de normalizar o serviço de estiva nos portos do país, promovendo e assegurando a inspeção e a disciplina no movimento de carga e descarga das embarcações, em geral, determinou a expedição do decreto n. 23.259, de 20 de outubro de 1933, pelo qual se instituíram as Delegacias do Trabalho Marítimo. Dada a natureza dos referidos serviços, julgou-se indispensável a criação, em cada Delegacia, de uma Junta de Conciliação e Julgamento, nos moldes das instituídas pelo decreto numero 22.132, de 25 de novembro de 1932, com a função de solucionar os conflitos oriundos do trabalho nos portos, quando da alçada do Ministerio do Trabalho. Fazem parte das Juntas, além dos representantes do Departamento do Trabalho, do Ministerio da Agricultura e do da Viação e Obras Publicas, delegados das associações marítimas de empregados e empregadores.

JUSTIÇA DO TRABALHO

A Constituição, no art. 122, instituiu a Justiça do Trabalho para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, subordinando a organização dos Tribunais de Trabalho e das Comissões de Conciliação

ao principio da eleição de seus membros, metade pelas associações representativas dos empregados e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo. O texto constitucional consagrou o sistema paritario, já adotado pela legislação ordinaria com a organização das Juntas de Conciliação e Julgamento e Comissões Mixtas de Conciliação.

Está em elaboração, sob a direção tecnica do Ministerio, o ante-projeto da Justiça do Trabalho, que será submetido oportunamente ao exame do Poder Legislativo.

ACIDENTES DO TRABALHO

A lei n. 3.723, de 15 de janeiro de 1919, regulamentada pelo decreto n. 13.498, de 12 de março do mesmo ano, que regulava as indenizações devidas aos empregados ou operarios, em consequencia de danos causados por accidentes do trabalho, se tornara praticamente inaplicavel, pois as importancias maximas previstas não correspondiam mais ás taxas de salarios, que, depois de 1919, aumentaram em consequencia do encarecimento do custo das subsistencias.

Reconhecida a necessidade de reformá-la, para amparar convenientemente as vitimas de accidentes do trabalho e de molestias adquiridas no exercicio da profissão, foi baixado o decreto n. 24.637, de

10 de julho de 1934, cuja execução depende, apenas, do regulamento, que, em breve, deverá ser expedido.

CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

Embora conservando o caráter de organização técnica, consultiva e julgadora dos assuntos concernentes á economia e á previdencia social, o Conselho Nacional do Trabalho teve a sua esfera de ação ampliada pelo decreto n. 24.784, de 14 de julho de 1934, que aumentou o numero de seus membros de 12 para 18 e estabeleceu o seu funcionamento em tres camaras e como órgão coletivo, com a função de Conselho pleno. A reforma, ha muito julgada indispensavel, veio colocar esse instituto em condições de exercer, com mais eficiencia, regularidade e proveito, as suas atribuições, quanto ao julgamento dos casos que lhe são afetos, por isso que as suas decisões, definitivamente confirmadas, se consideram cousa julgada para todos os efeitos.

PREVIDENCIA SOCIAL

Na qualidade de órgão de previdencia social, desde o inicio de sua criação, coube ao Conselho Nacional do Trabalho papel preponderante na organização, direção e fiscalização das Caixas de Aposentadorias e Pensões de empregados e operarios, fixando o modo de se constituirem a norma de

ação administrativa e os limites orçamentarios em que devem operar, no proposito de assegurar a estabilidade e o equilibrio indispensaveis á garantia dos interesses dos contribuintes e beneficiarios.

As numerosas instituições dessa natureza, já existentes no país, vieram juntar-se ultimamente o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e o dos Bancarios, criados, respectivamente, pelos decretos ns. 24.273, de 22 de maio de 1934, e 24.615, de 9 de julho do mesmo ano, os quais, pelo avultado numero de seus associados e alcance dos beneficios, representam, na realidade, organizações de larga projeção no campo da previdencia social.

Os recursos arrecadados pelas Caixas, anteriormente criadas, atingem a somas consideraveis. De acôrdo com os dados apurados pela Secretaria do Conselho, a receita geral daqueles institutos, em 1933, elevou-se a 101.973:282\$535, tendo a despesa atingido a 56.646:863\$191, de que resulta o saldo de 45.326:419\$344. Entre os titulos da receita destacam-se a contribuição dos associados, inclusive joias e indenizações, na importancia de 29.697:396\$241; a das empresas, incluindo o aumento suplementar de tarifas, no valor de 26.802:550\$499; a do Estado, representada pela quota de previdencia, no total de 28.189:005\$112 e os juros do patrimonio no montante de 15.385:445\$566. Para o corrente exercicio, a receita prevista atinge a 123.560:699\$ e a despesa a 74.136:519\$000.

A importancia dos beneficios regulamentares, concedidos pelas caixas, alcançou a soma de 51.378:782\$389, assim distribuida: aposentadorias ordinarias, 26.341:220\$866; aposentadorias por invalidez, 9.092:790\$733; pensões a viúvas e orfãos, 8.142:837\$153; serviços medicos, 5.721:660\$317; serviços hospitalares, 1.438:597\$047; despesas farmaceuticas, 491:777\$902; peculios, 60:485\$519; funerais, 89:412\$852. O numero de associados das Caixas de Aposentadorias e Pensões, em 1933, elevava-se a 210.883; o numero de aposentados a 11.916 e o de pensionistas a 12.734.

O patrimonio das Caixas de Aposentadorias e Pensões, até 31 de dezembro de 1933, foi computado em 274.882:753\$868, estando empregados em titulos da divida publica 203.667:525\$802; em carteira de emprestimos 20.297:086\$330 e em imoveis 3.725:962\$342. O saldo no Banco do Brasil era de 18.110:438\$083 e a importancia a receber das empresas montava a 29.897:801\$236. Durante o ano de 1934, o capital empregado nas carteiras de emprestimo elevou-se a 30.050:000\$, distribuido por 68 caixas.

Procurando corresponder á necessidade imperiosa de solucionar o problema das Caixas de Aposentadorias e Pensões de pequenas empresas, dotadas de reduzidissimo numero de empregados, o que lhes dificulta a vida pela mingua de recursos, deliberou o Conselho Nacional do Trabalho, após

demorado estudo do regime economico de cada uma delas, fundí-las e agrupá-las por Estados, de fôrma que possam convenientemente preencher os fins a que se destinam. Em virtude dessa resolução, que reduziu o numero das referidas caixas de 170 para 74, ficarão elas em condições de manter-se com manifesta vantagem para os associados e sem prejuizo dos seus serviços administrativos.

O aumento progressivo que se tem notado no conjunto dos encargos das caixas em funcionamento, pela crescente despesa decorrente das aposentadorias ordinarias, indica como medida acauteladora dos interesses dos contribuintes e beneficiarios ligados á economia desses institutos, a conveniencia de se rever a legislação existente, afim de prevenir maior desequilibrio entre a receita e os encargos a atender. Esse exame, bem como a proposta das medidas julgadas necessarias, foram confiados a uma comissão de especialistas, cujos trabalhos prosseguem na melhor ordem.

A reforma da legislação das Caixas de Aposentadorias e Pensões é reclamada não só pela necessidade de corrigir falhas já comprovadas, como tambem pela conveniencia em ajustá-la ao dispositivo constitucional, ampliando os seus beneficios ás demais classes de trabalhadores. Essa reforma deverá compreender o estabelecimento de normas reguladoras do seguro social, a delimitação do campo de sua aplicação, a sistematização dos riscos que teem de

ser considerados, os favores e regalias prometidas, as fontes de receita e os órgãos incumbidos da sua gestão, a fiscalização e solução final dos litígios oriundos da execução da lei.

A Constituição, adotando, para a formação da quota de previdencia, o principio da contribuição triplice — da União, do empregador e do empregado — consagrou definitivamente o sistema existente na legislação atual. O legislador terá, assim, de fixar essas contribuições, obedecendo ao principio normativo da igualdade, de maneira que não se prejudiquem os interesses do trabalhador, nem se agravem as responsabilidades da União, conferindo-lhe encargos por demais pesados.

Representa, certamente, ponto de alta cogitação o modo de se obterem os recursos correspondentes á União para fazer face ás obrigações resultantes das leis de previdencia social. A extensão e a importancia pecuniaria dos beneficios a conceder determinarão o valor dessa responsabilidade, cuja fixação não poderá ser desde logo prevista de fórmula completa.

Torna-se, assim, aconselhavel a formação de um só fundo, constituído pela atual "quota de previdencia" e por outros recursos que se forem criando com o proposito de atender ás obrigações atribuidas ao Governo Federal. Esse fundo, convenientemente distribuído pelo Estado, proverá, segundo fôr estabelecido em lei, todas as instituições de previdencia, na proporção da contribuição dos seus associados.

INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA

O decreto n. 24.563, de 3 de julho de 1934, concretizou justas e velhas aspirações do funcionalismo publico federal, procurando atender aos menos favorecidos da sorte. Por força daquele decreto, os beneficios que o Instituto proporciona aos servidores da União tornaram-se extensivos aos funcionarios municipais e estaduais, aos jornalistas, aos membros dos Institutos da Ordem dos Advogados e dos Contadores, etc.

A tabela limite do peculio obrigatorio foi adaptada de maneira razoavel á situação de cada classe de funcionarios, tornando o peculio variavel de 5 a 30 contos, em função dos vencimentos. Tal inovação trouxe reais vantagens aos funcionarios, por isso que, para a constituição do seguro, o contribuinte não é submetido a exame medico e o peculio obrigatorio não está sujeito a periodo de carencia e é regido por uma tabela de premios baixos.

A concessão de empréstimos, por outro lado, sofria uma restrição que muito dificultava a obtenção desse favor; predominava a exigencia dos 10 anos de serviço efetivo, para que se tornasse viavel a operação. A nova lei reduziu esse prazo para dois anos, de modo que tornou possivel o gozo daquele favor a maior numero de interessados.

Revelam claramente os bons resultados da reforma as cifras das inscrições para a obtenção de peculios obrigatorios e facultativos, realizadas na

respectiva carteira. No primeiro semestre de 1934, antes da reforma, o total das inscrições se expressou por 14.853:000\$, elevando-se a 62.398:000\$ no segundo semestre, quando já se obedeciam às normas mandadas observar pela nova legislação.

Durante o ano de 1934, o Instituto autorizou o pagamento de 302 peculios deixados por contribuintes falecidos, na importancia de 4.069:000\$, sendo 199 no valor de 2.682:000\$ a beneficiarios no Distrito Federal, e 103, no valor de 1.387:000\$, nos Estados. A carteira hipotecaria, instalada em fevereiro de 1934, acusa grande desenvolvimento, registando-se a inscrição de 1.255 funcionarios, candidatos a emprestimos destinados á aquisição de casas. Em 31 de dezembro já haviam sido concedidos 38 emprestimos, no valor de 2.309:000\$, sendo 5 para construção e 33 para hipoteca de predios já construidos. Os bens hipotecados, para a garantia desses emprestimos, foram avaliados em 3.360:169\$000.

A secção tecnica de construções tem desenvolvido bastante atividade. A par dos trabalhos realizados na Vila 3 de Outubro, em Marechal Hermes, o Instituto empreendeu a construção de casas economicas, reservadas á residencia de operarios e empregados sindicalizados. A primeira serie dessas construções foi constituida por 22 casas e a segunda por 50, variando, contudo, o numero de acomodações de que dispõe cada uma delas.

Lançada a pedra fundamental da Vila Operaria

Previdencia, em Benfica, deu-se inicio á construção dos predios planejados, em numero de 129, com maior e menor numero de acomodações. Abriu o Instituto concorrência para a construção, noutra local, de 200 casas, das quais já foram concluidas 44, achando-se em obras 152.

O movimento das varias carteiras e secções do Instituto representou-se por 42.220:518\$709, no primeiro semestre de 1934, e por 139.208:908\$507, no segundo. O movimento de caixa traduziu-se, quanto a recebimentos, no primeiro semestre, por 16.072:486\$149, e, no segundo, por 18.536:671\$571. Quanto a pagamentos, saíram 16.023:434\$671, no primeiro semestre, e 18.591:497\$505, no segundo.

O Instituto adquiriu um terreno na área desaterada do antigo Morro do Castelo, onde está construindo um edificio de sete pavimentos, orçado em 4.000:000\$, para a instalação de seus serviços.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

O Brasil fez-se representar, como nos anos anteriores, na Conferencia Internacional do Trabalho, realizada em 1934. Além do debatido problema da duração do trabalho semanal, que se pretende reduzir ainda mais, outros muitos assuntos foram objeto de exame e discussão, notadamente a reparação dos males decorrentes das molestias adquiridas no exercicio das profissões, o emprego das

mulheres nos trabalhos subterrâneos, o trabalho noturno das mulheres, etc. A redução da semana do trabalho a 40 horas, como meio de solucionar o problema dos desempregados, embora encontrasse forte oposição de parte dos delegados patronais, foi acolhida pela Conferência como um dos principais objetivos da organização internacional do trabalho.

O assunto, de notória relevância, principalmente para os grandes países industriais, empenhados em resolver a crise do desemprego e da falta do trabalho, ficou adiado para ser discutido na próxima reunião, em face das informações complementares que os governos interessados se comprometeram a fornecer sobre a oportunidade de aplicação do novo regime e das suas consequências sociais e econômicas.

É de salientar, dentre as deliberações da Conferência, a reeleição do Brasil para o Conselho de Administração do Ofício Internacional do Trabalho. Essa reeleição, verificada com vinte votos a mais do necessário para alcançar a maioria absoluta, pôde ser considerada uma homenagem ao nosso país, pela maneira eficiente com que vem acompanhando e prestigiando a obra da Organização Internacional do Trabalho.

Nos termos do art. 406 do Tratado de Versalhes, o Governo do Brasil depositou, em princípio de 1934, na Secretaria da Sociedade das Nações, afim de serem devidamente registadas, as seguintes

convenções: sobre a duração do trabalho nos estabelecimentos industriais, sobre o trabalho noturno das mulheres e dos menores na indústria, e sobre a idade mínima de admissão de menores nos trabalhos industriais.

POVOAMENTO E IMIGRAÇÃO

Costuma-se dizer que o Brasil é um país de imigração. Semelhante afirmativa, tantas vezes repetida, expressa evidente verdade.

Precisamos de braços numerosos e adestrados no trabalho da terra, e só podemos conseguí-los pela imigração, aproveitando os elementos uteis que se deslocam de outros países á procura de condições de vida mais faceis e promissoras.

Apesar dessas circunstancias e de depender o levantamento do nosso baixo nivel demografico da incorporação de fortes contingentes imigratorios ás populações nacionais, nunca tivemos nem praticamos o que, em rigor, se pode chamar uma politica de colonização.

Até bem pouco tempo, os estrangeiros entravam e localizavam-se á vontade, sem que qualquer autoridade os fiscalizasse e distribuisse de acôrdo com as necessidades de povoamento do nosso vasto territorio. Obedeciam apenas ás exigencias das suas afinidades e interesses imediatos.

Os alemães concentraram-se nas zonas onde primitivamente se haviam localizado os primeiros

colonos alemães; os eslavos tenderam para os centros onde os primeiros colonos eslavos se haviam fixado; os italianos, portugueses e espanhóis procederam de idêntica forma; os japoneses, na ordem cronológica, os últimos que nos procuraram, também se condicionaram, dentro desse regime de liberdade, ao determinismo das influências étnicas e geográficas, e, salvo pequena exceção, no extremo-norte, vinham convergindo para as zonas meridionais e concentrando o grosso dos seus contingentes num único Estado — o de São Paulo.

Enquanto isso acontecia, regiões fertilíssimas, merecedoras como as demais de receber o impulso de progresso provocado pela imigração, permaneciam intactas e abandonadas, sobretudo nos Estados do Norte, cujas terras, por falta de uma política racional e sistemática de colonização, só escassamente são atingidas pelas correntes imigratórias.

Aos poderes públicos e às elites dirigentes nunca interessou seriamente a assimilação dos imigrantes, a sua identificação com as nossas tradições, costumes e instituições. Cuidavam, talvez, que o tempo e o meio resolvessem providencialmente problema tão substancial para formação da nacionalidade.

Os povos de imigração, mesmo os que atingiram alto grau de capacidade civilizadora, e, conseqüentemente, de absorção, como os dos Estados Unidos e da França, servem de exemplo para

provar como, em tais casos, o fator tempo é de ação lenta e como o poder assimilador do meio pode ter a sua eficiência reduzida ou neutralizada, em virtude da maior ou menor aptidão, para o isolamento, das etnias transplantadas.

Daí, o movimento que se observa no seio das elites políticas desses povos, e, em geral, nos grandes centros de cultura e investigação sociológica, no sentido de armar o Estado de instrumentos e recursos que assegurem o desdobramento de uma política capaz de acelerar o processo de nacionalização dos contingentes imigratórios.

Foi refletindo sobre essas preocupações e atendendo também a imperativos da nossa própria experiência que o Governo Provisório reformou a legislação imigratória, subordinando a certas exigências limitativas a entrada de estrangeiros que não tivessem destino nitidamente rural ou agrícola. O decreto n. 24.215, de 9 de maio de 1934, e o respectivo regulamento, consagraram providências altamente patrióticas, não só definindo o imigrante e classificando-o em "agricultor" e "não agricultor", como vedando o acesso ao território nacional aos elementos sem capacidade de trabalho, aos menores de 18 anos e maiores de 60, aos analfabetos e aos considerados nocivos á sociedade, á ordem e á segurança nacional. A classificação do imigrante passou a obedecer, então, a um critério uniforme, de seleção e defesa, exigindo-se para os "não agricul-

tores" a prova de meios de subsistência indispensáveis á sua manutenção em nosso país. O processo de "cartas de chamada" tornou possível e eficiente a fiscalização da lei, não se tendo mais registado a entrada de indesejáveis tão frequentes na vigência da legislação anterior.

Procurcu-se, desde então, encaminhar a massa dos nossos emigrantes para os trabalhos da terra, impedindo a sua concentração nas cidades, principalmente nos centros industriais, onde já se denunciavam alguns sintomas de desemprego. Por outro lado, para impedir que, em face dos elementos estrangeiros que aqui entram trazendo o concurso sempre precioso do seu braço, fossem os nacionais vencidos na concorrência, baixou o Governo Provisorio o decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, anteriormente citado a propósito da nacionalização do trabalho, determinando que, em nenhuma empresa industrial ou comercial, o numero de empregados ou operários estrangeiros pudesse ultrapassar o terço da massa total dos trabalhadores. Visando identico objetivo e tambem o resguardo da nossa soberania, ainda expediu o decreto n. 20.303, de 19 de agosto de 1931, que nacionalizou a nossa marinha mercante e reservou os serviços marítimos exclusivamente aos brasileiros natos:

**O PROBLEMA
IMIGRATORIO EM FACE DA
NOVA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA**

Os legisladores constituintes incorporaram á Constituição de 16 de julho preceitos da mais alta relevancia, tendentes a assegurar ao nosso país e á nossa formação social os beneficios de uma politica de progressiva integração ethnica, por meio de largo plano de seleção, distribuição, localização e assimilação do imigrante. A par dessas providencias, fixou a Constituição as quotas de entrada dos estrangeiros, detalhe que, evidentemente, não se coaduna com a rigidez dos textos constitucionais.

O problema assume, pois, novo aspecto, que exige solução inteligente e imediata. O Governo organizou uma comissão, composta de especialistas nos assuntos relativos á imigração e á eugenia, incumbindo-a de estudar a questão. Dessa comissão fazem parte o Dr. Roquette Pinto, antropologista e Diretor do Museu Nacional, Dr. Renato Kehl, eugenista, conde Debanné, antigo Consul do Brasil nos países do Oriente, Dr. Dulphe Pinheiro Machado, antigo Diretor do Departamento do Povoamento, Dr. Vaz de Mello, Diretor dos Serviços de Passaportes do Ministerio do Exterior e o Sr. Raul de Paula, representante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Preside-a o Dr. Oliveira Vianna, Consultor Juridico deste Ministerio e estudioso dos problemas ethnologicos.

A referida comissão, que está elaborando um ante-projeto de imigração, tem encontrado grandes embaraços na interpretação do preceito constitucional que limitou a entrada de estrangeiros no país, até o máximo de 2 %, calculados sobre o número dos imigrantes aqui fixados, durante os últimos cinquenta anos. O critério estabelecido exige penosa reconstrução de estatística. Mesmo que se consiga organizar os dados necessários, será difícil determinar a percentagem exata dos elementos fixados, pertencentes às nacionalidades que surgiram depois da grande guerra, como a Polónia, a Tchecoslováquia, a Jugoslávia e a Hungria, cujos imigrantes aqui chegavam, antes daquele acontecimento, computados como nacionais da Alemanha, da Austria ou da Russia. Não sendo possível identificar estatisticamente os representantes dessas novas nacionalidades, ter-se-á que adotar critérios empiricos, de carácter meramente aproximativo.

Para compreender os inconvenientes de semelhante restrição, intransponível pelo fato de estar contida num dispositivo constitucional, basta observar que só de colonos japoneses as fazendas paulistas precisam de cerca de 40.000 para o ano corrente. Dentro do limite fixado, não é possível a entrada dos referidos colonos, como também não é possível suprir o *deficit* corr. elementos de outras nacionalidades, igualmente sujeitos á quota de 2 %.

A situação não se modifica ainda em relação aos italianos aos quais, no volume total da imigração permitida para 1935, cabe uma das quotas mais elevadas. Como a Italia, em consequencia da politica nacionalista do seu atual governo, deixou de ser praticamente país de emigração, os elementos que de lá poderão vir serão em numero insignificante, ficando o Governo tambem impedido de preencher a diferença com outros de origem diversa, porque, da mesma fórma, estes não deverão ultrapassar a percentagem determinada pela Constituição.

Decorre daí que a entrada de imigrantes no país está condenada a cair muito abaixo do limite que resultaria da applicação da quota de 2 %.

A densidade de população nos países de economia agricola é de 30 a 40 habitantes por quilometro quadrado. O Brasil tem, apenas, cinco habitantes por quilometro quadrado.

Semelhante situação deve merecer do legislador atento e urgente exame.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA INDUSTRIA E COMERCIO

Desenvolveu o Departamento Nacional da Industria e Comercio proveitosa atividade em todos os setores de sua organização, concorrendo, ao mesmo tempo, para estimular o aumento das rendas publicas e a expansão do comercio e da industria,

como consequencia necessaria da maior divulgaçãõ dos recursos economicos do país e do constante incentivo dispensado às iniciativas privadas.

Os serviços da antiga Junta Comercial, completamente remodelados pelo decreto n. 24.636, de 10 de julho de 1934, fazem agora parte de uma das secções do Departamento, tendo a reforma proporcionado ao commercio grande numero de favores indirectos, entre os quais se conta a brevidade com que se atendem às suas solicitações. Por outro lado, a arrecadação de emolumentos, em 1934, embora mantidas as mesmas taxas, foi maior que a dos anos anteriores, pois atingiu o total de 2.117:324\$000. A legalização dos livros comerciais produziu a soma de 264:576\$, além da parcela paga em selo ao Tesouro Nacional, na importancia de 462:528\$900. O volume dessas rendas virá, sem duvida, a ser aumentado logo que se estabeleça o registo comercial obrigatorio, cuja fiscalização se facilita mediante entendimento directo e constante com as autoridades municipais, encarregadas da expedição de toda e qualquer licença para o exercicio de atos de commercio.

A Junta dos Corretores classificou 505.078 sacas de café, sendo 457.000 para entrega em liquidação de negocios da bolsa, e 48.078 para entregas directas. Foram arrecadados, em beneficio dos cofres publicos, 511:127\$700 provenientes de operações a termo na praça do Rio de Janeiro e relativas a

3.464.000 sacas de café, 6.633.500 sacas de açúcar e 33.789.466 kg. de algodão em rama.

Os trabalhos da secção de industria, que deverão ter ainda maior desenvolvimento, quando forem atendidas as necessidades do serviço de padronização e de pesos e medidas, foram acrescidos com o exame de todos os pedidos de importação de maquinas destinadas á industria, principalmente no que se refere ao desembaraço das importadas para os ramos industriais considerados em superprodução. Avultam, entre esses pedidos, os relativos á manufatura de tecidos, que é uma das que se acham compreendidas no regime de limitação.

Está em organização a estatística industrial, abrangendo não só todos os estabelecimentos de maior produção, como os de menor movimento. Não obstante as dificuldades encontradas para obter dados seguros, já foi possível coligir os elementos indispensaveis para estabelecer um indice mais ou menos completo da nossa situação industrial.

Continuam a ser intensificadas as iniciativas de propaganda e publicação tendentes a alargar a nossa expansão comercial no estrangeiro. Veiu facilitar esse trabalho a intervenção direta dos poderes publicos na representação do Brasil nas exposições e feiras internacionais, devendo-se salientar, nesse terreno, os animadores resultados obtidos, sob o ponto de vista pratico, com a exhibição dos mostruarios brasileiros na Feira Internacional de Bari,

onde fomos classificados em primeiro lugar, como o maior e o melhor concorrente entre as 46 nações que tomaram parte no certame. Não foi menor o exito alcançado na Feira de Marselha. Além das representações organizadas para as exposições de Bruxelas, Iokoama e Poznan está projetada a Feira Flutuante de Amostras, a bordo do "Bagé", e o nosso comparecimento á Feira Internacional de Publicidade.

Os resultados da nossa participação nos referidos certames demonstram as vantagens que, sobre as exposições propriamente ditas, de representação custosa e maior aparato, oferecem as feiras internacionais, verdadeiras bolsas de negocios e mercadorias, onde as transações de maior vulto se realizam em horas, graças ás facilidades proporcionadas pela exhibição dos mostruarios e pelos serviços de informações rapidas e seguras.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA

O Instituto Nacional de Tecnologia foi criado no Ministerio da Agricultura, pelo decreto n. 22.750, de 24 de maio de 1933, com o fim precipuo de estudar a materia prima nacional e determinar os processos mais adequados ao seu aproveitamento. A' vista deste programa, teve o Instituto de entrar em contacto direto e frequente com os manipuladores de materia prima, tornando-se, essencialmente, um órgão de assistencia tecnica á industria do país, cir-

cunstançia que levou o Governo Provisorio a transferí-lo pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, para o Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio.

No desempenho de suas atividades, no ano proximo findo, o Instituto realizou pesquisas que abrangem questões de alto interesse tecnico e economico para o país. Contam-se, entre elas, o emprego do alcool-motor como carburante, assunto que mereceu especial atenção do Governo Provisorio. Os resultados já obtidos podem ser hoje considerados como definitivos e de grande alcance para a industria açucareira.

A necessidade, dia a dia mais premente, de proporcionar assistencia tecnica ao carvão nacional, determinou, em 1922, a criação da Estação Experimental de Combustiveis e Minerios. cujos estudos tem sido continuados pelo Instituto. Graças, em grande parte, a essa assistencia, a produção cresceu consideravelmente, atingindo, em 1934, 750.000 toneladas.

Outra iniciativa do Instituto, merecedora de referencia especial, pela sua imediata repercussão economica, é a que diz respeito ao estudo e á produção de fermentos selecionados, destinados á industria açucareira.

A quasi totalidade do alcool produzido no Brasil provém de fermentações conduzidas em pessimas condições, de que resultam perdas consideraveis, avaliadas em cerca de 25 % e que oneram sensivel-

mente o custo da produção. Tais perdas podem ser, entretanto, facilmente eliminadas, procedendo-se á fermentação alcoólica de maneira racional, pelo emprego de fermentos selecionados, convenientemente adaptados aos nossos processos de industrialização. Para realizar esse trabalho, o Instituto já terminou a montagem de um laboratório modernamente aparelhado, onde está executando estudos de fermentos não só exóticos como indígenas e determinando os que melhores vantagens apresentam em face das exigências industriais do país.

As fibras brasileiras que possam substituir, em condições similares, as importadas, foram objeto de estudos fitogeográficos e de exames estruturais, físicos, químicos, e, bem assim, de investigações referentes á sua aplicação industrial. A guaxima (*Urena Lobata L.*), a papoula de São Francisco (*Hibiscus cannabinus L.*) e a juta paulista (*Hibiscus kitaibelifolius K.*) mereceram especial atenção, elaborando-se várias monografias a respeito de cada uma delas. Esses estudos abrangem todos os aspectos de interesse botânico e industrial dessas plantas, cuja celulose foi também examinada, visando o seu aproveitamento para pasta de papel.

Estudam-se, ainda, as possibilidades do pinheiro, da bracatinga, da palha de arroz e dos resíduos, quer agrícolas, quer fabris, do coroa e de numerosas outras plantas têxteis. Os resultados recolhidos nesses ensaios serão publicados como con-

tribuição á solução urgente do problema da materia prima para o fabrico de papel, filmes, seda artificial e outros produtos.

A cera de carnaúba, cuja exportação já é assinalada na balança ccmercial de alguns Estados do nordeste, apresenta-se no mercado sob inumeros tipos correspondentes a graus de impureza e de alterações diversas. Urge beneficiá-la e, ao mesmo tempo, assistí-la tecnicamente em sua fase de preparação. Após os resultados satisfatorios de laboratorio, procura o Instituto, por meio de uma aparelhagem adequada ás condições de trabalho no nordeste, dar solução industrial ao aproveitamento desse produto.

Sabe-se como é ainda limitado o conhecimento e aplicação dos nossos materiais de construção. As madeiras, por exemplo, que colocam o Brasil entre os países mais ricos de florestas, pouco pesam na exportação. O Instituto vem fazendo, com resultados imediatos e praticos, repetidas experiencias sobre o aproveitamento de varias essencias brasileiras. As possibilidades reveladas por essas experiencias muito estimularão o desenvolvimento do nosso comercio de madeiras.

Estudando as materias primas de que se utilizam as industrias quimicas, procura-se tambem resolver o problema do barateamento da produção do acido sulfurico, pela utilização da nossa pirita. Não dispondo do enxofre nativo, somos obrigados

a importá-lo, o que torna excessivamente elevado o custo do ácido sulfúrico, que é um dos produtos fundamentais de toda a indústria química.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

O decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, pelo qual se criou a Diretoria da Propriedade Industrial, ha muito reclamava a atualização de seus dispositivos. Essa necessidade foi atendida com a expedição dos decretos ns. 22.989 e 22.990, ambos de 26 de julho de 1933. Reformou-se, de modo radical e completo, a estrutura administrativa do Departamento. Os efeitos benéficos de semelhante transformação já se fazem sentir na brevidade dos processos e na maior garantia com que foram amparados os interesses das partes.

O decreto n. 23.649, de 27 de dezembro de 1933, estabeleceu, por outro lado, novas classificações para os serviços de patentes de invenção e marcas de fábrica, e determinou providências que a prática demonstrou necessárias, como a publicação do expediente do Departamento em boletim especial, anexo ao *Diário Oficial*, com a inserção dos *clichés* das marcas registradas em lugar das simples descrições, muitas vezes arbitrariamente feitas para ocultar propósitos de contrafação e de concorrência desleal.

Atendendo a antiga aspiração das classes interessadas, resolveu-se denunciar o Acôrdio de Madrid,

relativo ao registo internacional das marcas de industria e de comercio, celebrado a 14 de abril de 1891, consoante comunicação feita por intermedio do Governo suiço e na fórmula prevista pelo art. 17 *bis* da Convenção da União de Paris, de 1883. O decreto n. 196, de 31 de dezembro de 1934, aprovou a denuncia, firmando os seus efeitos legais.

O movimento de patentes de privilegio de invenção concedidas em 1934 foi menor que o do ano anterior, sendo, entretanto, mais intenso o relativo ao registo de marcas; foram expedidas 708 patentes e registadas 1.933 marcas. A renda total do Departamento, no mesmo ano, elevou-se a 1.623:775\$ contra 1.328:048\$, de 1933.

O decreto n. 24.670, de 11 de julho de 1934, criou o Conselho de Recurso da Propriedade Industrial, órgão especialmente destinado ao exame e julgamento dos recursos interpostos das decisões do Departamento. O Conselho, que é presidido pelo Ministro do Trabalho, Industria e Comercio, compõe-se de um auditor e dos diretores gerais da Diretoria de Expediente, do Departamento da Industria e Comercio, do Instituto de Tecnologia e do Departamento da Propriedade Industrial. Instalado em 23 de julho de 1934, vem realizando sessões semanais, e, até 31 de dezembro, julgou 158 recursos relativos a privilegios de invenção e marcas de industria e comercio.

**DEPARTAMENTO
NACIONAL DE SEGUROS
PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO**

O instituto de seguro privado continúa, entre nós, sem o desenvolvimento que deveria ter. Afóra os seguros contra riscos de incendio e de transporte, reclamados pelo comercio e pela industria, e os de vida, ao alcance quasi exclusivo dos que dispõem de recursos, poucas são as modalidades em uso no país. Varias causas teem concorrido para esse estado de coisas, sobressaindo, dentre elas, a falta de espirito de previdencia e economia do povo, o pouco conhecimento da importancia do seguro na vida social e economica, e as deficiencias da legislação reguladora do instituto, tanto na parte relativa aos principios gerais de contrato como na que regula a constituição e funcionamento das sociedades de seguros.

Torna-se necessario, por isso, intensificar a propaganda do seguro privado e melhorar a legislação existente, com o fim de garantir os interesses em jogo, especialmente os dos segurados, em cujo favor o Estado vem alargando ultimamente as suas atribuições fiscalizadoras. A proteção destes ultimos estava confiada á ação da Inspetoria de Seguros, embora de modo indireto, visto que a essa repartição cabia, apenas, a fiscalização das operações realizadas pelas sociedades que operavam em seguros.

A Inspetoria, subordinada desde a sua criação ao Ministerio da Fazenda, passou a pertencer ao do Trabalho, Industria e Comercio, por força do decreto n. 22.856, de 28 de junho de 1933; tinha atribuições muito restritas e estrutura incompativel com a atualidade, motivo pelo qual foi transformada no Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, com organização adequada á sua finalidade e atribuições mais amplas.

O desenvolvimento do comercio de seguros póde ser avaliado pelo movimento de premios das operações diretas, isto é, excluidas as operações de resseguro. Tais premios montaram, no ano de 1933, a 173.000:000\$ aproximadamente, sendo cerca de 39.000:000\$ provenientes de contratos celebrados com sociedades estrangeiras e 134.000:000\$ de operações realizadas com sociedades nacionais. Dos premios de seguros diretos, cobrados pelas sociedades nacionais em 1933, cerca de 80.000:000\$ foram oriundos de seguros de vida e o restante, no valor aproximado de 54.000:000\$, dos demais seguros, sobretudo contra riscos de fogo e transportes.

A renda de premios obtida pelas sociedades estrangeiras divide-se em duas parcelas: cerca de 3.500:000\$ resultantes de contratos relativos á vida e outras modalidades do mesmo risco, e 35.500:000\$, aproximadamente, arrecadados por conta dos demais seguros. A renda dos premios das sociedades de seguros, no ano de 1933, deixou ao Estado, pela

cobrança do imposto que, diretamente, incide sobre elas, a importancia de 12.250:000\$, soma que, segundo a apuração até agora feita, deve ser maior em 1934.

O imposto sobre sorteios realizados por força dos contratos de capitalização e de seguros de vida ultrapassou, em 1933, a importancia de 600:000\$ e em 1934 a de 800:000\$000. Os selos empregados nos contratos de seguros e de capitalização representaram-se, em 1933, pelo valor de 7.200:000\$, importancia que será superada em relação ao ano de 1934.

CONSELHO ATUARIAL

Subordinadas todas as repartições que tratam de seguros, quer privados, quer sociais, ao Ministerio do Trabalho, pela remodelação administrativa iniciada em fins de 1930, avultou, desde logo, principalmente em face do complexo problema do funcionamento das Caixas de Aposentadorias e Pensões e outros institutos congeneres, a necessidade de melhor aproveitar a capacidade do corpo atuarial de que dispunha. O decreto n. 24.748, de 14 de julho de 1934, criando o Atuariado do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, correspondeu a tal objetivo, determinando a reunião dos atuários oficiais em conselho tecnico, dentro de moldes que se recomendam por sua simplicidade e eficiencia.

Sem quebra da disciplina e da hierarquia administrativa, os tecnicos atuariais, continuando a

servir em repartições diferentes, constituem o Conselho Atuarial, diretamente subordinado á Secretaria de Estado, cabendo-lhe o estudo e discussão, em plenário, dos problemas dessa especialidade, cujo campo de ação se alarga cada vez mais. Medida de evidente alcance pratico, a criação do Atuariado veio preencher séria lacuna administrativa, assegurando aos poderes publicos orientação racional e uniforme, quer quanto aos seguros privados, que constituem a previdencia individual, quer quanto aos seguros sociais em seus multiplos aspectos de imprescindivel assistencia ás classes proletarias.

DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E PUBLICIDADE

A extinção do Departamento Nacional de Estatística, operada em virtude do decreto n. 24.600, de 6 de julho de 1934, determinou a criação do Departamento de Estatística e Publicidade no Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, transferindo-se para o da Fazenda as secções encarregadas das estatísticas de comercio exterior e cabotagem, que passaram a constituir a Diretoria de Estatística Economica e Financeira. Por disposições do mesmo decreto transferiram-se, igualmente, á jurisdição dos Ministerios da Agricultura e da Justiça e Negocios Interiores outras secções daquele departamento, conforme a relação em que se encontravam com os serviços destas duas Secretarias de Estado.

O novo departamento ficou dividido em tres secções, com o encargo de manter biblioteca especializada, almoxarifado e tipografia para impressão dos seus trabalhos e de todos os demais departamentos do Ministerio, e entrou, desde logo, em organização, afim de poder desempenhar as atribuições que lhe foram conferidas pelo respectivo regulamento.

Visando a mais ampla divulgação dos atos officiais que interessam ao trabalho, á industria e ao commercio, leis, decretos e trabalhos tecnicos elaborados pelos outros departamentos, iniciou-se a publicação mensal do *Boletim do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio*, com cerca de 300 paginas e texto variado, fazendo-se a sua distribuição, gratuitamente, não só ás repartições publicas, associações e particulares interessados no conhecimento desses assuntos, como a institutos de commercio e industria, embaixadas e consulados no exterior.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

O Ministerio da Viação e Obras Publicas manteve, durante o ano de 1934, a orientação que lhe foi traçada pelo Governo Provisorio, continuando a comprimir as despesas e a atender ás necessidades mais urgentes dos serviços a seu cargo.

Diversos empreendimentos que se impõem ao poder publico, em materia de comunicações e melhoramentos portuarios, teem sido adiados, á espera que a situação financeira do país melhore e permita dispor dos recursos indispensaveis para custeá-los em condições economicas e vantajosas.

Seria desaconselhavel agir de modo contrario. As iniciativas, mesmo de carater produtivo, que a administração publica tentasse realizar, desatendendo a esse criterio, resultariam, afinal, demasiado onerosas. Não só concorreria para isso o regime excepcional de financiamento que se teria de adotar, como tambem a falta de continuidade nas obras, sujeitas muitas vezes a paralizações inevitaveis, que encarecem o custeio e elevam os orçamentos muito além dos limites previstos.

E' por esse motivo que o Ministerio da Viação e Obras Publicas vem subordinando a sua atividade aos recursos disponiveis, desenvolvendo, entretanto, constante vigilancia sobre os serviços que lhe estão afetos, com o fim de mantê-los dentro de rigorosa economia e de torná-los sempre mais efficientes.

As informações apresentadas a seguir resumem a marcha dos serviços e os resultados dos trabalhos feitos no decorrer do ano findo.

RECURSOS FINANCEIROS

Em 1934, foram abertos pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas 12 creditos, sendo 3 suplementares, no total de 5.351.948\$, ás verbas de pessoal das estradas de ferro para atender ao reajustamento de salarios; 9 especiais, no total de 47.913.967\$194, sendo 15.561.617\$394 para liquidação de um terço do resgate da E. F. Paracatú, 11.206.800\$ para financiamento da construção do aeroporto de dirigiveis no Rio de Janeiro; 600.000\$ para aquisição de material na E. F. Bragança; 215.535\$800 para manutenção do trafego da E. F. Maricá; 2.500.000\$ para os trabalhos preliminares da eletrificação da E. F. Central do Brasil; 1.830.014\$ para liquidação de compromissos relativos ao 1º trimestre de 1934; 2.000.000\$ para aquisição de material rodante para a Rede de Viação Cearense; 4.000.000\$ para gratificações provisórias ao pessoal do trafego telegrafico e 10.000.000\$ para

solução dos transportes na zona salineira fluminense.

Foram ainda revigorados quatro credits especiais no total de 5.786:312\$097, sendo 2.079:932\$797 para as obras do prolongamento do cais do porto do Rio de Janeiro, 1.059:187\$500 para a construção de uma ponte sobre o rio Pelotas, no Passo do Socorro, 1.650:000\$ para a construção do porto de Corumbá e 997:191\$800 para a construção de estradas de rodagem no Estado de Mato Grosso.

A esses recursos é preciso também acrescentar a quantia de 3.425:044\$, proveniente da transferencia do Instituto de Meteorologia, do Ministerio da Agricultura para o da Viação.

MOVIMENTO FERROVIARIO

Os serviços ferroviarios do país veem sentindo, de ano a ano, os efeitos perturbadores de causas diversas, com os mais sensiveis prejuizos para a sua economia. Entre outros, merece especial referencia a exploração do trafego nas estradas de rodagem que servem os centros comerciais mais intensos e proximos.

As estradas de ferro, dispondo de aparelhagem cara e numeroso pessoal, não estão em condições de competir com as empresas de transporte rodoviario. A via-permanente e o material circulante exigem elevado custeio e onerosa conservação, ao passo que o veículo utilizado nas rodovias, além de consti-

tuir todo o aparelhamento da empresa, póde, por sua franca e facil mobilidade, pelo pequeno vulto de seus reparos, fazer o transporte, preferindo e escolhendo a carga, mediante tarifas muito inferiores ás possibilidades das estradas de ferro.

A viação ferrea federal na Baía, servindo a esse Estado e aos de Sergipe e norte de Minas Gerais, a "Great Western of Brazil Railway", desenvolvendo-se nos Estados de Alagôas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a "Leopoldina Railway", com uma extensão de 3.086 km. de linha, percorrendo o Distrito Federal, o Estado do Rio, o Sudoeste de Minas Gerais e o Espirito Santo, a rede Paraná-Santa Catarina são, pelo desenvolvimento paralelo das rodovias, as mais expostas á concorrência do trafego rodoviario.

A incapacidade para atender ás despesas normais, os desniveis do movimento financeiro ou os saldos ficticios obtidos com sacrificio da conservação do material e do leito, os reclamos incessantes das regiões marginaes contra a impontualidade dos serviços, tudo isso comprova o iniludível desequilibrio que vem experimentando o transporte ferroviario, no país.

A crise apontada está em tempo de ser corrigida, bastando possivelmente para conseguí-lo uma regulamentação conveniente e o estabelecimento de taxas e tarifas capazes de impedirem a concorrência e de compensarem a construção e o custeio das es-

tradas paralelas, distribuindo entre umas e outras, de fôrma equitativa, os beneficios e onus do trafego.

A situação das estradas de ferro federais pôde ser apreciada através dos seguintes dados relativos á extensão das linhas e ao movimento financeiro no ano de 1934:

“*São Paulo Railway*” — Extensão em trafego das linhas de concessão federal, 139,466 km.

Receita.....	98.165 :180\$780
Despesa.....	73.757 :756\$910
Saldo.....	24.407 :423\$870

“*Leopoldina Railway*” — Extensão em trafego, em 31 de dezembro: linhas de concessão federal, 818,043 km.; de concessão estadual, 2.268,345 km.; total 3.086,388 km.

Receita.....	78.050 :000\$000
Despesa.....	59.102 :000\$000
Saldo.....	18.948 :000\$000

E. F. Sorocabana — Extensão em trafego, 2.065,996 km.

Receita.....	84.110 :000\$000
Despesa.....	67.888 :000\$000
Saldo.....	16.222 :000\$000

Companhia Mogiana de Estradas de Ferro — Extensão em trafego, 1.966,016 km.

Receita.....	43.504 :495\$450
Despesa.....	34.089 :637\$680
Saldo.....	9.414 :857\$770

Rede de Viação Ferrea do Rio Grande do Sul (janeiro a outubro) — Extensão em trafego, 2.998,116 km.

Reccita.....	60.324:224\$870
Despesa.....	53.244:222\$180
Saldo.....	7.080:002\$690

"Great Western of Brazil Railway Co. Ltd." — Extensão em trafego, 1.741,537 km.

Reccita.....	28.143:695\$120
Despesa.....	21.341:166\$690
Saldo.....	6.802:528\$430

Companhia Ferroviaria Este Brasileiro — Extensão total em trafego, 2.335,600 km.

Reccita.....	13.280:787\$145
Despesa.....	12.720:968\$581
Saldo.....	559:818\$564

Companhia E. F. São Paulo-Rio Grande (janeiro a novembro) — Extensão em trafego, 2.006,915 km.

Reccita.....	32.996:266\$700
Despesa.....	33.452:695\$426
Deficit.....	456:428\$726

Rede Mineira de Viação — Extensão total em trafego, 3.689,896 km.

Reccita.....	36.078:003\$000
Despesa.....	44.578:961\$000
Deficit.....	8.500:958\$000

E. F. Vitoria a Minas — Extensão em trafego,
561,594 km.

Receita.....	7.088:330\$600
Despesa.....	7.198:000\$000
Deficit.....	109:669\$400

E. F. Madeira-Mamoré — Extensão em trafego,
366,485 km.

Receita.....	1.349:613\$100
Despesa.....	1.510:007\$800
Deficit.....	160:394\$700

E. F. Tocantins — Extensão em trafego,
82,430 km.

Receita.....	6:440\$000
Despesa.....	139:381\$300
Deficit.....	132:941\$300

E. F. de Bragança — Extensão em trafego,
291,870 km.

Receita.....	1.902:572\$370
Despesa.....	2.048:629\$312
Deficit.....	146:056\$942

E. F. São Luis a Teresina — Extensão em tra-
fego, 450,652 km.

Receita.....	1.286:625\$100
Despesa.....	2.433:660\$000
Deficit.....	1.147:034\$900

E. F. Central do Piauí — Extensão em trafego, 147,578 km.

Receita.....	208:684\$100
Despesa.....	630:965\$112
Deficit.....	422:281\$012

E. F. Central do Rio Grande do Norte — Extensão em trafego, 221,120 km.

Receita.....	1.319:321\$000
Despesa.....	1.137:937\$000
Saldo.....	181:384\$000

E. F. Petrolina-Teresina — Extensão em trafego, 164,300 km.

Receita.....	68:542\$900
Despesa.....	605:068\$400
Deficit.....	536:525\$500

E. F. do Corcovado — Extensão em trafego, 3,813 km.

Receita.....	317:062\$200
Despesa.....	265:696\$500
Saldo.....	51:365\$700

E. F. de Maricá — Extensão em trafego, 130,472 km.

Receita.....	809:553\$900
Despesa.....	1.394:616\$000
Deficit.....	585:062\$100

E. F. de Goiaz — Extensão em trafego, ...
384,751 km.

Receita.....	3.405:745\$700
Despesa.....	2.753:415\$353
Saldo.....	<u>652:330\$347</u>

E. F. D. Teresa Cristina — Extensão em tra-
fego, 243,858 km.

Receita.....	1.870:733\$572
Despesa.....	1.839:300\$089
Saldo.....	<u>31:433\$483</u>

E. F. Santa Catarina — Extensão em trafego,
107,200 km.

Receita.....	1.075:886\$470
Despesa.....	1.061:801\$315
Saldo.....	<u>14:085\$155</u>

Rede Viação Cearense — Extensão em trafego,
1.356,561 km.

Receita.....	9.250:455\$650
Despesa.....	7.830:737\$800
Saldo.....	<u>1.419:717\$850</u>

E. F. Noroeste do Brasil — Extensão em tra-
fego, 1.354,627 km.

Receita.....	17.538:471\$500
Despesa.....	18.686:755\$700
Deficit.....	<u>1.148:284\$200</u>

E. F. Central do Brasil — Extensão em tra-
fego, 3.090,012 km.

Receita.....	122.253:478\$900
Despesa.....	152.413:419\$100
<i>Deficit</i>	30.159:940\$200

Em 1933, compreendido todo o exercício, isto é, de 1° de janeiro de 1933 a 31 de março de 1934, o *deficit* de custeio desta estrada importou em 24.313:015\$100, segundo os elementos fornecidos pela Sub-Contadoria Seccional da Republica.

No exercício de 1934, de abril a dezembro, a conta de custeio da estrada acusa o *deficit* de 30.159:940\$200. É necessário, porém, ressaltar o seguinte: que em setembro daquele ano, quando o decreto n. 52 reduziu o exercício a nove meses, a estrada já havia refeito seus *stocks*, consumindo quasi toda a verba concedida anteriormente para 12 meses; que nesse periodo foi feito o reajustamento dos salarios do pessoal jornalheiro, com o acrescimo da despesa de cerca de 5.000:000\$ na verba de pessoal.

ESTRADAS DE RODAGEM

A Comissão de Estradas de Rodagem Federais, além dos trabalhos comuns de conservação das rodovias a seu cargo, executou, em 1934, diversos serviços extraordinarios de reconstrução e proteção.

Assim, na Rio-Petropolis foram construidos: 24 muros de arrimo, sendo quatro em concreto armado, tres em concreto ciclopico e os demais em alvenaria de lajões de pedra; tres viadutos em concreto armado; sete boeiros em alvenaria de pedra; tres variantes: aumento e reparo em dois muros de alvenaria e substituição da pavimentação em cerca de 45.000 m².

Na estrada União e Industria, entre os Km. 0 e 90, foi feito o revestimento do leito com macadame em 49.481 m². tendo se efetuado o tratamento superficial com asfalto em 27.666 m²., alargando-se em muitos pontos a estrada para 8 m.; construíram-se, ainda, diversos boeiros em toda a rodovia e muros de arrimo, com um volume de 1.863 m³.

Na estrada Itaipava a Teresopolis prosseguiram os trabalhos de construção entre os Km. 7 e 14.

Executaram-se tambem serviços de reparação, alargamento e empedramento da estrada da Presidencia e de conservação extraordinaria na estrada velha para Petropolis.

As despesas com estes serviços, no total de 4.088:430\$100, assim se distribuíram:

Rio-Petropolis.....	504:326\$300
Rio-São Paulo.....	481:800\$500
União e Industria.....	684:308\$600
Itaipava-Teresopolis (construção)....	2.055:199\$000
Teresopolis-Friburgo.....	56:559\$300
Estrada velha para Petropolis.....	64:740\$500
Estrada da Presidencia.....	19:519\$000

Administração Central.....	211:716\$900
Comissão de estudos para organização do Departamento Nacional de Es- tradas de Rodagem.....	10:260\$000
	<hr/> 4.088:430\$100

Os serviços rodoviaros a cargo do 5º Batalhão de Engenharia correram normalmente.

Na estrada de Curitiba a Capela da Ribeira, além da exploração de 147,500 km. e locação de 107,066, foram feitos trabalhos de excavação com um volume de 2.921.190,851 m³. Obras de arte construídas: uma ponte de concreto armado, de 30 m. de vão; 4 pontilhões com lage de concreto; 17 muros de arrimo, com uma extensão total de 572,40 m.; 18 boeiros de concreto, 135 de alvenaria, 28 de tubo de concreto e 7 drenos de alvenaria.

No trecho de Atuba a Campo Novo, além da retificação geral da *grade* e dos trabalhos de reconstrução, construíram-se: uma ponte de concreto armado com 60 m. de vão; 4 pontilhões de concreto armado, com a extensão total de 17 m.; 22 boeiros e 4 drenos.

Na estrada Curitiba a Joinville o reconhecimento alcançou 180 km., tendo sido explorados 114,760 e locados 24. Afóra os trabalhos preparatorios, foram excavados 470.000 m³. As obras de arte construídas foram: 1 boeiro de concreto, 68 de alvenaria e 11 drenos de alvenaria.

Na estrada de São João a Barracão, trecho de

São João a Clevelandia, a excavação atingiu a 10.970 m³., tendo sido construídas duas pontes com a extensão total de 68,50 m.

No trecho de Clevelandia a Conrado a excavação alcançou 57.446 m³. As obras de arte construídas foram: 7 pontes, 1 pontilhão, 22 boeiros de alvenaria e 1 de tubo armco.

Os serviços de conservação abrangeram: a estrada velha de Bocaiuva a Capela da Ribeira, numa extensão de 117 km., a estrada de Curitiba a Joinville, entre a divisa dos Estados de São Paulo e Paraná e as localidades de São João e Palmital, e 210 km. da estrada de São João a Barracão.

Revestiu-se de macadame um trecho de 48 km. da estrada de Curitiba a Capela da Ribeira, e 10 km. da de Curitiba a Joinville, até São José dos Pinhais.

As despesas correspondentes a esses serviços, desde o início dos trabalhos, na importância total de 25.016:425\$, assim se distribuíram:

Estrada Curitiba-Capela da Ribeira:

Trabalhos de construção (83 km.), reconstrução, conservação e re- vestimento.....	19.815:196\$600
---	-----------------

Estrada Curitiba-Joinville:

Construção (15 km.) e estudo (74 km.), reconstrução, conservação e revestimento.....	3.344:443\$400
--	----------------

Estrada São João-Barracão:

Construção, reconstrução e conservação, material permanente e de consumo em <i>stock</i>	1.856:785\$000
	<u>25.016:425\$000</u>

Dessa importancia já foram pagos, por diversos adiantamentos, 18.500:000\$, tendo sido empenhadas, até 31 de dezembro ultimo, despesas no total de 6.516:425\$, de medições, materiais adquiridos e transportes realizados.

**PORTOS, TRAFEGO
MARITIMO E NAVEGAÇÃO**

O aparelhamento dos portos e escoadouros comerciais de maior movimento continúa a constituir sério problema para a administração publica.

A concentração dos principais centros urbanos ao longo do litoral faz depender quasi que exclusivamente do trafego maritimo a circulação e distribuição de grande parte da produção nacional.

Por motivos diversos, o aparelhamento portuario resulta sempre dispendioso. Ocorre frequentemente que a renda produzida não dá para cobrir as despesas normais de custeio e conservação. Daí a majoração de tarifas e taxas e a imposição de outros onus que tanto concorrem para encarecer o serviço e dificultar o trafego maritimo.

O problema torna-se, assim, complexo, exigindo ás vezes do poder publico providencias espe-

ciais. Seria conveniente, por isso, antes de iniciar a execução de qualquer empreendimento portuario, verificar prévia e rigorosamente as suas possibilidades financeiras. Evitar-se-á dessa fórmula a instalação de serviços deficitarios e não raro suntuarios, que não podem ter utilização remuneradora em regiões, cujas necessidades apenas comportam aparelhagem portuaria modesta, de facil conservação e custeio modico.

Existem atualmente em funcionamento, em nosso litoral, numerosos portos, cujo movimento financeiro é o seguinte:

Manaus:

Verbas distribuidas.....	132:911\$000
Despesas realizadas.....	95:080\$000
Saldo.....	37:831\$000
Capital reconhecido até 31 de dezembro de 1933.....	19.676:765\$392
Renda do porto.....	3.030:589\$809

Pará:

Verbas distribuidas.....	198:752\$000
Despesas realizadas.....	153:097\$800
Saldo.....	45:654\$200
Capital reconhecido até 30 de junho de 1933.....	58.743:508\$775
Renda do porto.....	3.624:859\$200
Renda das taxas portuarias.....	859:683\$200

São Luis do Maranhão (sem aparelhamento):

Verbas distribuidas.....	143:081\$100
Despesas realizadas.....	107:555\$100
Saldo.....	35:526\$000
Renda das taxas portuarias.....	286:616\$470

Fortaleza (sem aparelhamento):

Verbas distribuidas.....	251:204\$000
Despesas efetuadas.....	208:635\$100
Saldo.....	<u>42:568\$900</u>
Renda das taxas portuarias.....	830:457\$830

Natal:

Verbas distribuidas.....	1.256:118\$000
Despesas realizadas.....	965:643\$300
Saldo.....	<u>290:474\$700</u>
Renda do porto.....	393:726\$600
Renda das taxas portuarias.....	281:174\$300

Cabedelo:

Verbas distribuidas.....	297:084\$000
Despesas realizadas.....	238:557\$000
Saldo.....	<u>58:527\$000</u>
Renda das taxas portuarias.....	623:819\$200

Recife:

Verbas distribuidas.....	919:953\$100
Despesas realizadas.....	705:742\$170
Saldo.....	<u>214:210\$930</u>
Renda do porto.....	4.884:781\$100
Renda das taxas portuarias.....	4.300:677\$400

Baía:

Verbas distribuidas.....	1.428:031\$000
Despesas realizadas.....	806:127\$475
Saldo.....	<u>621:903\$525</u>
Capital reconhecido (ouro).....	25.124:916\$829
Renda do porto.....	4.909:098\$720
Renda das taxas portuarias.....	1.915:313\$600

Vitoria:

Verbas distribuidas.....	138:838\$000
Despesas realizadas.....	104:675\$186
Saldo.....	34:162\$814
Capital reconhecido até 31 de dezembro de 1934.....	13.598:346\$776
Renda das taxas portuarias.....	121:222\$400

Rio de Janeiro:

Verbas distribuidas.....	1.395:880\$000
Despesas realizadas.....	868:687\$100
Saldo.....	527:192\$900
Renda do porto.....	16.005:617\$000
Renda das taxas portuarias.....	38.556:414\$742

Niteroi:

Verbas distribuidas.....	194:170\$000
Despesas realizadas.....	159:545\$100
Saldo.....	34:624\$900
Capital reconhecido até 31 de dezembro de 1929.....	20.857:159\$239
Renda do porto.....	74:318\$100

Angra dos Reis:

Explorado pelo Estado do Rio, não tem o Departamento de Portos e Navegação os dados respectivos.

Santos:

Verbas distribuidas.....	133:190\$000
Despesas realizadas.....	85:946\$400
Saldo.....	47:243\$600
Renda do porto.....	41.847:734\$918
Capital reconhecido.....	185.406:969\$899
Renda das taxas portuarias.....	39.651:403\$800

Corumbá:

Verbas distribuidas.....	136:126\$000
Despesas realizadas.....	43:183\$900
Saldo.....	<u>92:942\$000</u>

Paranaguá:

Verbas distribuidas.....	173:752\$000
Despesas realizadas.....	90:567\$542
Saldo.....	<u>83:184\$458</u>

Renda das taxas portuarias, inclusive do porto de Antonina...	380:086\$100
---	--------------

Portos de Santa Catarina:

(Florianopolis-Laguna-Itajaí-São Francisco.)

Verbas distribuidas.....	518:890\$000
Despesas realizadas.....	333:002\$100
Saldo.....	<u>185:887\$900</u>

Renda das taxas portuarias.....	697:845\$500
---------------------------------	--------------

Rio Grande do Sul:

Verbas distribuidas.....	256:106\$600
Despesas realizadas.....	187:067\$183
Saldo.....	<u>69:039\$417</u>

Renda do porto.....	2.294:617\$000
---------------------	----------------

Renda das taxas portuarias.....	4.741:866\$500
---------------------------------	----------------

Prosseguiram as obras da Baixada Fluminense e dos portos de Cabedelo, da Baía e do Rio de Janeiro.

Ainda por conta de verba orçamentaria, foram realizados os estudos dos rios Tocantins e Araguaia, porto de Amarração e canal de São José, no Piauí; porto de Aracajú e abertura do canal de Santa Ivária, em Sergipe; porto de Antonina e rio Iguassú, no Paraná, e porto de Itajaí e rio Cachoeira, em Santa Catarina — estes dois ultimos prestes a ser concluidos.

O trafego portuario, em 1934, está assim representado: 18.880 embarcações nacionais, com um registo de 14.913.334 toneladas; 5.527 embarcações estrangeiras, com um registo de 25.632.600 toneladas.

O trafego fluvial e de cabotagem realizado pelas empresas fiscalizadas oferece o seguinte movimento:

Navegação dos rios Mamoré-Guaporé:

Subvenção anual.....	150:000\$000
Recebida.....	150:000\$000
Quilometros navegados.....	33.984

Navegação dos Altazes:

Subvenção anual.....	96:000\$000
Recebida.....	96:000\$000
Milhas navegadas.....	15.600

Navegação do Alto Tapajós:

Subvenção anual.....	36:000\$000
Recebida.....	36:000\$000
Milhas navegadas.....	7.692

"The Amazon River Steam Navigation Ltd.":

Subvenção anual.....	3.000:000\$000
Recebida.....	3.000:000\$000
Milhas navegadas.....	302.880

Navegação Mineira do São Francisco:

Subvenção anual.....	300:000\$000
Recebida.....	192:976\$000
Milhas navegadas.....	48.244

Empresa Viação do São Francisco:

Subvenção anual.....	400:000\$000
Recebida.....	301:976\$000
Milhas navegadas.....	75.252

Empresa Baixo São Francisco:

Subvenção anual.....	100:000\$000
Recebida.....	99:996\$520
Milhas navegadas.....	10.712

Companhia Fluvial Maranhense:

Subvenção anual.....	100:000\$000
Recebida.....	57:631\$000
Milhas navegadas.....	13.560

Empresa Lloyd Maranhense:

Subvenção anual.....	100:000\$000
Recebida.....	68:014\$000
Milhas navegadas.....	16.004

Empresa Clemente C. Cantanhede:

Subvenção anual.....	60:000\$000
Recebida.....	60:000\$000
Milhas navegadas.....	7.392

por uma obra eficiente e pertinaz, as estiagens, que, anteriormente, perturbavam toda a vida regional, hoje são toleradas e mesmo vencidas, sem os prejuízos e desgraças, outrora, inevitáveis.

Procurou-se executar, em 1934, um programa de trabalho capaz de atender aos pesados encargos resultantes da seca de 1932 e de manter, tanto quanto possível, a continuidade indispensável ao aproveitamento inteligente das obras construídas ou iniciadas durante o flagelo.

Impunha-se, para tanto, dar andamento aos serviços de açudagem e irrigação e reduzir os rodoviários ao mínimo indispensável. Isso foi feito prosseguindo-se, ao mesmo tempo, as obras de cooperação — açudagem e perfuração de poços — e os estudos e demais serviços a cargo da Inspeção.

Obedecendo rigorosamente ao plano traçado, executaram-se, em 1934, os seguintes trabalhos:

Açudagem pública e irrigação — Tiveram andamento as obras dos açudes "Jaibara", "Choró" e "General Sampaio" e "Tucunduba" (consolidação), no Estado do Ceará; "Piranhas", "São Gonçalo" e "Condado", na Paraíba; "Itans", "Inharé" e "Lucrecia", no Rio Grande do Norte; "Quebra Unhas", "Parnamerim" e "Cachoeira", em Pernambuco; "Coité", "Macaúbas" e "Valente", na Baía.

Dos açudes citados, que acumularão, abstraído o do "Tucunduba", 1.072.185.000 metros cúbicos

dagua, foram concluidos: — o "Choró" (143.000.000 m³.), no municipio de Quixadá, Estado do Ceará, capaz de garantir a irrigação de 2.000 hectares; o "Lucrecia" (27.270.000 m³.), no municipio de Martins, no Rio Grande do Norte; o "Quebra Unhas" (2.700.000 m³.), e o "Parnamerim" (5.715.000 m³.), nos municipios de Leopoldina e Alagoa de Baixo, respectivamente, no Estado de Pernambuco, e o "Coité" (1.000.000 m³.), no municipio de S. Paulo, Estado de Sergipe — ao todo cinco açudes, com uma capacidade total de 179.685.000 m³., correspondente a 22 % da capacidade integral de acumulação dos açudes publicos construidos no Nordeste até 31 de dezembro de 1933 (809.761.000 m³.).

Tambem foram concluidas, durante o ano findo, as obras de consolidação do açude publico "Tucunduba", no municipio de Sant'Ana do Acaraú, Estado do Ceará.

Prosseguiram, igualmente, os trabalhos de irrigação no sistema do "Alto Piranhas" (varzeas de Souza) e "Lima Campos", assim como os relativos á construção da pequena rede projetada para aproveitamento das aguas do açude "Joaquim Tavora".

Açudagem por cooperação — Foram grandemente ativados os trabalhos de açudagem por cooperação. Assim, tiveram andamento, durante o ano, 65 açudes, com uma capacidade total de acumulação de 138.774.000 m³., sendo 23 iniciados

e 33 prosseguidos. Dessas obras foram concluídas 17, que armazenarão, em conjunto, 26.477.850 m³., e assim distribuídas: 14, no Estado do Ceará (24.568.050 m³.); 2, no Rio Grande do Norte (1.209.800 m³.); 1 na Baía (700.000 m³.). O acréscimo de acumulação resultante (26.477.850 m³.) corresponde a 42 % da capacidade total dos açudes construídos por cooperação até 31 de dezembro de 1933.

Trabalhos rodoviários — Os serviços rodoviários continuaram sujeitos às restrições aludidas, agravadas pela necessidade de se desviar parte das verbas de construção para atender aos trabalhos pesados de conservação dos trechos já construídos, que muito sofreram com o rigor da estação chuvosa. Não obstante as dificuldades apontadas, podem ser considerados satisfatórios os resultados gerais obtidos no decurso de 1934 e que se resumem na construção de 86,620 km. de estrada-tronco com diversas ligações; de 83 pontes e pontilhões de concreto armado, com uma extensão total de 620,000, e de 93 boeiros de dimensões diversas; além da conservação, que em alguns trechos tomou vulto de verdadeira reconstrução, de... 1.836,500 km. de estradas anteriormente construídas. Entre as obras de arte concluídas, avulta a ponte sobre o rio Acaraú, em Sobral, com 200,00 de vão, e que veio completar definitivamente a ligação Fortaleza-Sobral, na rodovia-tronco Fortaleza-Teresina.

Perfuração e instalação de poços — Tiveram grande incremento, durante o ano de 1934, os trabalhos de perfuração e instalação de poços, tanto federais, á margem das rodovias-tronco, como em cooperação, seja com Estados ou municipios, seja com simples particulares. Como sumula dos serviços em apreço, temos:

a) perfuração de poços publicos: em andamento 6, das quais 4 iniciadas no ano e 2 prosseguidas; concluidas 5, sendo 2 no Ceará, 2 no Piauí, e 1 em Sergipe — com uma vasão horaria total de 8.300 litros;

b) perfuração de poços por cooperação: em andamento 80, sendo 60 iniciadas no ano e 20 prosseguidas; concluidas 60, das quais 51 com resultado satisfatorio; destas ultimas, com vasão horaria total de cerca de 133.000 litros, 36 do Ceará, 8 no Rio Grande do Norte, 1 em Pernambuco, 4 na Baía e 1 em Sergipe;

c) instalações: concluidas 12, sendo 4 em poços publicos e 8 por cooperação.

CORREIOS E TELEGRAFOS

O Departamento dos Correios e Telegrafos teve, durante o ano de 1934, os seus serviços executados dentro dos recursos orçamentarios que lhe foram concedidos.

A renda arrecadada atingiu a 64.839:782\$500, sendo 39.968:047\$600 do serviço postal e

24.871:734\$900 do serviço telegrafico, enquanto a despesa — pessoal e material — ascendeu a 79.841:443\$900, excluidas a importancia relativa ás aquisições feitas diretamente pela Comissão Central de Compras — 3.977:386\$700, a decorrente do decreto n. 24.768 — 3.719:176\$400, a proveniente de vencimentos de cargos extintos — 76:628\$, e a correspondente a construções e melhoramentos — 4.965:151\$200, elevando-se, desse modo, a despesa total a 92.579:786\$200.

Poder-se-á daí concluir que, nesse exercicio, o *deficit* atingiu a 27.740:003\$700. E' preciso, porém, observar que essa importancia poderá ser bastante reduzida, desde que se deduza da despesa respectiva a quantia empregada em melhoramentos, que, pela sua natureza e finalidade, ficam incorporados ao patrimonio nacional, e seja tambem considerado receita o *quantum* correspondente á taxa do serviço oficial postal e telegrafico, que o Governo estaria obrigado a dispender, si esse serviço fosse executado por empresas particulares.

Agencias e estações — Pertencentes ao departamento existiam, em 1934, em todo o territorio nacional, 3.467 agencias postais, isto é, mais 14 do que em 1933, e 1.480 estações de telegrafo com e sem fio, acusando, quanto a estas, em relação ao ano anterior, 19 estações para mais, e isso sem levar em conta as 9 estações radiotelegraficas e radiotelefonicas automaticas que estão sendo ins-

taladas em Belém do Pará, Fortaleza, Recife, Baía, Distrito Federal e Porto Alegre.

As estações de telegrafo sem fio pertencentes a particulares, inclusive as estaduais, e destinadas aos serviços administrativos e de segurança do trafego aereo e ferroviario, bem como as de serviço publico, somente para o trafego internacional e serviço limitado, as de sinais horarios e as empregadas no serviço meteorologico, são já em numero de 205, além das estações de radio-amadores em numero de 51, as de bordo em numero de 137, as aeronauticas em numero de 36, e as de radiofonia em numero de 37, afora o registo de 49.919 aparelhos receptores de radio-difusão, numero esse que, aliás, não corresponde á realidade, visto como 75 %, possivelmente, dos possuidores de tais aparelhos se obstinam em não inscrevê-los, mau grado a modicidade da taxa exigida para efeito apenas de estatistica.

Trafego telegrafico — O trafego telegrafico interior acusou um movimento satisfatorio em relação ao de 1933, pois atingiu a cerca de 8.872.137 telegramas, com cerca de 166.461.486 palavras, registando-se um pequeno acrescimo sobre o daquele ano.

Rede telegrafica — A extensão da rede telegrafica que era em 1933 de 59.681.726 m., com o desenvolvimento de 115.968.501 m., passou a ser em 1934, em virtude das construções e recons-

truções realizadas, de 59.743.244 m., com o desenvolvimento de 116.553.243 m., havendo, por conseguinte, um aumento, respectivamente, de 61.518 e 584.742 m.

Melhoramentos — Dentre os melhoramentos introduzidos, no departamento, todos, aliás, de caráter importante, oportuno é ressaltar a criação da Escola de Aperfeiçoamento, que vem facilitando grandemente o preparo técnico do pessoal.

A consignação de recursos especiais na lei orçamentaria, adicionados aos saldos existentes no Banco do Brasil, provenientes dos depósitos de que tratam os decretos ns. 21.790, de 5 de setembro de 1932, e 22.620, de 5 de abril de 1933, permitiram desenvolver, em melhores condições, o plano de construção de prédios, posto em execução no segundo semestre de 1932. As numerosas edificações em andamento ou concluídas em 1934, destinadas a servir de sedes das repartições postais-telegráficas, estão assim distribuídas:

Piauí — Além do edifício-sede da Diretoria Regional, concluíram-se as obras do prédio destinado à agência postal-telegráfica de Parnaíba;

Paraíba do Norte — Predios para as agências de Alagôa Grande e Mamanguape;

Pernambuco — Predio para a agência postal-telegráfica de Caruarú e dois outros destinados às estações radiotelegráficas transmissoras e receptoras de Recife;

Alagôas — Edifício-sede da Diretoria Regional, em Maceió, e prédio para a agencia postal-telegrafica de Penedo;

Sergipe — Edifício-seje da Diretoria Regional, em Aracajú;

Baía — Predios para as agencias postais-telegraficas de Joazeiro, Alagoinhas e Feira de Santa Ana, tendo já sido concluidas as obras dos predios destinados ás estações radiotelegraficas transmissora e receptora na Capital do Estado;

Espirito Santo — Além do prédio para a sede da Diretoria Regional, concluiu a administração a construção de dois outros no interior do Estado: Colatina e Cachoeira do Itapemirim;

Rio de Janeiro — Predios para as agencias de Friburgo e Teresopolis;

Distrito Federal — Para receber as instalações radio-automaticas encomendadas a "Marconi's Wirells Telegraph Company" a administração teve de construir edificios apropriados;

Minas Gerais — Foram construidos edificios em varias estancias hidrominerais, tais como: Poços de Caldas, Cambuquira, Lambarí e Caxambú, tendo sido já iniciada a construção do edificio-sede da Diretoria Regional de Juiz de Fóra;

Paraná — Foi concluida a construção do edificio-sede da Diretoria Regional, em Curitiba;

Santa Catarina — Predio destinado á agencia postal-telegrafica de Laguna;

Rio Grande do Sul — Foram concluídas várias construções iniciadas no ano anterior e levadas a efeito outras projetadas e concluídas em 1934, tais como: Uruguaiana, Alegrete, Caçapava, Taquarí, Piratini, Caxias e São Borja.

Acham-se, ainda, em construção os prédios destinados às sedes das seguintes diretorias regionais: Maranhão, Rio Grande do Norte e Baía, continuando o Departamento a cogitar de novas construções em muitas outras cidades do país.

As oficinas funcionaram normalmente, tendo-se registado, no correr do ano, regular aumento de produção.

A secção tipográfica confeccionou todos os modelos utilizados pelo Departamento, além de outros usados na Secretaria de Estado. Póde assim ser resumida a sua actividade: formulas avulsas, 80.258.024; livros, 17.110; talões, 249.324; blocos, 225.543; brochuras, 29.000; envelopes, 2.926.800.

Na secção de maquinas, merece referencia o numero de fechos de chumbo preparados. Esse material, antes fornecido por uma firma estrangeira, é hoje fabricado nas oficinas do Departamento. A sua produção atingiu, em 1934, a 4.299.103 fechos.

A tesouraria dos selos distribuiu ás varias agencias postais do país material e formulas de franquia na importancia total de 131.606:437\$990, consignando as maquinas de franquiar existentes nas diretorias regionais uma renda de 3.308:235\$250.

AERONAUTICA CIVIL

A expansão dos transportes aereos no país vem confirmando, de ano para ano, o acerto das medidas adotadas pelo Governo para facilitar, orientar e auxiliar, sem grandes onus para o erario publico, as iniciativas particulares que se propõem desenvolver os serviços publicos de navegação aerea.

Mais uma empresa de transportes aereos, a Vasp, iniciou, no ano findo, o trafego aereo, mantendo linhas regulares em São Paulo e em Minas Gerais. Temos, assim, cinco empresas estabelecidas no país — o Sindicato Condor, a Panair do Brasil, a Varig, o Aerolloyd Iguassú e a Vasp — sendo que as duas primeiras estendem os respectivos serviços até Buenos Aires.

Em 1934, tiveram baixa do serviço cinco aeronaves mercantes, visto não mais satisfazerem os requisitos para a segurança do trafego. No correr do mesmo ano, foram postas em serviço quatro novas aeronaves de grande porte, que sofreram as necessarias vistorias, depois de satisfeitas as exigencias regulamentares.

As cinco empresas referidas, ao encerrar-se o ano, tinham em serviço 34 aeronaves mercantes. A extensão das linhas aereas mantidas com essa frota atingiu, em 1934, a 17.135 km., enquanto que em 1933 se elevou apenas a 15.416 km. Foram realizados 2.292 vôos nos primeiros nove meses,

contra 1.672 vôos em igual periodo de 1933, tendo sido de 10.042^h,21 o numero de horas de vôo nos mesmos meses, ao passo que, em igual periodo de 1933, o numero de horas de vôo foi de 8.417^h,56.

Além dessas cinco empresas, tres outras estrangeiras mantiveram linhas aereas sobre o territorio nacional: a S. A. Air-France, a Pan American Airways, Inc., e a Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H. A linha desta ultima foi realizada pelo dirigivel "Graf Zeppelin", e as das outras duas por aviões e hidro-aviões. Em 31 de dezembro de 1934, o numero de aeronaves mercantes, estrangeiras, com certificados revalidados pelo D. A. C., era de 40, estando compreendidos nesse numero o "Graf Zeppelin", o hidro-avião "Brazilian Clipper" e um avião "Fokker" da Air-France. E' preciso notar que dessas 40 aeronaves estrangeiras, 37 estão sendo utilizadas apenas no transporte de malas postais.

O seguinte quadro representa o movimento do trafego aereo nos nove primeiros meses de 1933 e de 1934:

	1933	1934
Passageiros.....	8.814	13.109
	kg.	kg.
Bagagens.....	103.057	150.935
Malas postais.....	54.862	55.886
Cargas.....	81.416	101.484

Dos 17.135 km. de linhas aereas, nacionais, em trafego, a União subvenciona as linhas de Belém

a Manaus, com 1.500 km. de extensão, e de São Paulo a Cuiabá, por Corumbá, com 1.865 km. de extensão. A par dessas linhas de penetração subvencionadas pela União, ha linhas de carater regional, para cuja manutenção os Governos estaduais concorrem com pequenas subvenções, como sucede no Rio Grande do Sul com a Varig e em Santa Catarina com o Aerolloyd Iguassú.

Igualmente apreciavel tem sido o auxilio financeiro que para a aviação representa a manutenção e ampliação das linhas do Correio Aereo Militar. As rotas por este criadas vão melhorando paulatinamente, graças á contribuição dos municipios no preparar e ampliar os terrenos de pouso, transformando-os, pouco a pouco, em pequenos aeroportos de condições razoaveis.

Considerando a grande conveniencia da preparação dessas rotas, como estimulo á inauguração de novas linhas aereas comerciais, o Ministerio da Viação, por proposta do Departamento de Aeronautica Civil, fez aplicar em melhoramentos de diversos terrenos de pouso, utilizados pelo Correio Aereo Militar, a importancia de 350:000\$, por conta da verba propria daquele Departamento.

Procedida uma inspeção geral de todos os campos de aterrissagem, foram esses recursos dispendidos na ampliação, melhoramento e proteção dos terrenos de pouso de Belo Horizonte, Pirapora, São Francisco e Januaria, em Minas Gerais; Cari-

nhanha e Chique-Chique, na Baía; Crato e Camocim, no Ceará; Campo de Marte e Penapolis, em São Paulo; Campo Grande, em Mato Grosso; Castro, Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá, no Paraná, e Joinville, em Santa Catarina.

No Campo de Marte e em Penapolis foram construídas e instaladas estações radio-meteorológicas.

Nos aeroportos de Vitória e de Ilhéus diversas linhas aéreas de força, telegrafos e telefone, constituíam permanente ameaça à segurança da navegação aérea. Impunha-se a remoção de tais obstáculos, substituindo-se as linhas aéreas por cabos submarinos, serviço esse que foi projetado e executado pelo Departamento de Aeronáutica Civil.

As dotações orçamentárias resultaram exiguas para atender, na medida das necessidades, a todos os melhoramentos reclamados pelas linhas aéreas em exploração. Foram, por isso, concentrados os recursos disponíveis na execução dos trabalhos mais prementes: obras do aeroporto do Rio de Janeiro, na Ponta do Calabouço; serviços preliminares para a construção do aeroporto para dirigíveis, em Santa Cruz; trabalhos de preparação de um aeroporto na ilha de Fernando Noronha, para assegurar o estabelecimento das linhas regulares transatlânticas com aviões.

A localização do aeroporto do Rio de Janeiro, na Ponta do Calabouço, foi cuidadosamente estudada, julgando-se a mais conveniente, por se prestar

tanto ao serviço de aviões terrestres como de hidroaviões. É preciso levar em conta também quanto esse empreendimento concorrerá para embelezar a planta urbana da capital federal. A larga faixa de terra fronteira á Ilha de Villegaignon, que ficaria em abandono, enquanto não fosse possível executar o plano Agache, passará a ter aproveitamento imediato e sob todos os aspectos vantajoso para o progresso da cidade, com a relevante circunstancia de em nada prejudicar o referido plano.

A utilização da ilha de Fernando Noronha para as travessias transatlânticas não podia deixar de interessar o Governo Federal, que tem procurado apoiar e auxiliar todas as iniciativas que visam o desenvolvimento da navegação aérea. Estabelecida a linha aérea com dirigíveis, em virtude do contrato assinado com a "Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H.", tornava-se necessário encarar o problema das linhas de aviões terrestres, cuja exequibilidade ficou comprovada com as travessias feitas pelo trimotor Couzinet "Arc-en-ciel".

Depois dos estudos indispensáveis, resolveu-se a construção de um aeroporto na ilha Fernando Noronha, dando-se início aos trabalhos ainda dentro do ano de 1934.

MINISTERIO DA AGRICULTURA

O Ministerio da Agricultura, depois das profundas reformas a que foi submetido na ultima fase do Governo Provisorio, ficou aparelhado de forma a poder cooperar eficientemente para a expansão economica do país, mediante intervenção mais direta e eficaz no desenvolvimento da sua produção agricola.

Para assegurar maior rendimento ás atividades que lhe cumpria desenvolver, tratou-se inicialmente de estabelecer uma articulacão sistematica entre os orgãos federais e estaduais, instituidos com o mesmo objetivo, evitando-se, assim, uma duplicidade de funções causadora de dispendios elevados e inuteis. Embora a coordenação de esforços ainda não seja completa, chegar-se-á, aos poucos, a um trabalho de cooperação capaz de permitir á União e aos Estados manterem, mediante applicação mais racional dos recursos de que dispõem, serviços verdadeiramente tecnicos e em condições de estudar e resolver todos os importantes problemas da nossa organização agricola.

A orientação a que obedece atualmente o Ministério da Agricultura ajusta-se a esse objetivo e atende, ao mesmo tempo, aos interesses imediatos da produção, dentro de cada setor de atividades.

Assim, ante as perspectivas abertas ultimamente á cultura do algodão, procurou-se, desde logo, aperfeiçoar o beneficiamento e a classificação desse produto, afim de assegurar-lhe possibilidades mais amplas e compensadoras nos mercados externos de consumo. Cuida-se, para isso, de reaparelhar com usinas modernas as regiões onde a cultura algodoeira apresenta melhores condições de desenvolvimento.

Procedimento identico se impôs em relação á lavoura do café, cujos principais centros carecem de instalações beneficiadoras, de despulpamento e secagem mecanica, que facilitem a preparação de qualidades finas, tão preferidas nos grandes mercados de consumo mundial.

O crescente aumento verificado nas nossas exportações de frutas, comprovando a expansão desse ramo da nossa cultura agricola, veiu exigir maior rigor quanto á apresentação do produto. Por outro lado, o escoamento das safras não se processava de forma regular, ocasionando frequentes prejuizos aos produtores. Para modificar essa situação, que não podia perdurar por mais tempo, tomaram-se providencias oportunas, regularizando-se definitivamente os embarques e concluindo novos ajustes sobre os fretes, que tão pesadamente oneravam o transporte.

Quanto ao aproveitamento industrial das nossas quedas d'agua e riquezas do sub-solo, já são sensíveis os benefícios trazidos pela aplicação dos Codigos de Aguas e de Minas, os quais, embora susceptíveis de retoques, vieram imprimir seguros rumos á exploração dos nossos potenciais hidraulicos e formações minerais.

Utilizando os meios e recursos disponiveis, estimulou-se a mineração de ouro e intensificou-se a pesquisa de petroleo.

Continuaram, tambem, a merecer cuidadoso estudo as questões relativas ao problema siderurgico, cuja solução, insistentemente procurada, apresenta multiplas e fortes dificuldades que terão, afinal, de ser vencidas, porque dela depende, em grande parte, o progresso do país, obrigado atualmente a adquirir no estrangeiro, a peso de ouro, materiais de primeira necessidade para desenvolvimento de seus meios de transporte, expansão de seu parque industrial e aparelhamento de sua propria defesa militar.

Outro problema fundamental para a nossa economia reclama igualmente solução urgente — a instituição do credito agricola. Circunstancias ponderosas ainda não permitiram instalar o Banco Rural, iniciativa que, tornada realidade, virá prestar á lavoura incalculaveis beneficios.

Em materia de tecnica agricola, são consideraveis, como se sabe, as nossas deficiencias. Urge corrigí-las e isso somente se conseguirá, pondo

em ação um aparelhamento capaz de generalizar os modernos conhecimentos agronomicos, de cuja aplicação tantos proveitos poderiam resultar para a nossa produção. Existe em estudos um plano de organização destinado a tornar accessiveis ao agricultor os meios de instruir-se e utilizar os modernos processos de preparação da terra e seleccionamento de culturas. Esse plano será submetido oportunamente á apreciação do Poder Legislativo.

Passamos a tratar mais pormenorizadamente da atuação dos serviços do Ministerio da Agricultura, durante o ano de 1934.

ECONOMIA AGRICOLA E DEFESA DA PRODUÇÃO

De acôrdo com a nomenclatura de seus serviços, ao Ministerio da Agricultura cabe exercer atuação direta sobre todas as iniciativas que dizem respeito á organização da economia e da produção agricola.

Entre os órgãos de que dispõe, para atingir esse duplo objetivo, figuram a Diretoria de Organização e Defesa da Produção e a Diretoria de Estatística da Produção.

Diretoria de Organização e Defesa da Produção — A tarefa que lhe foi atribuida só póde ser realizada gradativamente, mediante providencias de resultados lentos, dependentes de fatores individuais e coletivos que terão de ser coordenados através de um trabalho continuo e pertinaz de organização e propaganda.

Como inicio desses trabalhos, promoveu-se a fundação de numerosos consorcios profissionais cooperativos nos Estados do Rio Grande do Sul, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Espirito Santo; levantou-se a estatística das cooperativas agricolas, de venda, de credito, de consumo, escolares e de produção existentes no país; atendeu-se a todos os pedidos de assistencia tecnica e administrativa, além do fornecimento de todos os estatutos modelos que foram solicitados.

Demonstrando a preocupação de incentivar o desenvolvimento do cooperativismo, por considerá-lo a forma mais proveitosa e pratica de organização economica, o Governo concedeu auxilios pecuniarios a varias entidades, num total de 221:000\$000. Entre os auxilios concedidos figura um de 150:000\$, de que foi beneficiaria a Federação das Cooperativas de Bananicultores do Estado de São Paulo, cuja finalidade é exportar a produção das cooperativas associadas, libertando o pequeno produtor de organizações intermediarias.

A essa importancia, correspondente a 1934, deve adicionar-se a de 325:000\$, dispendida anteriormente, o que eleva o total dos auxilios a 546:000\$000.

Diretoria de Estatística da Produção — Já se pôde apreciar a sua atividade através de varios trabalhos elaborados.

As estatísticas referentes ás áreas de cultura agrícola foram coordenadas de fôrma a serem utilizadas como elementos esclarecedores de muitos aspectos do nosso problema economico.

Afora os serviços propriamente tecnicos, possui uma secção de estudo das questões economicas relacionadas com a produção agrícola, com documentação rigorosamente classificada, de consulta facil e segura.

Os trabalhos realizados, especialmente um minucioso estudo sobre a posição estatística do café no mundo e no país, demonstram quanto pôde ser proveitosa a atividade dessa secção, atualmente empenhada na elaboração de numerosos inqueritos sobre as principais fontes da produção nacional. A Diretoria possui ainda um aparelhamento de publicidade, composto de oficinas tipograficas, fotolitinografia, cinematografia e radio-difusão. Com esse aparelhamento foi possível desenvolver uma propaganda eficiente de assuntos agro-pecuarios, irradiando palestras instrutivas e distribuindo mais de 75.000 publicações.

PRODUÇÃO ANIMAL

O Departamento Nacional de Produção Animal, após a ultima reforma do Ministerio, passou a superintender todos os trabalhos que se relacionam com a produção animal.

Serviço de Fomento da Produção Animal — A

atividade das inspetorias regionais, fazendas experimentais, postos experimentais de criação, estação sericícola decorreu normalmente.

Existem nas diversas dependências do Serviço de Fomento 2.795 animais, sendo 1.670 bovinos, 182 equinos, 97 asininos, 746 suínos, 26 ovinos e 74 caprinos. Embora pareçam numerosos, os plantéis existentes ainda não satisfazem, tanto em quantidade como em qualidade. Por isso, aplicando-se os recursos postos á disposição do Ministerio no exercicio de 1934, num total de 2.700:000\$, providenciou-se a aquisição de novos exemplares no país e no estrangeiro.

A compra de reprodutores no país obedeceu ao criterio de estimular os nucleos nacionais de criação de tipos de puro sangue. A vantagem do reprodutor nacional sobre o estrangeiro impõe-se por muitos motivos, entre eles o de ser mais barato e resistente. Não se justifica, portanto, a preferencia que se costuma dar ao reprodutor importado em detrimento dos excelentes produtos de criação nacional, seleccionados no Rio Grande do Sul e em outras regiões pastoris do país.

Dos reprodutores comprados, parte se destina á formação de plantéis dos estabelecimentos de criação e monta e o restante para revenda aos criadores. Essa orientação deve ser mantida como a mais conveniente ao aperfeiçoamento das raças que melhor se aclimatam nas diversas zonas pastoris do país.

Serviço de Defesa Sanitaria Animal — A distribuição de vacinas e sôros tem sido feita em grande escala, considerando-se o seu valor profilático e curativo. Elevaram-se respectivamente a 983.992 e 32.784 as doses de vacinas e sôros distribuídas pelas diversas repartições do Serviço de Defesa Sanitaria.

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal — Exerceu-se com todo o rigor a fiscalização dos produtos de origem animal a cargo do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal. A discriminação abaixo mostra o desenvolvimento desse Serviço, destinado a fiscalizar todos os estabelecimentos de industrialização dos produtos preparados para consumo interno e externo.

PRODUTOS INSPECIONADOS

	EXPORTAÇÃO	
	INTERNACIONAL	INTERESTADUAL
Adubo.....	4.608.333	1.554.315
Banha.....	2.034.350	23.046.523
Carne congelada de bovino.....	9.170.898	3.309.989
Carne congelada de ovino.....	188.419	124.688
Carne congelada de suino.....	709.612	372.571
Carne em conserva.....	1.029.550	350.783
Carne resfriada de bovino.....	23.981.284	14.188.889
Carne resfriada de suino.....	107.261	1.857.482
Carne salgada de bovino.....	463.978	164.836
Carne salgada de suino.....	1.501.039	5.003.126
Xarque.....	750.760	54.159.748
Couros vacuns salgados.....	18.283.151	3.204.264
Couros vacuns secos.....	5.602.594	953.079
Miudos congelados de bovinos.....	3.062.516	587.786

	EXPORTAÇÃO	
	INTERNACIONAL	INTERESTADUAL
Peles de caprino.....	1.626.632	207.486
Peles de ovino.....	591.485	195.794
Peles silvestres.....	573.622	380.409
Sebo industrial.....	3.331.369	11.132.490
Tripas.....	626.392	2.344.403

A execução das medidas constantes do regulamento baixado com o decreto n. 24.549, de 3 de julho de 1934, muito está concorrendo para beneficiar a saúde e higiene publicas.

Instituto de Biologia Animal— Os trabalhos do Instituto de Biologia Animal decorreram com apreciavel operosidade, principalmente os das secções de patologia e agrostologia.

Acham-se em andamento numerosas pesquisas sobre epizootias e outras molestias que tanto prejudicam a criação nacional.

Serviço de Caça e Pesca— Embora de criação recente, o Serviço de Caça e Pesca já apresenta resultados praticos e promissores. Sob o seu patrocínio, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Pesca, cujos trabalhos despertaram marcado interesse.

PRODUÇÃO VEGETAL

O Departamento Nacional de Produção Vegetal, abrangendo nove diretorias, imprimiu ás suas atividades uma orientação tecnica de proveitos praticos perfeitamente compensadores.

Serviço de Fomento da Produção Vegetal — O Serviço de Fomento da Produção Vegetal, que tem a seu cargo a investigação dos meios de trabalho e a divulgação dos processos mais recomendáveis nas diferentes regiões do país, atuou de modo proveitoso, merecendo destaque o incremento dado aos seus campos de cooperação. Em 1934, foram aprovados 93 acôrdos de cooperação, com a área total de 4.353.000 m². Acrescentando-se a essa área a dos campos de 1933, apura-se que a superfície cultivada, sob a orientação técnica oficial, se eleva atualmente a 7.233.000 m², compreendendo 158 campos de culturas diversas.

O Serviço mantém ainda, por conta própria, numerosos estabelecimentos especializados de experimentação e preparo de sementes selecionadas, para a distribuição entre agricultores. Entre os estabelecimentos destaca-se a Estação Experimental de Campos, cuja produção total foi de 1.832.662 kg., sendo 1.827.540 de estacas de cana e 5.122 de sementes de leguminosas para adubação. A Estação distribuiu a lavradores dos Estados do Rio, Pernambuco, Espírito Santo, Baía, Ceará, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Distrito Federal 5.621 caixas, no elevado total de 1.508.782 kg., de estacas de cana para plantio. A esse total devem ser somados os 11.702 kg. produzidos e distribuídos pelo Campo de Sementes de Barbalha, no Estado do Ceará.

O Campo de Sementes de Itaocara, no Estado do Rio, colheu cerca de 13.000 kg. de sementes de plantas oleaginosas. Os de São Gonçalo dos Campos, na Baía, Cametá e Tracuateua, no Pará, distribuíram 64.000 mudas de tabaco de variedades finas, rigorosamente selecionadas. A produção de sementes dos Campos de São Simão e Lorena, em São Paulo, de São Borja, no Rio Grande do Sul, de Sete Lagôas, em Minas Gerais, de Guaiúba, no Ceará, e da Estação Experimental de Ponta Grossa, no Paraná, atingiu a 596 toneladas. A produção total desses estabelecimentos foi de cerca de 2.500.000 kg. de sementes diversas.

Diretoria do Ensino Agrícola — A Diretoria do Ensino Agrícola, criada a 13 de julho de 1933 e que tem a seu cargo todas as questões relativas ao ensino agrícola em qualquer de seus graus, compõe-se de duas secções técnicas especializadas, cabendo a uma fiscalizar o ensino superior e médio e á outra ministrar o ensino elementar, através dos aprendizados agrícolas. Com a nova regulamentação, que instituiu a fiscalização das escolas e a obrigatoriedade de equiparação aos estabelecimentos congêneres oficiais, para efeito de validade dos títulos expedidos, ficou igualmente atribuída a esta Diretoria a função de registo dos diplomas de habilitação para o exercício da profissão de agrônomo em todo o país.

Acham-se relacionadas 16 escolas que se propõem

a ministrar ensino superior de agricultura. Destas, somente a Escola Nacional de Agronomia e as escolas de Viçosa, Piracicaba e Porto Alegre podem, presentemente, obter o registo dos diplomas que expedirem. O descuido em que foi tido até ha pouco o ensino tecnico agricola deu motivo a que muitas escolas se fundassem sem elementos suficientes, quer em professorado, quer em instalações e material, para uma atuação proveitosa.

A esta Diretoria subordinam-se diretamente os estabelecimentos de ensino agricola de graus superior e medio, mantidos pelo Governo Federal, que são a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Agricola de Barbacena. A matricula nos diferentes anos do curso da Escola Nacional de Agronomia atingiu o total de 59 alunos, havendo apenas seis desistencias no decurso do ano, sendo conferidos diplomas a 12 engenheiros agronomos. A Escola Agricola de Barbacena, que era um apprendizado e que em vista de suas boas instalações foi transformada em escola média, é hoje o tipo padrão do ensino médio. Pelo seu regulamento, possui essa escola um curso de adaptação e um profissional, cabendo ao primeiro preparar alunos para o segundo.

Permanecem sob o controle da Diretoria do Ensino Agricola os 10 apprendizados agricolas, mantidos pelo Ministerio. Nesses estabelecimentos, localizados em Rio Branco, Acre; em Belém, Pará; em Barreiros,

Paraíba; em Tamandaré, Pernambuco; em Satuba, Alagoas; em Quissamã, Sergipe; em São Bento das Lages, Bahia; em Ouro Fino, Minas; em Pelotas, Rio Grande do Sul; e em Campos, Estado do Rio, acham-se internados 1.282 menores, havendo entrado, em 1934, 306 e saído 392.

Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal—A tarefa do Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal é das mais relevantes para a nossa produção agrícola. Em duas grandes categorias se enquadram suas funções: de vigilância fito-sanitaria e de defesa agrícola, propriamente dita. Assim, compete-lhe a fiscalização sanitaria exercida na importação, comercio, transito e exportação de vegetais, bem como a demonstração e aplicação de medidas e processos de profilaxia e combate ás pragas e doenças das plantas, o registo e fiscalização de estações de desinfeção e o registo, experimentação e fiscalização de inseticidas e fungicidas.

O movimento geral da fiscalização sanitaria de vegetais, nos portos de Manaus, Belém, Recife, São Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco, Rio Grande, Porto Alegre e Corumbá, foi o seguinte: *Importação*: — 3.713 partidas, com 1.458.404 volumes, pesando 34.373.737 kg. e 145.213 plantas. Devido á presença de parasitas universalmente conhecidos como perigosos ás plantas economicas, foram interditados 13.159 volumes, pesando 246.924 kg. e 161 plantas. *Exportação*: — 751 partidas, com os

respectivos certificados de origem e de sanidade, constantes de 676.922 volumes, pesando 38.455.012 kg. e 21.350 plantas. O numero de certificados refere-se a todos os vegetais, exceto frutas citricas, bananas e abacaxis que veem sendo fornecidos pelo Serviço de Fruticultura. *Transito*: — Foram concedidas 1.922 permissões de transito, representando apenas a cifra de inspeções feitas por solicitações de particulares, visto possuirem os proprietarios de estabelecimentos de propagação de plantas um certificado que os habilita a despachar livremente mudas de sua produção.

Para registo e licenciamento, só no segundo semestre de 1934, 38 produtos e preparados inseticidas e fungicidas, com aplicação na lavoura, foram submetidos a experiencia, examinando-se mais 21 produtos, depois de 31 de dezembro.

Serviço de Plantas Texteis — O Governo continúa a dispensar especial atenção aos trabalhos do Serviço de Plantas Texteis.

Foram distribuidos gratuitamente e mediante venda, só pela Diretoria, 44.508 kg. de sementes de algodão de variedade "Texas 7.111". Ainda não existem elementos relativos á distribuição feita pelas repartições nos Estados, cujo montante não deve ficar, por unidade, aquem da cifra acima registada. Afóra disso, o Ministerio procurou facilitar aos lavradores a aquisição de sementes seleccionadas em quantidades mais vultosas, para o que se

abriu um credito especial de 1.000:000\$, pelo decreto n. 24.720, de 13 de julho de 1934.

Durante o ano de 1934, lavraram-se 116 contratos relativos a trabalhos culturais em cooperação com a área total de 2.327 hectares.

Além dos trabalhos de melhoramento e aclimação das variedades algodoeiras cultivadas em cada Estado, procede-se, nas Estações Experimentais, a diversas experiencias julgadas imprescindiveis á solução do problema algodoeiro no país. Releva mencionar o trabalho de melhoramento efetuado na Estação Experimental de Quissamã, no Estado de Sergipe, criadora da nova variedade algodoeira "Serigí", que ha anos vem mantendo elevado grau de fixidez das qualidades nobres, como sejam: produtividade, precocidade e otimo comprimento de fibra.

Encontram-se em identicas condições as Estações de Surubim e do Seridó, situadas, respectivamente, nos Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, as quais, em breve, poderão apresentar, em grande escala, sementes selecionadas da variedade "H 105" e novas linhagens do famoso "Mocó", sendo que os demais estabelecimentos experimentais do Serviço tem procurado, pelos metodos modernos seletivos, implantar no país especimes, que, do ponto de vista economico, melhor se adaptam ás suas diferentes regiões algodoeiras.

O Laboratorio de Fibras, instalado recentemente em João Pessôa, na Paraíba, vem estudando as pro-

priedades físico-químicas e econômicas das principais fibras textéis existentes no país e controlando ainda, do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os trabalhos de melhoramento do algodão efetuados nas estações experimentais.

Através das Comissões e Postos de Classificação nos Estados produtores e da Comissão Central de Arbitramento no Distrito Federal, foram classificados 1.152.407 fardos, com o peso total de 180.515.473 kg. de algodão em rama, quando em 1933 se classificaram, apenas, 404.940 fardos, com o peso de 65.641.311 kg.

A qualidade da safra ficou representada nas proporções de: 47,9% para os tipos superiores a 5, de 27,2% para o tipo 5 (base), 24,9% para os tipos inferiores, comparados com 57%, 24% e 19%, respectivamente, na safra de 1933. Confrontada com a safra norte-americana, a qualidade do algodão brasileiro deixa ainda muito a desejar, sabendo-se que naquele país a proporção dos tipos superiores vai além de 90%. Isso vem demonstrar a necessidade do melhoramento das nossas instalações beneficiadoras, que não tendo sido adaptadas ao desenvolvimento sempre crescente da produção, nestes últimos anos, prejudicam bastante o grau de limpeza da fibra.

Quanto ao comprimento da fibra, a safra classificada em 1934, apresentou maior proporção na classe de fibras médias, 28 a 34 milímetros, vindo

em seguida a classe curta, com 47%, deixando somente 3% para as fibras longas, cuja produção não acompanhou o aumento verificado nas outras classes.

Afim de atender ao rápido desenvolvimento da lavoura algodoeira, no Estado de São Paulo, foi baixado o decreto n. 24.487, de 28 de junho de 1934, abrindo o credito especial de 1.200:000\$ para a instalação de uma prensa de alta densidade e respectivo armazem.

Continuaram a ser mantidos os acordos firmados com os diversos governos dos Estados algodoeiros para a execução dos serviços relativos ao algodão e outras plantas texteis de valor economico, tendo sido elevadas as dotações federais em relação aos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Minas Gerais, montando a 2.700:000\$ a obrigação do Governo Federal para a manutenção dos referidos serviços.

O Serviço de Plantas Texteis possuía, em 1934, nos Estados, 67 dependencias, sendo 11 inspetorias, 9 estações experimentais, 21 campos de sementes, 13 comissões de classificação e 14 postos de classificação.

Pelo decreto n. 24.547, de 3 de julho de 1934, foi criada uma Estação Experimental em Surubim, no Estado de Pernambuco. O Campo de Sementes em Vila Bela, no mesmo Estado, foi, por portaria de 18 de junho de 1934, transformado em Estação Experimental, sendo também transferido para Gloria do

Goitá, por portaria de 18 de abril do referido ano, o Campo de Sementes que funcionava em Cariuarú.

Atingiu á importancia de 2.381:280\$ a renda produzida pelo Serviço no ano de 1934, toda ela proveniente de taxas de classificação do algodão destinado á exportação e ao consumo interno do país, venda da produção verificada nas estações experimentais e campos de sementes, e de origens diversas. O crescimento de renda vem se acentuando bastante, tendo sido de 553:485\$, em 1931, 974:380\$, em 1932 e 1.069:674\$, em 1933, para se elevar a mais do dobro em 1934.

Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização — Prosseguiram os trabalhos de colonização nos seguintes nucleos coloniais: Santa Cruz, no Distrito Federal; São Bento, no Estado do Rio de Janeiro; Marquez de Abrantes, Candido de Abreu e Cruz Machado, no Estado do Paraná; Clevelandia e Inglez de Souza, no Estado do Pará. Permanecem em atividade as antigas Zeladorias dos nucleos: Monção, no Estado de São Paulo; Inconfidentes e João Pinheiro, no Estado de Minas Gerais; Senador Correia, no Estado do Paraná; Anitapolis e Senador Esteves Junior, no Estado de Santa Catarina, incumbidos de zelar pelos bens da União e de agenciar a cobrança do restante da divida colonial. Foram efetuados, nesses nucleos, os seguintes trabalhos: 2.936.594 m. de levantamentos topograficos; 11.268 m. de estradas construidas; 1.303, de caminhos vicinais;

130 casas para colonos; 499.683 m. de estudos de estradas e caminhos; 577.325 m. de conservação de estradas e caminhos; serviços hidrograficos de limpeza de rios, locação e abertura de 48.000 m. de valas e valetas de saneamento; levantamentos hidraulicos, etc. O recebimento da divida colonial, proveniente de pagamento de lotes, atingiu a 26.670\$086.

Os dados estatisticos, em relação aos nucleos coloniais citados, acusam: população de varias nacionalidades, 22.854 habitantes; lotes rurais medidos, 5.377; lotes urbanos, 810; lotes ocupados, rurais e urbanos, 5.740; o valor da produção agricola e industrial dos colonos atingiu a 12.219.924\$, o da criação a 6.391.304\$000.

Instituto de Quimica Agricola — Os trabalhos do Instituto de Quimica Agricola, já perfeitamente aparelhado para preencher os fins a que se destina, seguiram seu curso normal.

O Instituto procede atualmente a estudos minuciosos sobre o solo de diversa sregiões agricolas do país e adaptação das culturas mais recomendaveis. Por iniciativa propria e a pedido de numerosos interessados, efetuou pesquisas de grande interesse para melhor aproveitamento das terras cultivadas e regularização das colheitas.

O Instituto de Quimica Agricola, quando tiver os seus serviços perfeitamente conhecidos dos agricultores, poderá prestar grandes beneficios

ao aperfeiçoamento dos processos agrícolas no país.

Serviço de Fruticultura — O Serviço de Fruticultura, funcionando em boas condições técnicas, foi mantido junto aos pomares, casas de embalagem de frutas e nos portos do país por onde se verifica a exportação de nossas frutas.

A Estação Experimental de Pomologia de Deodoro preparou sementeiras de citrus para porta-enxertos, num total de 600.000 pés, e viveiros diversos, num total de 100.000 enxertos, já em condições de serem distribuídos. Em Magé, no Estado do Rio, acha-se em pleno funcionamento a Estação Experimental do cultivo da bananeira. No Estado de Pernambuco, em Guiana, a estação mantida de acôrdo com o governo estadual adquiriu e plantou sementes selecionadas de abacaxi, num total de 31.200 filhotes das variedades "Pernambuco", "Pico de Rosa", "Água Branca", "Ananaz dos Açores" e outros. Já foram iniciados também os estudos e observações do solo local, bem como das variedades que vão sendo cultivadas, dos quais deverão resultar a seleção, melhoramento e aproveitamento mais racional do abacaxi.

A Estação Experimental de Frutas Tropicais, na Paraíba, vem preenchendo o objetivo que determinou a sua criação, graças á eficiente colaboração do Estado, que tem cumprido fielmente o acôrdo firmado com o Governo Federal. Tem cui-

dado com todo o interesse dos estudos, melhoramento e fomento da produção de frutos citricos, bananas, abacaxis, abacates, sapotís, frutas de conde e mangas, com resultados já bastante aproveitáveis para o Estado e para o nordeste do país.

A Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caldas, em Minas Gerais, constitue obra de vulto instalada em colaboração com o Governo do Estado. Os seus trabalhos se acham bastante adiantados, quer quanto aos de campo, quer de construções das diversas dependencias do estabelecimento. A criação desta Estação vem atender ás grandes necessidades e ao indispensavel melhoramento dos excelentes vinhedos da região.

Instituto de Biologia Vegetal — O Instituto de Biologia Vegetal, instalado no antigo Jardim Botânico, desenvolveu proveitosa atividade, em 1934.

Iniciou-se a formação de um trecho tipico das regiões meridionais do Brasil e de pequenas partes do *habitat* argentino e uruguaio, no intuito de fixar trechos acentuadamente característicos das varias regiões fitogeograficas, a exemplo do que havia sido feito para a flora amazonica, para a caatinga nordestina, para o cerrado mineiro e para a restinga. Executou-se ainda um quadro destinado a plantas genuinamente mexicanas. Diversos trabalhos de carater científico foram ultimados, havendo sido enriquecido com 148 plantas novas de varias procedencias o crquidario existente no Jardim. A orga-

nização metódica e permanente de observações foenológicas de todas as plantas teve início em 1934. Esse trabalho, realizado em visitas diárias às secções do parque, é feito segundo os mais recentes preceitos de foenologia vegetal.

No dia 18 de dezembro último, com a presença de cientistas, de professores, dos representantes diplomaticos e das altas autoridades, foi solenemente inaugurado o monumento aos autores e colaboradores da "Flora Brasiliensis". O monumento consta do busto de Martius sobre coluna de granito, tendo em uma das faces o medalhão com a efigie de Urban e noutra a de Eichler, sucessores do sabio bavarô na organização da "Flora Brasiliensis". Entre as personalidades ilustres que visitaram esse estabelecimento, em 1934, destacam-se os professores Breslau, Felix Rawitsches, Heinrich Rheindlz, P. K. Morris, Thomaz Barbour e Bottazzi.

E' oportuno registrar o crescente interesse do povo pelo Jardim Botânico. Em 1931, o numero de visitantes foi de 30.840, passando a 36.478, em 1932, 49.152, em 1933, para atingir a 53.945, em 1934, havendo, portanto, um acrescimo, sobre 1931, de 23.105 visitantes. Desse total 1.889 eram colegiais, distribuidos em 48 turmas, chefiadas pelos respectivos professores.

Serviço Técnico do Café— A necessidade de produzir cafés finos exigiu mais completa organização para o Serviço Técnico do Café.

Para fortalecer a nossa situação, em face da concorrência cada vez mais intensa dos chamados cafés de fina qualidade, duas providências se impunham: o aumento, até o limite máximo permitido pelas condições de cada zona, da produção de despulpados e a melhoria, mediante rigorosos processos de colheita, seca e beneficio dos cafés ditos de terreiro.

No intuito de orientar e assistir materialmente á iniciativa particular, resolveu-se montar estabelecimentos modelos para aqueles fins, em diversos pontos do país. Além de muitas usinas que planejou e montou, por conta do Departamento Nacional do Café, o Serviço Técnico estudou a localização das Usinas Centrais de despulpamento, secagem, beneficio e rebeneficio nas localidades de Ipaussú, Botucatu e Pirajú, Estado de São Paulo, e nas de Carangola e Ponte Nova, Estado de Minas Gerais. Os trabalhos de montagem dessas usinas deverão estar concluídos antes do fim do corrente ano.

Procurando incentivar, por outro lado, o desenvolvimento do cooperativismo entre os cafeicultores e estabelecer a pratica da exportação de cafés por padrões definidos, como fazem os nossos concorrentes, foi aprovada a organização e montagem de uma grande Usina Central de Rebeneficio e Padronização, a ser confiada á Federação Paulista das Cooperativas de Café.

A conveniencia de levar a cada zona uma miniatura do aparelhamento existente nas sédes esta-

duais do Serviço Técnico está sendo satisfeita com a instalação das chamadas "Salas Ambientes". Nestas salas, em numero de 8 no Estado de São Paulo, de 2 no de Minas Gerais, de 1 no do Paraná, de 1 no da Baía e de 1 no do Rio de Janeiro, encontra-se todo o material indispensavel ás demonstrações, desde o mais simples utensilio até á miniatura de uma maquina de beneficio e rebeneficio; desde a mesa de classificação, contagem de defeitos, etc., até ao material de prova de chicara; e, além disso, um torrador aperfeiçoado, com moinho electrico, para os ensinamentos industriais, quadros estatisticos, geograficos, boletins informativos, etc., para a orientação comercial.

PRODUÇÃO MINERAL

Ao Departamento Nacional da Produção Mineral foram atribuidos todos os serviços organizados para orientar e estimular o aproveitamento das riquezas do sub-solo e das fontes de energia hidraulica do país.

Dotado de maiores recursos financeiros e de aparelhamento material mais completo, este órgão da administração poderá cooperar eficazmente na solução de numerosas questões de palpitante interesse para a economia nacional.

Laboratorio Central da Produção Mineral — No ano de 1934, verificou-se acrescimo consideravel nos trabalhos do Laboratorio Central da Produção

Mineral, hoje reconstituído e aparelhado com instalações modelares. Elevaram-se a 574 as análises de substâncias minerais, somando 2.526 dosagens de elementos, além de 84 análises espectrográficas. Estes números são bastante expressivos, em confronto com os referentes aos anos anteriores, como se observa no quadro abaixo, relativo ao período de 1930 a 1934:

ANO	ANALISES	DOSAGEM	ENSAIOS
1930.....	183	1.748	154
1931.....	261	1.538	80
1932.....	264	1.258	22
1933.....	206	2.063	—
1934.....	574	2.526	11

Tendo em vista a possibilidade de se empregar, como matéria prima, na fabricação dos vidros baratos, um silicato rico de alcalis e de constituição química aproximada quanto possível dos vidros ordinários, foi iniciada uma série de pesquisas, nesse sentido, a partir das rochas nefelínicas, encontradas em grande abundância em diversos pontos do país. Depois de uma série apreciável de experiências, chegou-se a resultados completamente satisfatórios.

Serviço de Fomento da Produção Mineral — O Serviço de Fomento da Produção Mineral, de criação relativamente recente, já executou, segundo

o seu programa, valiosos trabalhos, especialmente no que concerne ao petróleo e ao ouro.

Do estudo retrospectivo sobre o progresso dos conhecimentos de geologia do país e das pesquisas realizadas para petróleo resultou adotar-se nova orientação quanto aos serviços de pesquisas e prospecção. Abandonada a região de São Pedro, no Estado de São Paulo, em virtude dos dados colhidos, sob o ponto de vista geológico e geofísico, foram iniciados os trabalhos preliminares de sondagem no Estado do Paraná, onde se fazem levantamentos topográficos em Ponta Grossa, Reserva e Tibagi. Vai ser estudada a área compreendida entre a fronteira da Bolívia, este do Território do Acre e extremo noroeste de Mato Grosso, sobre a qual se tem informações suficientes para justificar um trabalho de pesquisa preliminar.

De abril a dezembro de 1934, realizou-se grande parte do plano de pesquisas para os depósitos de minério de ouro do país. Em Minas Gerais, foi feito o levantamento topográfico de precisão, em cooperação com o Serviço Geográfico do Estado nos arredores de Caeté, reunindo-se amostras de diversas jazidas que foram devidamente analisadas. Prosseguiu-se na sondagem em Gongo Soco, para investigar a natureza da jazida abaixo do horizonte atingido pelos trabalhos de lavra dos tempos coloniais. Em Lagôa Dourada, ultimaram-se os trabalhos de pesquisa em afloramentos de gneiss au-

rifero. Entre Catas Altas de Noruega e Itaverava, municipio de Queluz, foram examinados varios afloramentos e uma área de ocorrencia de rochas gneissicas auríferas. Aprofundaram-se os estudos a que está sendo submetido o distrito aurifero de São Gonçalo de Sapucaí, bem como, em Santa Barbara, os referentes á mina de Santa Quiteria.

Enviou-se para Goiaz um tecnico com material necessario á pesquisa dos depositos auriferos de Bonfim e para os Estados do Pará e Maranhão seguiu, em expedição, uma turma de engenheiros, com o proposito de reconhecer a região aurifera de Gurupí, onde já se estão praticando trabalhos preliminares e estudos geologicos do maior alcance.

A Secção de Geologia Economica estudou os depositos de minerios de niquel, nos Estados de Minas Gerais e Goiaz. Neste ultimo Estado, na Serra da Mantiqueira, existem enormes depositos do citado minerio. Num planalto com pequenas ondulações, medindo aproximadamente 20 km. de comprimento por 500 m. a 3 km. de largura, foram descobertos depositos de garnierita. Até dezembro de 1934, estavam identificadas as seguintes jazidas: Jacuba (I e II), Vendinha, Cachimbo e Forquilha. O minerio dessas jazidas tem um teor médio de 4 a 8 % de niquel, havendo, porém faixas mais ricas em que o teor se eleva até 14 %.

Relativamente ao carvão, produto que tanto interessa á economia do país, o Departamento de

Produção Mineral prosseguiu nas pesquisas e sondagens que vem efetuando nos Estados de Piauí e do Paraná. No Paraná, duas bacias de carvão mereceram atenção: a de Carvãozinho e de Barra Bonita, no ramal do rio do Peixe. Além dessas pesquisas, outras de prospecção geofísica e de sondagens foram realizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Pará e Piauí, atingindo as de sondagem apreciáveis profundidades.

A Secção de Concessões e Cadastro, entre 15 de maio e 31 de dezembro de 1934, minutou 67 decretos para pesquisa e lavra de jazidas minerais, que foram aprovados e publicados. Desse total, 38 % referiram-se a pesquisa e lavra de ouro e os restantes a minerios e minerais diversos. Do total dos decretos expedidos, 56,7 % couberam á pesquisa e lavra no Estado de Minas Gerais, seguindo-se o Estado de São Paulo com 14,9 %, cabendo os restantes aos Estados do Paraná, Baía, Espirito Santo, Paraíba, Pará, Maranhão, Santa Catarina e Goiaz.

Os dados acima referidos comprovam as atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 1934, e os seus resultados estão se fazendo sentir cada dia com a apresentação de planos e relatorios de pesquisa, planos de lavra, etc., demonstrando, assim, que a exploração da industria de mineração se desenvolve em todo o país, dentro de expectativas cada vez mais promissoras.

Procedeu-se a um exame completo sobre os dados geologicos até agora recolhidos, organizando-se um atlas de todos os Estados, nas escalas adequadas ao seu conhecimento. Foi igualmente iniciada a confecção de um atlas geologico, tendo por base a carta geografica internacional, na escala de 1:1.000.000. A secção de topografia fez levantamentos na Chapada do Araripe, na bacia terciaria de Quatís, no Estado do Rio de Janeiro, e na Região de Patrocinio e Patos, no Estado de Minas, em colaboração com a Comissão Geografica do Estado.

Os trabalhos paleontologicos constaram de coleta de fosseis nos Estados do Pará, Pernambuco, Sergipe, Baía, Minas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, do estudo e catalogação desse material e revisão da coleção do Museu. Os de petrografia consistiram no estudo de rochas e minerais colecionados pelos tecnicos do Serviço, no Amapá, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e na revisão do material constante do Museu e sua respectiva catalogação.

A mapoteca do Serviço foi reorganizada, tendo sido registados 3.743 mapas.

MINISTERIO DA FAZENDA.

SITUAÇÃO ECONOMICA

As estatísticas da produção agrícola, base da nossa estrutura económica, revelam índices seguros da capacidade do Brasil para resistir á ação depressiva da crise mundial.

Possuindo população desenvolvida e um continuo crescimento, o país realiza, dentro das proprias fronteiras, intenso movimento de permutas comerciais, fortalecendo e suprindo, ao mesmo tempo, o seu vasto mercado de consumo interno.

Somos, sob esse aspecto, favorecidos por condições especialíssimas, que nos emprestam forte vitalidade económica. Explica-se, por isso, como, apesar das dificuldades financeiras e do desequilíbrio das trocas internacionais, o nosso padrão de vida mantém-se estável, assinalando apenas reações mínimas e de limitada repercussão.

Examinando-se a nossa produção agrícola, no quinquenio de 1930 a 1934, constatamos que as perturbações da crise mundial nada influíram no seu crescimento e que este apenas se atenuou nos dois primeiros anos desse periodo.

É o que se verifica pelo confronto dos seguintes algarismos:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

TONELADAS	CONTOS DE RÉIS	
1930.....	15.758.078	6.863.955
1931.....	15.776.139	4.750.646
1932.....	17.489.868	5.463.954
1933.....	18.377.154	6.520.983
1934.....	18.383.130	6.022.400

As retificações a que porventura ainda se achem sujeitos os dados relativos aos anos de 1933 e 1934, não podem ser de natureza a alterar sensivelmente os resultados já apurados. De 1930 para 1931, a produção agrícola cresceu apenas de 18.061 toneladas. Dentro, porém, do referido quinquênio, as suas safras aumentaram na proporção de 2.625.052 toneladas.

É oportuno, entretanto, observar que o valor não acompanhou a marcha ascendente das quantidades produzidas. O Brasil sofre, a esse respeito, tanto no comércio interno como no internacional, as consequências do grande colapso dos preços registados a partir de 1929. Embora os preços internos possam resistir, até certo ponto, aos influxos depressivos das cotações externas, não é possível escapar inteiramente á ação destas, por motivos facilmente compreensíveis.

Assim, a produção agrícola nacional, em 1934, tendo superado a de 1930 na razão de 2.625.052 to-

neladas, contudo, em confronto com essa última, apresenta uma diminuição de valor correspondente a 841.555:000\$000. As estimativas desse valor, relativas a 1934, em comparação com 1933, mostram que o rumo descendente dos preços ainda não se deteve, tanto que o valor médio da tonelada produzida desceu, nos dois últimos anos, de 355\$, em 1933, para 328\$, em 1934.

Do ponto de vista da expansão econômica nacional, o elemento básico a considerar é o volume produzido. Sob esse aspecto, não houve solução de continuidade no crescimento da produção agrícola, dentro do quinquênio de 1930 a 1934. Registrou-se até expressivo incremento nas safras de certos produtos: como a do algodão, que aumentou de 628.216 toneladas; a de laranjas, cujo crescimento foi de 805.000 toneladas; a de bananas, que se elevou de 750.000 toneladas; a de milho, aumentada na razão de 973.485 toneladas, e a de arroz, que acusa o acréscimo de 287.299 toneladas.

COMERCIO EXTERIOR

Era positivamente de crise a situação do nosso comércio internacional, ao instalar-se o Governo Provisorio.

A partir de 1930 começaram a repercutir, no movimento das nossas trocas mercantis com o exterior, os efeitos da depressão econômica, gradativamente alastrados por todos os países.

Şinal evidente de que já estávamos sendo atingidos, em cheio, pela crise internacional, em 1930, é o forte declínio da nossa importação no decurso de 1930 para 1931. Assim como o colapso das correntes importadoras evidenciava, a esse tempo, uma situação económica delicada, da mesma maneira os sintomas de melhoria dessa situação se refletem, hoje, no surto quantitativo das nossas aquisições no estrangeiro. Naturalmente, há fatores anormais que influem em sentido favorável ou desfavorável ao aumento do volume das mercadorias importadas. Em regra, porém, a crise económica tem sido denunciada, no Brasil, pelo rápido decréscimo da tonelagem da importação, da mesma maneira que a recuperação da capacidade produtora do país se reflete, desde logo, no aumento daquela tonelagem.

Foi o seguinte o movimento importador do Brasil no quinquênio compreendido de 1930 a 1934:

IMPORTAÇÃO

ANOS	PESO BRUTO EM TONE- LADAS METRICAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	VALOR EM LIBRAS, OURO
1930.....	4.881.379	2.343.705	53.618.511
1931.....	3.566.341	1.880.934	28.755.694
1932.....	3.333.152	1.518.694	21.744.297
1933.....	3.935.735	2.165.254	28.131.911
1934.....	3.969.971	2.502.785	25.467.306

Em relação a 1929, ano em que mais se acentua a crise, a nossa importação atingira ao nível de 6.108.996 toneladas. Ocorreu, em 1930, o grande colapso, quando o movimento importador do país diminuiu na proporção de 1.227.617 toneladas.

De 1930 para 1931, regista-se outro declínio ainda mais sensível, expresso na cifra de 1.315.038 toneladas. Assim, dentro de dois anos, a importação do Brasil sofreu um retrocesso equivalente a 2.542.655 toneladas.

No quinquenio de 1930 a 1934 essa queda se limitou, porém, a 911.408 toneladas. Mas, sob o aspecto do valor em libras esterlinas, mais pronunciada foi aquela queda. Depois de haver baixado, de 1929 para 1930, na proporção de £ 33.034.716, a importação caiu de novo, de 1930 para 1931, no valor de £ 24.862.817. Em dois anos, portanto, diminuiu esse valor na proporção de £ 57.897.533. A queda do valor da importação obedeceu a um ritmo mais acelerado do que a da respectiva tonelagem, isso porque a retração dos preços se operou com uma intensidade tão profunda que desorganizou a economia mundial.

É confortador assinalar, entretanto, que o país já reage vigorosamente contra a crise, não só pela resistencia que lhe assegura o seu commercio interno, como por uma relativa estabilidade do volume das mercadorias exportadas.

Comprova-o o quadro seguinte:

EXPORTAÇÃO

ANOS	PESO BRUTO EM TONE- LADAS METRICAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	VALOR EM LIBRAS, OURO
1930.....	2.273.688	2.907.354	65.745.925
1931.....	2.236.062	3.398.164	49.543.866
1932.....	1.632.265	2.536.765	36.629.594
1933.....	1.910.772	2.820.271	35.790.080
1934.....	2.200.411	3.478.903	35.445.352

Enquanto a importação caiu, em dois anos, na razão de 2.542.655 toneladas, o volume da exportação aumentou, embora fracamente, oscilando de 2.189.314 toneladas para 2.236.062 toneladas, no periodo de 1929 a 1931. Em 1932 e 1933, as quantidades exportadas baixaram em cotejo com o ano de 1931. Mas, desde 1933 que se faz sentir o ritmo ascendente do volume dos produtos exportados, apesar da anormalidade do comercio mundial, cujos mercados de consumo veem sendo fechados ou restringidos por uma politica de autarquia economica que se generaliza cada vez mais e ameaça chegar a extremos não previstos.

A queda dos preços internacionais impediu que colhessemos os naturais proveitos da estabi-

lidade do volume da nossa exportação. O valor global da importação baixou de £ 57.897.533, de 1929 a 1931, e a exportação sofreu, nesse período, um colapso correspondente a £ 45.287.383. A capacidade produtiva do país permitiu exportar, em 1934, uma tonelagem superior á de 1929, na proporção de 11.097 toneladas, si bem que, dentro do quinquenio de 1930 a 1934, o total exportado no ano findo ainda seja um pouco inferior ao registado em 1930. Devemos, porém, ter em vista o fato de que, de 1930 a 1934, a exportação baixou apenas de 73.277 toneladas, ao passo que a importação diminuiu de 911.408 toneladas. Já quanto ao valor global se verá que a sua diferença para menos, no quinquenio referido, foi de £ 28.151.205, na importação, e de £ 30.300.573, na exportação. Quer isso dizer que se apurou, no valor total dos productos exportados, uma diminuição maior do que a verificada no valor global dos artigos importados.

O quadro abaixo resume, em numeros-indices, o movimento do comercio exterior do Brasil, no quinquenio de 1930 a 1934:

NUMEROS-INDICES DA IMPORTAÇÃO

(BASE — 1924-1928 = 100)

ANOS	PESO BRUTO EM TONELADAS METRICAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	VALOR EM LIBRAS, OURO
1930.....	95	74	67
1931.....	69	59	36
1932.....	65	48	27
1933.....	77	68	35
1934.....	77	79	32

NUMEROS-INDICES DA EXPORTAÇÃO

(BASE — 1924-1928 = 100)

ANOS	PESO BRUTO EM TONELADAS METRICAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	VALOR EM LIBRAS, OURO
1930.....	117	78	69
1931.....	115	91	52
1932.....	84	68	38
1933.....	98	75	37
1934.....	113	93	37

COMERCIO EXTERIOR DE OUTROS PAÍSES

A queda das cifras do comercio externo constitue fenomeno generalizado. Todos os países, credores ou devedores, a experimentaram. Póde-se afirmar que o Brasil é um dos que menos veem sofrendo os efeitos da tremenda crise, por possuir grande mercado interno que lhe permite resistir a esses efeitos, atenuando-os de fôrma consideravel.

O confronto estatístico põe em relevo o sentido das observações expendidas. Utilizamos, para esse confronto, os dados existentes na publicação oficial da Liga das Nações. Dentro do periodo de 1928 a 1933, no conjunto dos principais países exportadores, são os Estados Unidos aquele cuja exportação sofreu declinio mais acentuado. E' o que se verifica pelos indices seguintes:

COEFICIENTES DA QUEDA DO VALOR DE EXPORTAÇÕES EM 1933 COMPARADOS COM 1928

	%
Estados Unidos.....	74,56
Argentina.....	71,93
Canadá.....	70,34
India.....	70,17
Inglaterra.....	65,56
Egito.....	64,93
França.....	64,54
Holanda.....	63,38
Brasil.....	63,29

Conforme se vê, a diminuição do valor, em dolares-ouro, das exportações brasileiras, se processou numa percentagem menor do que nos oito

países acima citados. Figuram no grupo países devedores e países credores. Todos eles foram atingidos em maior proporção que o Brasil, pelo fenomeno da queda de suas exportações.

O confronto que se fizer com os Estados Unidos, o Canadá e a Argentina, resultará particularmente significativo a esse respeito. As exportações norte-americanas caíram de 5.030.100.000 dolares, em 1928, para 1.279.600.000 dolares, em 1933. No Canadá, o declinio verificado foi de 1.423.200.000 dolares para 422.000.000 dolares, no mesmo periodo. Quanto á Argentina, a sua exportação declinou de 1.017.400.000 dolares, em 1928, a 285.500.000 dolares em 1933. A proporção correspondente ao Brasil foi de 472.100.000 dolares para 174.000.000 de dolares nos seis anos em cotejo. Noutros países, a diminuição do valor das respectivas exportações corresponde, por exemplo, a 60,51 %, na Alemanha; a 60,11 %, na Italia; a 58,70 %, no Japão; a 56,18 %, na Australia.

Vejamos agora o que ocorreu relativamente ás importações:

COEFICIENTES DA QUEDA DO VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM 1933 COMPARADOS COM 1928

	%
Canadá.....	76,44
Australia.....	74,01
Estados Unidos.....	72,72
Argentina.....	71,63
Alemanha.....	70,12
Brasil.....	68,97

Na maioria dos principais países, excetuados a França, a Holanda e a Belgica, a baixa do valor, em dolares-ouro, das respectivas importações excedeu do coeficiente de 60 %.

Resulta do confronto dos indices acima enumerados, quanto ao movimento das importações, que o Brasil não pertence ao numero dos países mais atingidos pelos efeitos da crise mundial. O Canadá, a Australia, Estados Unidos, Argentina e Alemanha sofreram mais. A Italia, com o indice de depressão da importação correspondente a 66,76 %, a India, com o indice depressivo de 68,65 %, o Egito, com o de 63,91 %, e o Japão, com o de 61,65 %, padeceram mais ou menos tanto quanto o Brasil.

Ha ainda outra conclusão a tirar dos coeficientes acima citados: é a de que a queda do valor da nossa exportação, em dolares-ouro, no periodo de 1928 a 1933, foi menor do que o declinio verificado no valor da importação. Isso prova como a capacidade produtiva do país procurou reagir contra os efeitos depressivos da crise, pois que assistimos a um movimento de queda do volume das quantidades importadas, entre 1929 e 1934, enquanto a tonelagem da exportação se manteve mais ou menos estabilizada, apresentando mesmo o aumento de 11.019 toneladas, naquele periodo. Não fosse tão profunda a ação depressiva dos preços internacionais e, pelo menos do ponto de vista da exportação, o Brasil teria suportado em menores proporções os graves efeitos da crise mundial.

COMERCIO DE CABOTAGEM

O confronto do intercambio comercial do Brasil, realizado pela cabotagem, com o comercio de exportação, revela existir entre ambos certo paralelismo, do ponto de vista da quantidade. Esse fato basta para acentuar a importancia decisiva que tende a representar cada vez mais, na vida economica do país, o movimento das permutas mercantis internas — movimento que nos permite resistir melhor, como já foi dito, aos efeitos depressivos das crises internacionais. Em 1934, por exemplo, a nossa exportação atingiu ao nivel de 2.200.000 toneladas; ao comercio de cabotagem corresponde, nesse ano, volume aproximado. No quinquenio de 1930 a 1934, cujo comercio de cabotagem vai indicado no quadro abaixo, o ano de 1932 apresenta um volume de permutas mercantis internas superiores á tonelagem da exportação.

ANOS	VOLUME EM TONELADAS METRICAS (MILHARES)			VALOR EM CONTOS DE RÉIS (MILHARES)		
	NACIONAIS	NACIONALIZADAS	TOTAL	NACIONAIS	NACIONALIZADAS	TOTAL
1930.....	1.453	107	1.560	1.779	279	2.058
1931.....	1.536	97	1.633	1.953	281	2.234
1932.....	1.610	118	1.728	2.075	272	2.347
1933.....	1.741	125	1.866	2.231	320	2.551
1934.....	1.967	127	2.094	2.470	325	2.795

A comparação do movimento do comercio de cabotagem efetuado em 1929 com o de 1930 mostra ter havido nesse ano uma depressão de 361.000 toneladas. O ano de 1930 representa o ponto mais baixo a que desceu a tonelagem do intercambio mercantil interno, dentro do ultimo quinquenio. Daí para diante a linha ascendente não sofre solução de continuidade. O volume da exportação apresenta ininterruptamente variações, para mais ou para menos, no quinquenio de 1930 a 1934; mas a tonelagem do comercio de cabotagem revela constante tendencia a niveis melhores, o que mostra o relativo robustecimento da nossa economia mercantil propriamente interna.

Os numeros-indices do movimento quantitativo da exportação, examinados comparativamente com os da cabotagem, permitem conclusões que confirmam a asserção de que vamos reagindo, internamente, contra os fatores depressivos de ordem internacional. Assim, o indice da tonelagem exportada em 1930, tomado por base o periodo de 1924-1928, foi de 117, descendo, em 1934, para 113. No comercio de cabotagem, o indice da respectiva tonelagem cresceu de 89, em 1930, para 119, no ano passado, conforme demonstração que segue:

NUMEROS-INDICES DO COMERCIO DE CABOTAGEM

(BASE: MÉDIA 1924-1928 = 100)

ANOS	VOLUME	VALOR
1930.....	89	74
1931.....	93	80
1932.....	99	84
1933.....	106	91
1934.....	119	100

E' relativamente insignificante a parte correspondente, no nosso comercio de cabotagem, ás mercadorias nacionalizadas. Num total de 2.000.094.000 toneladas, em 1934, essas mercadorias figuram apenas com a parcela de 127.000 toneladas. Em relação ao valor, subsiste a mesma desproporção, pois que a contribuição das mercadorias nacionalizadas se exprime, tambem no ano findo, pelo valor de 325.000:000\$ para um total de 2.795.000:000\$000.

POLITICA DE DEFESA DO CAFÉ

Desde 1930, a politica de defesa do café, adotada pelo Governo Federal, desvinculou-se de qualquer preocupação valorizadora, para limitar-se

exclusivamente a assegurar a estabilidade da posição do produto. Dois fatores adversos dificultavam o conseguimento desse objetivo: a profunda baixa dos preços determinada pela crise mundial e os enormes *stocks* existentes a 31 de dezembro do referido ano, época em que subiam a 26.150.000 sacas.

A depressão dos preços pôde ser avaliada por um índice profundamente significativo. A exportação de café realizada nas quatro safras relativas aos anos agrícolas de 1930-1931 a 1933-1934 corresponde a um total que excede de 5.959.083 sacas, ou seja de 11 % o volume exportado no decurso das quatro safras compreendidas de 1922-1923 a 1925-1926. Todavia, o valor dessa exportação em libras esterlinas ouro, no período de 1930-1931 a 1933-1934, decresceu de £ 132.413.073 ou 53 %, em confronto com 1922-1923 a 1925-1926. Entre esses dois fatores manifestamente desfavoráveis desenvolveu-se, pois, a política federal de defesa do café, orientada pela preocupação de restabelecer o nível estatístico do produto, sem intuito de valorização e visando atingir situação de relativa estabilidade.

Tomando-se como base de comparação as saídas do nosso café, para o exterior, durante as cinco últimas safras, conforme os algarismos seguintes, verifica-se que mantivemos, em 1933-1934, movimento superior ao registado em 1929-1930:

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ POR SAFRAS

ANOS	SACAS	VALOR	
		EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	EM LIBRAS, OURO
1929-1930.....	15.080.960	2.320.769	56.212.928
1930-1931.....	17.523.559	1.977.049	36.263.844
1931-1932.....	15.277.052	2.338.190	31.313.247
1932-1933.....	12.148.917	1.731.201	25.558.097
1933-1934.....	15.855.140	2.185.947	23.202.365

A exportação de 1933-1934 foi maior do que a de 1929-1930, na proporção de 774.180 sacas. Excluindo-se o ano agrícola de 1930-1931, quando houve saídas anormais, resultantes, dentre outros motivos, da troca de produtos, a exportação de 1933-1934 é a maior registada nas cinco safras em exame. São os seguintes os respectivos numeros-indices:

NUMEROS-INDICES DA EXPORTAÇÃO DE CAFÉ POR SAFRAS

ANOS	VOLUME	VALOR	
		EM CONTOS DE RÉIS, PAPEL	EM LIBRAS, OURO
1929-1930.....	104	86	83
1930-1931.....	121	73	53
1931-1932.....	105	87	46
1932-1933.....	84	64	38
1933-1934.....	109	81	34

Estabelecido o necessario confronto entre as duas ultimas safras, apura-se que a nossa exportação cresceu de 3.706.223 sacas. O aumento do consumo mundial, naquele periodo, está representado por 1.603.000 sacas, muito menor, portanto, do que o indice do aumento das saídas do café brasileiro.

Contudo, examinado o movimento dessas saídas durante as cinco safras compreendidas de 1929-1930 a 1933-1934, ressalta que houve, para o Brasil, um aumento de 774.000 sacas e de 658.000 sacas para os países concorrentes. E' o que demonstra o quadro seguinte:

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ
EM MILHARES DE SACAS

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	
				DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES
				%	%
1929-1930.....	15.081	8.273	23.354	65	35
1930-1931.....	17.524	8.633	26.157	67	33
1931-1932.....	15.277	8.287	23.564	65	35
1932-1933.....	12.149	9.239	21.388	57	43
1933-1934.....	15.855	8.931	24.786	64	36

E' verdade que a percentagem representativa da quota do Brasil, na exportação mundial, baixou

levemente, apresentando uma alta a percentagem relativa aos outros países, feito o confronto entre os algarismos de 1929-1930 com os de 1933-1934. Devemos ter em vista, porém, que, nas duas ultimas safras, os indices nos são muito mais favoraveis do que aos nossos concorrentes, por isso que o coeficiente da nossa exportação, no computo da exportação mundial, subiu de 57 % para 64 %, enquanto o dos nossos concorrentes desceu de 43 % para 36 %.

Em relação ás quotas que fornecemos ao consumo mundial, confrontadas com as dos concorrentes, as estatisticas apuradas são as seguintes:

CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

EM MILHARES DE SACAS

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	
				DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES
				%	%
1929-1930.....	15.232	8.322	23.554	65	35
1930-1931.....	16.546	8.545	25.091	66	34
1931-1932.....	15.589	8.134	23.723	66	34
1932-1933.....	13.356	9.492	22.848	58	42
1933-1934.....	16.062	8.389	24.451	66	34

O Brasil forneceu ao consumo mundial, em 1933-1934, 2.706.000 sacas de café, a mais do que em 1932-

1933; os outros países forneceram 1.103.000 sacas a menos. A nossa quota subiu de 58 % a 66 %; a dos outros países desceu de 42 % para 34 %. Tendo-se em vista o movimento daquele consumo, no periodo de 1929-1930 a 1933-1934, vê-se que o Brasil forneceu, em 1933-1934, comparado com 1929-1930, 830.000 sacas a mais, e os outros países apenas 67.000 sacas a mais. A nossa quota, no consumo mundial, se elevou, portanto, de 65 % a 66 %, enquanto a dos outros países declinou de 35 % para 34 %.

Os numeros-indices seguintes definem precisamente a posição da exportação do café brasileiro na exportação mundial, bem como a nossa posição no consumo mundial, em confronto com os países concorrentes:

NUMEROS-INDICES DA EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

(BASE: MÉDIA DAS SAFRAS 1923-1924 A 1927-1928 = 100)

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL
1929-1930.....	104	116	108
1930-1931.....	121	121	121
1931-1932.....	105	116	109
1932-1933.....	84	129	99
1933-1934.....	109	125	115

NUMEROS-INDICES DO CONSUMO MUNDIAL DE CAFÉ

(BASE DE 1923-1924 A 1927-1928 = 100)

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL
1929-1930.....	103	117	108
1930-1931.....	112	120	115
1931-1932.....	106	115	109
1932-1933.....	91	134	105
1933-1934.....	109	118	112

Em face do movimento das cinco safras examinadas, verifica-se que subsiste sensível diferença entre as cifras da produção e do consumo mundiais. Este não chegou a atingir, em relação á ultima colheita, a 25 milhões de sacas, nível registado apenas em 1930-1931, ao passo que a produção, demonstrada no quadro subsequente, excede do nível de 40 milhões de sacas:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

EM MILHARES DE SACAS

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL	PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL	
				DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES
				%	%
1929-1930.....	29.074	11.058	40.132	72	28
1930-1931.....	16.552	11.306	27.858	59	41
1931-1932.....	27.933	10.575	38.508	73	27
1932-1933.....	16.500	11.643	28.143	59	41
1933-1934.....	29.880	10.405	40.285	74	26

Expressa em numeros-indices, assim está representada a produção mundial:

NUMEROS-INDICES DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

(BASE: MÉDIA DAS SAFRAS DE 1923-1924 A 1927-1928 = 100)

SAFRAS	DO BRASIL	DE OUTROS PAÍSES	TOTAL
1929-1930.....	168	131	156
1930-1931.....	96	133	108
1931-1932.....	161	125	149
1932-1933.....	95	137	109
1933-1934.....	173	123	156

Fica assim definida a nossa situação em face das exigencias do mercado mundial de café.

O equilibrio estatístico conseguido pela ação que o Governo vem desenvolvendo desde 1931, através do Conselho Nacional do Café e, posteriormente, do Departamento Nacional do Café, precisa, pois, ser defendido, para evitar que de novo se rompa com grave dano para a economia do país.

O reajustamento poderá, entretanto, operar-se em periodo relativamente curto, si enveredarmos por uma politica firme de expansão de vendas, de conquista ou ampliação de mercados.

Dispondo o Brasil de reduzidissimo custo de produção, de sólo e clima excepcionais para a cul-

tura cafeeira, bastará persistir em uma orientação economicamente sã, para que se equilibrem as nossas possibilidades de exportação com a nossa capacidade de produção.

Recapitularemos, a seguir, o programa executado e os resultados obtidos, de 31 de dezembro de 1930 a 31 de dezembro de 1934.

A 31 de dezembro de 1930 os *stocks* de café retidos no Brasil e os *stocks* dos portos se elevavam a 26.150.000 sacas.

Em 1931, 1932, 1933 e 1934 o Brasil colheu 87.400.000 sacas e exportou 59.390.000 sacas.

Temos, pois, desses dados, a seguinte posição:

Existencia em 31 de dezembro de 1930, inclusive <i>stocks</i> dos portos..	26.150.000	
Colheitas 1931 a 1934.....	87.400.000	113.550.000
	<hr/>	

A deduzir:

Exportado, de 1931 a 1934 (anos civis).....	59.390.000
Excedente.....	<hr/> 54.160.000

Tal seria, a 1º de janeiro do corrente ano, a alarmante situação do café brasileiro, sem a ação desenvolvida pelo Governo Federal, através do Conselho Nacional do Café e do Departamento Nacional do Café: um volumoso *stock* de mais de 54 milhões de sacas de café, de cujo custo de produção não estaria reembolsado o lavrador, e que permaneceria represado nos reguladores e a exercer influencia profundamente perturbadora

de toda a vida nacional. Entretanto, a 31 de dezembro findo, a situação real do café brasileiro era inteiramente outra, mercê de uma posição estatística absolutamente tranquilizadora.

Do excedente previsto de 54.160.000 sacas o Conselho Nacional do Café e o Departamento Nacional do Café haviam retirado definitivamente do mercado 50.147.970 sacas, e o restante se desdobra em duas parcelas: uma que foi absorvida pelo aumento dos *stocks* dos portos e outra que constitue o excedente da safra em curso, apurado até 31 de dezembro findo.

Assim, temos:

Excedente previsto para 31 de dezembro de 1934.....	54.160.000
---	------------

A deduzir:

Comprado pelo Conselho Nacional do Café e Departamento Nacional do Café.....	49.842.457	
Recebido pelo Conselho Nacional do Café e Departamento Nacional do Café sem pagamento.....	305.513	
Aumento dos <i>stocks</i> dos portos, entre 31 de dezembro de 1930 e 31 de dezembro de 1934.....	634.148	50.782.118
Saldo.....		3.377.882

Esse pequeno saldo constitue o excedente da safra em curso, apurado até 31 de dezembro de 1934.

O profundo esforço desenvolvido pelo Governo no sentido da estabilidade da posição do produto, esforço que se exprime numa cifra de

eliminação correspondente a 34.108.220 sacas, em 1934; a existencia de um suprimento mundial maior, no ano passado, do que em todos os outros anos do quinquenio de 1930 a 1934; a necessidade imperiosa de defender a maior fonte da nossa riqueza exportavel, constituem fatores que impõem a continuidade dos rumos traçados e seguidos pela politica federal do café.

A preservação do equilibrio estatístico alcançado não pôde prescindir da ação de uma defesa firme e vigilante.

Não devemos esquecer que, nos dez ultimos anos, enquanto a produção dos nossos concorrentes aumentou de modo consideravel, escoando-se integralmente para os mercados consumidores, a nossa produção cresceu tambem, ficando, no entanto, mais ou menos estacionaria a exportação. Si não fosse a politica de incineração, o Brasil estaria hoje com um *stock* quasi igual ao volume de sua exportação de café em quatro anos.

ALGODÃO

O sensível desenvolvimento apresentado pela produção de algodão constitue um dos indices da melhoria das condições economicas do país. O aumento das safras reflete-se no incremento da respectiva exportação, conforme bem o demonstram as estatísticas.

PRODUÇÃO EM TONELADAS

	EM RAMA
1930.....	95.486
1931.....	112.789
1932.....	76.416
1933.....	151.253
1934.....	283.950

Confrontando-se a produção dos anos de 1930 e 1934, verifica-se que o aumento corresponde ao coeficiente de 197 %. Assim, em face dos dados relativos á safra do ano passado, apresenta-se quasi triplicada a nossa produção algodoeira, no quinquenio examinado. O aumento verificado foi de 188.464 toneladas.

VALOR EM CONTOS DE RÉIS

1930.....	189.624
1931.....	237.807
1932.....	231.108
1933.....	574.761
1934.....	1.079.000

Esses algarismos conduzem a conclusões muito significativas. Em 1930, o algodão em rama constituia, pelo valor, o setimo produto agricola nacional. Figurava depois do café, do milho, do as-sucar, feijão, arroz e farinha de mandioca. No ano passado, coube-lhe o segundo lugar no conjunto

dos generos agricolas que o país produziu. Nos cinco anos examinados, o valor das safras algodoeiras do Brasil cresceu na proporção de 889.376:000\$, ou seja de 469 %.

Convem assinalar que não se trata de um movimento caracterizado por alternativas de altas e baixas. As estatisticas mostram que as colheitas crescem regularmente a partir de 1930. A unica solução de continuidade registada nesse acrescimo deve ser atribuida não ao retrocesso normal das culturas, mas a causas de perturbação geral, pois que ela ocorreu precisamente em 1932, como decorrência do movimento revolucionario que tanto perturbou a vida do país.

E' preciso notar que as industrias nacionais absorvem grande parte de algodão que produzimos. Assim, tendo a safra do produto, em rama, atingido, no ano passado, á cifra de 283.950 toneladas, desse volume apenas 126.548 toneladas se destinaram á exportação, cujo movimento no decurso do quinquenio examinado, foi o seguinte:

	TONELADAS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	VALOR EM LIBRAS 1.000
1930.....	30.416	84.602	1.920
1931.....	20.779	54.189	826
1932.....	515	1.767	25
1933.....	11.693	32.782	369
1934.....	126.548	456.198	4.666

O surto verificado, nos dois ultimos anos, quanto ao valor, vem collocar o algodão em segundo lugar no conjunto de todos os nossos produtos exportaveis. No quinquenio de 1930 a 1934, houve, no volume exportado, o aumento de 96.132 toneladas, ao qual corresponde o de 371.596:000\$ ou de 2.750.000 libras esterlinas.

A cotação média por tonelada, nas duas moedas, tambem melhorou, posto que, em libras esterlinas-ouro, ainda esteja muito longe de atingir o nivel dos preços médios alcançados em 1930.

O desenvolvimento da lavoura algodoeira orienta-se decisivamente no sentido da realização de maiores safras. A do ano agricola de 1934-1935 está calculada em 350.000 toneladas. Existem largas possibilidades á aceitação desse produto nos mercados estrangeiros. O algodão de fibra média está entrando nos mercados britanicos em condições de poder competir com o similar de procedencia norte-americana.

Para assegurar maior incremento á respectiva exportação, procura-se aperfeiçoar cada vez mais a boa apresentação do artigo, estabelecendo-se classificação escrupulosa dos varios tipos, fazendo-se rigorosa seleção das sementes e cuidando-se da uniformidade e resistencia da fibra. Visa-se, assim, garantir ao produto brasileiro condições de limpeza e côr compatíveis com as exigencias dos mercados consumidores externos.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Tornaram-se perfeitamente conhecidas as enormes dificuldades, tanto de ordem interna como externa, que veem entravando o trabalho de reconstrução das finanças publicas. Não fossem essas dificuldades e certamente já teríamos chegado a resultados plenamente satisfatórios.

A situação, entretanto, apresenta indices de franca melhoria, que demonstram uma reação cada vez mais pronunciada e significativa da vitalidade do país contra os perturbadores efeitos da crise que o atingiu, em cheio, ha cinco anos, abalando toda a sua estrutura economica e financeira.

Sempre orientada no sentido do equilibrio orçamentario, a ação do Governo continúa a desenvolver-se com firmeza e segurança.

E' de lamentar que circunstancias imprevistas, traduzidas por acontecimentos anormais, viessem retardar a execução do plano de reconstrução financeira iniciado pelo Governo Provisorio. Cesados os perturbadores efeitos desses acontecimentos, restabelecida a tranquilidade, restituído o país ao trabalho fecundo e á ordem constitucional, a situação financeira tende naturalmente a normalizar-se. As informações que se seguem, completando as anteriormente apresentadas sobre a vida economica do país, confirmam a expectativa promissora do restabelecimento das finanças publicas.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 1934

O decreto n. 24.062, de 29 de março de 1934, orçou a receita para o exercício de 1934-1935 (12 meses) em 2.086.231:000\$ e fixou a despesa para o mesmo período em 2.354.976:019\$, com um *deficit*, portanto, de 268.745:019\$000.

Para cumprimento de disposições da Constituição Federal, foi o exercício reduzido de tres meses, de acôrdo com o decreto n. 12, de 28 de dezembro do ano proximo passado. Assim, a execução do orçamento abrange apenas o período de nove meses ou seja de abril a dezembro.

A receita arrecadada nesse período atingiu á cifra de 1.971.145:573\$200; a despesa orçamentaria paga importou em 1.746.714:989\$700, obtendo-se assim um *superavit* de 224.430:583\$500.

Teve, porém, o Governo de atender, em 1934, a despesas extra-orçamentarias, de carater urgente e inadiavel, além das relativas a compromissos assumidos em exercicios anteriores, sendo a maior parte destas originarias das administrações passadas, dependendo na respectiva liquidação 332.545:495\$500.

Foi computada, tambem, como despesa realizada, a parcela de 19.989:810\$ — de restos a pagar — do que resulta:

Exercício de 1934 (9 meses)	{	Reccita arrecadada.....	1.971.145:573\$200
		Despesa realizada.....	2.099.250:295\$200
		<i>Deficit</i>	<hr/> 128.104:722\$000

Quasi todas as previsões da receita foram excedidas, obtendo-se um excesso de arrecadação de mais de 400.000.000\$, o que demonstra haver sido grandemente proveitosa a ação desenvolvida nesse sentido pelos poderes publicos.

A fiscalização permanentemente exercida em todos os Estados por funcionarios especializados, o controle do movimento diario das operações realizadas pelas estações arrecadadoras, a vigilancia eficiente e sistematizada que se vem praticando em todas as Alfandegas, a racionalização dos metodos determinada por uma legislação apropriada, e a escolha para os cargos de direção de chefes probos e competentes, são os fatores predominantes de tão auspicioso resultado, simples amostra do que ainda se poderá conseguir em materia de arrecadação. A evasão das rendas, pela fraude, pela sonegação e pelo contrabando, vai sendo combatida com o maximo rigor. Eliminado ou reduzido a proporções minimas esse grande mal, a receita se elevará possivelmente de 30 ou 40 % sobre a arrecadada no ultimo exercicio.

Por outro lado, procura o Governo restringir as despesas ao minimo necessario para manutenção dos serviços publicos, evitando, o quanto possivel, assumir novos compromissos ou autorizar gastos adiaveis, de fórmula a acelerar a marcha para o equilibrio orçamentario, condição indispensavel á normalização da nossa vida financeira.

Perduram ainda — é oportuno ressaltar — as consequências do forte desequilíbrio provocado, conforme foi demonstrado já na Mensagem lida em 15 de novembro de 1933, perante a Assembléia Nacional Constituinte, pelas vultosas despesas realizadas para atender ás necessidades imprevistas resultantes das secas do Nordeste e da repressão do movimento revolucionario de 1932.

O *deficit* então apurado se elevou a réis 1.108.877:991\$400, coberto com uma emissão de 400.000:000\$ e de mais tres letras de 200.000:000\$ contra o Banco do Brasil.

Essas responsabilidades vieram afetar o resultado do exercicio de 1933, fazendo-se sentir ainda no de 1934. Como não dispusesse o Tesouro de recursos para a liquidação dos titulos emitidos e dos supri-mentos feitos por antecipação pelo Banco do Brasil, viu-se o Governo na contingencia de apelar para as operações de credito, de que tratam os decretos ns. 22.263, de 28 de dezembro de 1932, e 23.665, de 30 de dezembro de 1933, realizadas tambem por meio de promissoriae descontadas no mesmo estabelecimento.

Ao encerrar-se o exercicio de 1934, o balanço das contas "Receita da União" e "Despesa da União" apresentava um saldo contra o Tesouro de 384.409:241\$, proveniente não só do *deficit* orçamen-tario, como da liquidação de compromissos anteriores, sendo parte dessa diferença coberta com o produto da operação autorizada pelo decreto n. 13, de 31

de dezembro de 1934, no total de 300.000:000\$, e a restante com a importancia de 84.409:241\$, debitada á conta do saldo dos creditos disponiveis.

Foram liquidadas, nesse exercicio, 150.000:000\$ de promissorias emitidas, restando atualmente 650.000:000\$ em titulos, da mesma especie, que deverão ser resgatados no corrente ano e nos de 1936, 1937 e 1938, de acôrdo com os respectivos contratos.

Com esse acervo, resultante de despesas extra-orçamentarias determinadas por circunstancias de momento — manutenção da ordem e calamidade publica — e agravado pelo decrescimo na arrecadação de 1932, de quasi meio milhão de contos de réis, em virtude desse mesmo estado de anormalidade, e da sua repercussão em todos os setores das nossas atividades produtivas — não poderia o Governo operar o milagre de uma restauração financeira completa e imediata. Ainda assim, lhe é dado assegurar, que, no campo da economia e das finançãs, o quadro se apresenta sob os melhores auspicios, como o demonstram as estatisticas e o ultimo balanço relativo á execução do orçamento de 1934.

RESPONSABILIDADES DO TESOIRO

Exposta, em linhas gerais, a execução orçamentaria e a aplicação dos creditos adicionais, cumpre apreciar agora a influencia da cifra consequente da arrecadação das rendas, e seu emprego na posição atual das finançãs publicas.

O resultado do exercício findo, afetando o patrimônio da União, altera conseqüentemente a situação geral do Tesouro, onde afinal e em definitivo se reflete.

Assim, ao encerrar-se o exercício de 1934, feita a incorporação do resultado financeiro já aludido, a situação do Tesouro acusa uma diferença de 653.923:609\$900, entre os débitos exigíveis de 801.504:471\$200, e os créditos disponíveis de 147.580:861\$300.

É de salientar que as cifras devedoras se originam, na sua quasi totalidade, dos adiantamentos feitos pelo Banco do Brasil para fazer face a despesas extraordinárias exigidas pelo movimento revolucionário de 1932, garantia da nossa neutralidade no norte do país, e desconto de promissórias para liquidação de compromissos anteriores, destacando-se, além dessas, apenas a parcela de 97.729:433\$200, para aquisição de ouro, que representa medida de grande alcance para o nosso crédito.

Existem ainda outras responsabilidades do Tesouro, que devem ser postas em relevo, para perfeito conhecimento da situação geral contabilizada pela Contadoria Central da República.

Trata-se dos depósitos de Caixas Econômicas e de outras origens, anteriores e posteriores ao decreto n. 20.393, de 10 de setembro de 1931, num total de 1.184.628:105\$, cuja liquidação se processa, parte (517:031:039\$600) por verba orçamentária e o

restante com os recursos da respectiva conta, aberta no Banco do Brasil, e cujo saldo, embora no momento insuficiente, será reforçado em caso de necessidade, com a transferencia de recursos fornecidos pelas contas dos creditos disponiveis ou pela propria conta "Receita da União", desde que apresente saldo a favor do Tesouro.

Releva notar que, a par desses debitos, dispõe o Tesouro de creditos num total de 1.157.575:514\$800, que se acham vinculados ás suas responsabilidades.

RECURSOS FINANCEIROS

Como se póde verificar, si os encargos que pesam sobre o Tesouro são enormes, os recursos disponiveis para cobrí-los se apresentam bastante limitados.

Cumprе ressaltar que todo esforço que se fizer para economizar será sempre proveitoso e patriótico. O trabalho de reconstrução financeira não depende exclusivamente do Governo. Este desenvolve a sua ação, dentro da esfera das suas atribuições, mas sofre a natural contingencia dos atos emanados do Poder Legislativo, que delimitam essa esfera de ação, e da maior ou menor intensidade dos fatores negativos que resultam das crises e de outros elementos depressivos das atividades produtoras do país.

O orçamento atual acusa um *deficit* de mais de meio milhão de contos de réis, parcela que, adicionada ao montante das responsabilidades referidas, representa soma consideravel e cuja liqui-

dação, evidentemente, não poderá processar-se com os recursos ordinarios da arrecadação.

Neste particular, não ha como fugir a um rigoroso regime de parcimonia nos gastos, dentro das proprias verbas votadas, ativando-se, por outro lado, o aumento das rendas, de modo a eliminar aquela diferença. Todas as providencias que se impunham nesse sentido já foram tomadas e estão sendo cumpridas rigorosamente.

O orçamento para 1936, deve, pois, constituir preocupação maxima e predominante. Na sua elaboração precisa levar-se em conta as dificuldades atuais do Tesouro e os recursos a aplicar.

Frisando esse ponto, não podemos deixar sem reparo a situação, por demais séria, que oferecem os dispositivos constitucionais, relativamente á discriminação das rendas, em virtude dos quais tributações vultosas deixaram de ser atribuidas á União. A delicadeza do assunto obriga a pedir, para o caso, a atenção do Poder Legislativo, certo de que não escaparão ao seu exame e ponderação as providencias a tomar, em face das necessidades inadiaveis das despesas publicas.

DIVIDA EXTERNA

Depois de realizado o *funding* de 1931, a que se vira forçado em virtude da premencia dos compromissos que pesavam sobre o país, o Governo deliberou executar um plano para o cumprimento das

obrigações da nossa dívida externa, dentro do período de abril de 1934 a março de 1938. Esse plano, que consta do decreto n. 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, foi determinado pela impossibilidade em que se encontrava o país para manter as remessas integrais destinadas ao pagamento de juros e amortizações dos empréstimos externos realizados pela União, Estados e Municípios.

São conhecidas as vantagens fundamentais do esquema adotado. Elas podem ser assim resumidas:

1º) O Brasil pagará juros que, embora correspondendo á propria taxa estipulada nos contratos, se ajustam á desvalorização sofrida pelos titulos da nossa dívida externa;

2º) O Brasil obtem dos credores quitação integral, mediante 1 % em vez de 5 %, entregando um *coupon* inteiro;

3º) O serviço geral da dívida, nos quatro anos compreendidos no esquema, equivaleria a 90 milhões de libras esterlinas, ao passo que o pagamento, nos termos desse esquema, se reduz a 33 milhões de esterlinos, resultando daí a vantagem de 57 milhões de esterlinos em beneficio do país, sem aumento do capital nominal da dívida;

4º) As importancias correspondentes aos empréstimos em atraso foram transferidas para o fim do empréstimo.

O esquema acautelou, portanto, os interesses do país, cujas dificuldades de pagamento, agravadas pelo vulto dos compromissos acumulados até 1930, decorrem substancialmente do enorme declínio que golpeou o valor da exportação.

E' a seguinte a posição da dívida externa federal, de conformidade com as moedas em que as mesmas foram contraídas:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Em libras esterlinas

1930.....	99.770.434- 0-0
1931.....	97.758.798- 5-0
1932.....	100.924.728-10-0
1933.....	104.123.539-17-0
1934.....	106.450.746- 8-0

Em dolares

1930.....	147.433.500,00
1931.....	144.672.500,00
1932.....	144.672.500,00
1933.....	159.892.800,00
1934.....	174.197.045,00

Em francos

	Ouro	Papel
1930.....	233.206.250,13	96.657.504,65
1931.....	228.989.500,00	96.181.500,00
1932.....	228.989.500,00	96.181.500,00
1933.....	228.989.500,00	248.586.955,00
1934.....	228.989.500,00	296.736.900,00

Convertida, a uma só moeda, a circulação da dívida externa federal, até 31 de dezembro de

cada ano, a sua posição em libras esterlinas é a seguinte:

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em libras esterlinas

1930.....	140.840.624-17
1931.....	141.629.454-17
1932.....	157.635.792-12
1933.....	159.267.791-10
1934.....	160.840.027-8

O Governo não elevou o total da dívida externa da União, deixando de recorrer a novos empréstimos. Quer pelo *funding* de 1931 como pelo esquema de 5 de fevereiro de 1934, desenvolveu todos os esforços para a normalização do crédito do país, dependente da regularização das nossas relações com os credores externos. Coube-lhe ainda liquidar os compromissos relativos aos atrasados de Haia, efetuando o pagamento, em espécie, da importância de 23.100.788 francos, simultaneamente á emissão de títulos no valor de 136.135.347,17 francos, resgatados na proporção de 31.756.795,06 francos, em 1933, e de 104.378.552,11 francos, em 1934.

A dívida externa federal, no 1º trimestre do corrente ano, feita a conversão de todos os empréstimos em moeda inglesa, equivale a £ 159.689.173.

DÍVIDA INTERNA FUNDADA

A circulação de títulos da dívida interna consolidada atingia, em 1930, á cifra de 2.533.914:300\$, elevando-se, em 1934, a 3.003.001:500\$000. Houve,

por conseguinte, nessa divida a elevação de 469.087:200\$, no decurso do quinquenio referido.

No periodo de novembro de 1930 até dezembro de 1934, foram autorizadas duas emissões de obrigações do Tesouro. A primeira, na importancia de 300.000:000\$, decretada em 19 de novembro de 1930, se destinou a regularizar a situação do Tesouro, perturbada em consequencia dos compromissos prementes que o Governo Provisorio encontrou, devido á anormalidade das condições do país. Dessa emissão restam em circulação 186.589:000\$, tendo sido resgatadas obrigações no valor de 113.336:000\$000.

A segunda emissão, tambem de obrigações do Tesouro, datada de 10 de agosto de 1932, foi autorizada no valor de 400.000:000\$000. Decretou-a o Governo ainda em virtude da anormalidade da vida do país, resultante do movimento revolucionario de 1932.

Assim, a posição da divida interna fundada da União, no quinquenio de 1930 a 1934, é a seguinte:

ANOS	EMISSÃO AUTORIZADA	EMISSÃO REALIZADA	AMORTIZAÇÃO	SALDO EM CIRCULAÇÃO
1930.....	3.090.667 :600\$	2.695.951 :300\$	162.037 :000\$	2.533.914 :300\$
1931.....	3.090.667 :600\$	2.779.746 :000\$	190.037 :000\$	2.589.709 :000\$
1932.....	3.490.548 :000\$	3.317.246 :900\$	301.150 :000\$	3.016.096 :900\$
1933.....	3.505.054 :000\$	3.336.127 :900\$	330.973 :000\$	3.005.154 :900\$
1934.....	3.505.054 :000\$	3.333.990 :500\$	330.989 :000\$	3.003.001 :500\$

NOTA — A diferença para menos de 1934, na emissão realizada, provém de retificação feita no total de apolices não uniformizadas.

A diretriz adotada no sentido do não agravamento das condições do credito publico se reflete lisongeiramente nos indices relativos ás cotações médias dos titulos da divida interna consolidada. Em relação ás diversas especies desses titulos, a sua cotação média, em 1934, comparada com 1933, ou se manteve mais ou menos estavel, com reduzi-dissimas variações para baixo, ou subiu, embora de fôrma pouco sensivel.

Quanto ás obrigações do Tesouro, é uniforme o movimento de melhoria de suas cotações médias, nos dois ultimos anos. Relativamente ás obrigações rodoviarias, regista-se o mesmo lisongeiro movimento com tendencia a melhores niveis.

DIVIDA FLUTUANTE

Constitue preocupação constante do Governo a liquidação da divida flutuante. Era necessario, antes de tudo, apurar o montante dessa divida, afim de ser possivel providenciar sobre os recursos necesarios ao seu pagamento.

Com esse objetivo foi criada, pelo decreto n. 21.584, de 29 de junho de 1932, uma comissão incumbida de apurar a totalidade da divida passiva da União, não consolidada. Essa comissão desobrigou-se da incumbencia que lhe foi cometida, e o Governo expediu o decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, abrindo o credito de 250.000.000\$, destinado á liquidação das dividas constantes da re-

lação organizada nos termos do decreto n. 21.584, de 1932, e estabelecendo normas, afim de que a respectiva liquidação se fizesse em condições convenientes.

Não havendo sido utilizado, em 1933, o credito de 250.000:000\$, devido ao encerramento do exercicio, em 31 de março de 1934, expediu-se o decreto n. 24.079, de 4 de abril desse ano, revigorando o referido credito, mantidas, porém, em todo o seu rigor, as normas relativas ao processamento das contas, cuja liquidação, em 1934, atingiu á importancia de 77.665:751\$017. Pelo decreto n. 1, de 16 de janeiro de 1935, foi revigorado novamente, para o atual exercicio, o saldo do mesmo credito, com o qual continuam a ser pagas as contas já processadas.

Além do pagamento da divida flutuante com os recursos provenientes do credito especial aberto nos termos dos decretos mencionados, o Governo está atendendo aos compromissos oriundos de despesas empenhadas, de depositos antigos e de juros diversos, comissões e corretagens, com a dotação consignada no orçamento de 1935, para esse fim.

Dentro das possibilidades do Tesouro, tem sido pois, envidados todos os esforços para ultimar, no menor prazo possivel, o resgate da divida flutuante.

POLITICA CAMBIAL

Perduraram, em 1934, as mesmas tendencias e restrições comerciais que tanto veem agravando o

desequilíbrio econômico geral. Não se modificou também a situação quanto ao movimento das correntes de capitais a longo prazo, praticamente suspensas desde 1929.

A leve melhoria verificada em nosso comércio exterior não poderia compensar a influência negativa dos demais fatores adversos. É certo que o valor das nossas exportações elevou-se de £ 52.797.122, em 1933, para £ 58.299.346, em 1934, sendo o saldo entre as exportações e as importações de £ 16.361.947. Deve-se, no entanto, esclarecer que 14,2 % desse valor, ou sejam £ 7.535.897, se destinaram a países de moeda bloqueada, sujeita a compensações e a outras restrições semelhantes, dificultando assim a disponibilidade dos saldos.

Os convenios — de 17 de junho de 1933, que regulou a liquidação dos atrasados comerciais americanos, de 29 de junho do mesmo ano, referente aos atrasados europeus, e, ainda, o de 11 de maio de 1934, celebrado com a França, representando uma solução de apreciáveis vantagens, no momento, não impediram, pela permanência e até pela agravamento das circunstâncias adversas, a formação de novos "congelados".

A despeito das dificuldades consideráveis, em que a transferência de fundos importava, o Governo da União reputou questão de honra cumprir, até o extremo das possibilidades, os compromissos assumidos com os nossos credores estrangeiros.

Em obediencia a esse criterio, fizeram-se, no ano de 1934, as seguintes remessas:

DIVIDA ESTADUAL EXTERNA

		LIBRAS
Libras.....	1.249.205-5-8	1.249.205
Dolares.....	5.659.248,40	1.120.531
Francos.....	30.125,00	392
Florins.....	60.346,00	8.086
Libras.....		<u>2.378.214</u>

DIVIDA FEDERAL EXTERNA

		LIBRAS
Libras.....	2.489.506-14-11	2.489.507
Dolares.....	2.467.957,38	488.655
Francos.....	121.391.808,60	1.578.094
Libras.....		<u>4.556.256</u>
Total-Libras.....		6.934.470

Para cumprimento dos acordos que regularam os atrasados comerciais, os quais foram pontualmente atendidos, pagaram-se as importancias seguintes:

	LIBRAS
Convenio europeu.....	842.685
Convenio americano.....	495.036
Convenio francês.....	17.618
Libras.....	<u>1.355.339</u>

Formaram-se, entretanto, novos atrasados de comercio que, si fossem liquidados sem modificarmos a orientação seguida em materia de cambio,

determinariam fatalmente outras dificuldades em futuro proximo.

Deliberou então o Governo promover entendimentos com os países a que nos ligam interesses de ordem financeira e economica, de modo a alterar aquela orientação e a prevenir definitivamente a formação de novos "congelados" de comercio.

Para esse fim, organizou uma missão chefiada pelo proprio Ministro da Fazenda, que foi aos Estados Unidos e á Inglaterra, realizando com exito esses entendimentos, graças aos quais foi modificada a politica cambial pelo decreto de 11 de fevereiro do corrente ano.

Quer nos Estados Unidos, quer na Inglaterra, deixamos perfeitamente esclarecida a opinião quanto á causa das nossas dificuldades — consequencia mais da politica adotada por outros países do que propriamente por culpa nossa. Ajustamos com ambos os países a fórmula de liquidação dos atrasados de comercio, que será feita de modo gradual, dentro das nossas possibilidades de cambio.

O acôrdo realizado com a Inglaterra permite-nos fazer essa liquidação, separando apenas, anualmente, a quantia de £ 1.200.000, com a qual será atendido o serviço das obrigações a serem emitidas. O juro dessas obrigações, constituídas em titulos entregues ao par, será de 4 %, condições, como se vê, perfeitamente vantajosas em qualquer época e sobretudo no atual momento.

SITUAÇÃO BANCARIA

BANCO DO BRASIL

Em conjunto, indicam as estatísticas relativas á vida bancaria do país que a sua melhoria gradativamente se acentua, sobretudo a partir do ano de 1933. Sendo o Banco do Brasil o centro de gravitação da nossa aparelhagem de credito, o seu movimento reflete de modo especial aquela melhoria.

O exame das suas principais contas permite ver que o movimento dos empréstimos atingiu, em 1934, ao mais alto nível registado desde 1930, apresentando um aumento de 134 % em referencia ao ano de 1929, tomado como base. E' o que demonstram os algarismos seguintes:

EMPRESTIMOS

VALOR EM 1.000 CONTOS DE RÉIS — MÉDIAS ANUAIS

1930.....	1.412
1931.....	1.557
1932.....	2.047
1933.....	2.731
1934.....	2.845

De 1930 para 1934, o aumento verificado no movimento dos empréstimos, com que o Banco do Brasil ajudou o surto das atividades produtivas do país, corresponde a 1.433.000:000\$000. Isso equivale a dizer que o aumento verificado na cifra dos empréstimos concedidos pelo nosso maior estabelecimento de credito representa uma quantia maior

do que o total a que atingiram esses empréstimos em 1930.

Relativamente aos depósitos, si ocorreu pequena inflexão no respectivo movimento, em coitejo com 1933, todavia o aumento verificado no confronto com 1930 foi consideravel, conforme abaixo se vê:

DEPOSITOS

VALOR EM 1.000 CONTOS DE RÉIS — MÉDIAS ANUAIS

1930.....	1.426
1931.....	1.144
1932.....	1.885
1933.....	2.920
1934.....	2.875

Assim, o mesmo fenomeno de expansão da atividade bancaria do país se constata no movimento dos depósitos, numa linha ascendente paralela á do movimento dos empréstimos. De 1930 para 1934, ao passo que os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil acusam um aumento de 1.433.000:000\$, cresceram os seus depósitos na razão de 1.449.000:000\$000.

Si examinarmos as cifras relativas ás compensações de cheques efetuadas pelo Banco do Brasil, não menos lisongeiros são os respectivos indices:

COMPENSAÇÃO DE CHEQUES

VALOR EM 1.000 CONTOS DE RÉIS — MÉDIAS ANUAIS

1930.....	1.085
1931.....	1.068
1932.....	1.005
1933.....	1.315
1934.....	1.624

Regista-se aí, entre 1930 e 1934, o aumento de 539.000.000\$ no valor dos cheques compensados durante o quinquenio supra. São sintomas lisongeiros, que, denotando a expansão das atividades do nosso maior estabelecimento de credito, refletem a recuperação geral da economia do país.

COMPRA DO OURO

Nos termos do decreto n. 23.535, de 4 de dezembro de 1933, o Banco do Brasil continúa a dar fiel execução á politica de compra de ouro, firmada pelo Governo. Essa aquisição é feita, de acôrdo com a cotação internacional do metal, por conta e ordem do Tesouro Nacional.

O decreto n. 23.258, de 19 de outubro de 1933, o qual veiu revigorar a legislação anterior sobre o assunto, proibira a exportação de ouro, prata e outros metais preciosos. Era necessario, porém, facilitar o comercio interno desses metais. Ainda mais necessario, porque se tornava imperativo concentrar nas mãos do Governo o ouro existente no país, para, sobre o *stock* assim acumulado, por nosso proprio esforço, sem recorrer ao processo artificial e oneroso de obter ouro por empréstimos, no estrangeiro, preparar gradativamente o lastro que deve servir de garantia ao meio circulante do país.

Esse esforço vai sendo coroado dos melhores resultados. Em 31 de dezembro de 1934, o total do ouro fino de propriedade do Tesouro Nacional

e depositado no Banco do Brasil atingia ás seguintes cifras que exprimem o seu volume e a despesa feita com a sua aquisição:

Gramas.....	6.683.366,200
	Libras, ouro
Convertido á razão de gr. 7.322.381 por libra, ouro, teremos.....	912.731
	Libras, papel
Idem a sh. 141 por onça.....	1.514.893
	Dolares, papel
Idem a \$ 4,93,62 cent. por libra, papel.....	7.477.815
Despesa do Tesouro Nacional em réis, papel, para aquisição daquele ouro.....	96.898:861\$900

Nos dois primeiros meses do corrente ano, o volume do ouro adquirido pelo Banco do Brasil já se elevava a 7.895.417^{gr.},343, apresentando, assim, sobre dezembro de 1934, um aumento de 1.212.051^{gr.},143, correspondendo a despesa global, feita até fevereiro, á cifra de 117.113:262\$000.

Mantida a continuidade de execução, na politica de compra do ouro, o Brasil terá vencido uma das maiores dificuldades enfrentadas no con-cemente á reorganização e saneamento de sua vida monetaria, dependente da existencia de um lastro de cobertura que atinja, na peor das hipoteses, ao minimo imprescindivel, consoante a doutrina e a pratica monetaria de todos os povos.

ACORDOS SOBRE ATRASADOS COMERCIAIS

Estão sendo cumpridos, regularmente, pelo Banco do Brasil os acordos firmados com os cre-dores europeus e americanos para regularização dos

atrasados comerciais. Esses acordos constam de tres convenios: o convenio inglês, o convenio americano e o convenio francês.

A validade do primeiro abrange o periodo compreendido de 1933 a 1939. A importancia total a pagar, nesse periodo, corresponde a £ 5.102.226-10-6. Foram pagos, em 1933 e 1934, £ 1.120.522-4-4 e nos tres primeiros meses de 1935, £ 213.278-7-9, num total, pois, de 1.333.830-12-1. Assim, quanto ao convenio inglês, o restante a pagar equivalia a £ 3.768.395-18-5, até março ultimo.

Relativamente ao convenio americano, a sua duração tem o mesmo prazo do convenio inglês, isto é, vigora de 1933 a 1934. O total a pagar é de \$ 14.582.144,31 e as importancias pagas atingiram a \$ 3.398.240,26, em 1933 e 1934, e a \$ 610.031,13, durante os meses de janeiro a março deste ano, ou seja um total de \$ 4.008.271,39. Restam, portanto, a pagar \$ 10.573.872,92.

O convenio francês abrange o periodo de 1934 a 1940, dentro do qual devem ser efetuados pagamentos no valor de francos 26.258.974,62, tendo sido pagos em 1934, francos 1.314.626,42 e no 1º trimestre do corrente ano, francos 1.100.485,95. Os pagamentos totais já feitos sobem a francos 2.415.112,37, restando a pagar até março ultimo, francos 23.843.862,25.

Reduzidos a uma só moeda, a libra esterlina, os compromissos dos tres convenios, a sua po-

sição no 1º trimestre do corrente ano era a seguinte:

POSIÇÃO DOS CONVENIOS ATÉ MARÇO DE 1935

CONVENIOS	TOTAL A PAGAR DURANTE 1933-1934 — Em libras	IMPORTANCIA PAGA DURANTE 1933-1934 — Em libras	IMPORTANCIA PAGA DURANTE JANEIRO-MARÇO DE 1935 — Em libras	RESTANTE A PAGAR — Em libras
Rothschild.....	5.102.226-10-6	1.120.552-4-4	213.278-7-9	3.768.395-18-5
Americano.....	3.000.439-0-0	699.226-0-0	125.520-0-0	2.175.693- 0-0
Francês.....	351.901-0-0	17.618-0-0	14.748-0-0	319.535- 0-0
Totals....	8.454.566-10-6	1.837.396-4-4	353.546-7-9	6.263-623-18-5

NOTA — A importância de £ 351.901-0-0, relativa ao convenio francês, abrange o período de 1934-1940 e, conseqüentemente, a de £ 17.618-0-0 ao ano de 1934 apenas.

CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCARIA

Criada pelo decreto n. 21.499, de 9 de junho de 1932, com o objetivo de restabelecer a normalidade das operações de credito bancario mediante a mobilização do ativo dos bancos, a Caixa de Mobilização Bancaria começou a funcionar em 1933.

Os bons resultados produzidos por essa instituição se veem fazendo sentir de maneira acentuada, contribuindo decisivamente para que se consolide a vida bancaria nacional, sem abalos que poderiam determinar repercussões ruinosas á segurança do aparelhamento de credito do país. Em fevereiro ultimo, o total dos suprimentos feitos por intermedio do Banco do Brasil aos estabelecimentos bancarios, que recorreram á Caixa de Mobilização Bancaria,

atingia á cifra de 45.676:526\$, tendo alcançado o limite maximo de 59.593:643\$330, no 1º semestre de 1933. As garantias recebidas equivalem ao total de 70.524:482\$360.

A Caixa de Mobilização Bancaria iniciou as suas operações em momento delicado da vida do país, achando-se, então, os bancos sob a expectativa de perturbações que exigiam cuidados governamentais capazes de livrá-los de contingencias ameaçadoras. A melhoria da situação bancaria nacional e o restabelecimento da confiança nos institutos de credito, que operam no país, constituem fatos irrecusaveis. O aumento dos emprestimos e dos depositos, conforme o demonstram as estatisticas, reflete o advento de uma fase de normalização das atividades produtivas, em todos os setores da vida do país.

MOVIMENTO BANCARIO NACIONAL

No ultimo quinquenio, o movimento bancario nacional apresentou os seguintes resultados:

	EMPRESTIMOS	DEPOSITOS
1930.....	5.961.052	5.731.159
1931.....	5.892.894	5.961.742
1932.....	6.697.471	6.843.378
1933.....	6.879.766	6.344.366
1934.....	7.406.436	7.418.824

Os algarismos acima demonstram que, de 1930 para 1934, o movimento dos emprestimos concedidos, por todos os bancos que funcionam no país, cresceu

na proporção de 1.445.384:000\$000. Por sua vez, o aumento verificado nos depósitos, corresponde a 1.687.665:000\$000. Quanto aos empréstimos, os números-índices relativos a esses aumentos, tomado como base o ano de 1928, denotam que o nível mais alto, que é o de 131, se regista precisamente em dezembro de 1934, contra o de 106, no mesmo mês de 1930. Relativamente aos depósitos, também em dezembro de 1934 se registou o índice mais elevado no quinquênio referido. Em relação ao ano — base de 1928, o índice do movimento dos depósitos foi de 100, em dezembro de 1930, elevando-se para 131, no mesmo mês do ano passado, acusando, assim, uma expansão sobretudo sensível.

SERVIÇOS FAZENDARIOS

Não seria possível dar execução a nenhum programa de ordem económica e financeira, com eficiência e perfeita regularidade, sem aparelhamento adequado, sem organização de serviços tecnicamente orientada, e legislação disposta, segundo as exigências decorrentes da natural evolução desse importante ramo da administração pública.

O Governo não se descurou desse relevante problema e pôde assegurar que, atualmente, quasi todos os serviços fazendarios estão sendo executados com regular proficiência, reformados e reorganizados,

que foram, para melhor atender ás necessidades impostas pelas atuais condições do país.

A reorganização dos serviços da administração geral da Fazenda Nacional era necessidade inadiável.

A idéia de racionalização dos trabalhos, dentro de um sistema capaz de dar o maximo de eficiencia ao aparelho fazendario, com melhor distribuição dos serviços, está agora concretizada no decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, cuja execução se vai processando com a mais perfeita regularidade.

Dentro dessa nova organização, o titular da pasta da Fazenda, sem perder o controle geral de todos os negocios publicos a seu cargo, fica em situação de bem orientar e dirigir as finanças nacionais, o que antes lhe era assaz difficil, ante o vulto da materia administrativa sujeita então ao seu exame e deliberação.

Com a nova divisão dos serviços, centralizados na Diretoria Geral da Fazenda Nacional, a ação do Ministerio se desenvolve num ambiente de perfeita ordem. Por outro lado, a presteza com que vão sendo atendidos os interesses do fisco e os dos particulares, dependentes dos diferentes órgãos que integram a administração geral da Fazenda, além de produzir os resultados já conhecidos para a arrecadação das rendas publicas, mostra o acerto das medidas substanciadas no referido decreto.

Ao mesmo tempo, o Governo fez expedir novo regulamento para execução dos serviços das Co-

letorias Federais, que ha muito estavam a exigir reforma radical. Esse regulamento, baixado com o decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934, dando garantia aos exatores e melhor lhes definindo as atribuições, é orientado no sentido da simplificação dos trabalhos afetos a essas estações, e da revisão dos velhos e ineficazes metodos de fiscalização e controle das operações de receita e despesa que elas centralizam. E' de salientar ainda a exigencia do concurso, para provimento dos cargos de coletores e escrivães, o que virá contribuir de modo sensível para facilitar a tarefa confiada a esses agentes da arrecadação, assegurando-lhes ao mesmo tempo a estabilidade no exercicio da função.

Foram tambem remodelados os serviços das Caixas Economicas Federais, visando não só uniformizar-lhes as operações, como tambem sujeitá-las a uma assistencia mais constante e imediata, por parte do Ministerio da Fazenda. A respectiva regulamentação, feita pelo decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, foi modelada de forma a serem atingidos os verdadeiros fins dessa velha e util instituição.

IMPOSTO DE RENDA

Com as reformas introduzidas no imposto de renda, o Governo procurou depurar o sistema das falhas de que se ressentia. Urge ainda adotar medidas que corrijam outros vicios, apontados pela expe-

riencia, de modo a impedir as evasões prejudiciais ao erario publico e a facultar um controle mais eficiente das declarações de rendimentos. Grandes parcelas de renda continuam a fugir á tributação, seja devido a defeitos do sistema de controle, seja em consequencia das concessões feitas pela propria lei.

As modificações introduzidas pelo Governo Provisorio produziram excelentes resultados, conforme revela o quadro seguinte, relativo á arrecadação em papel:

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

1930.....	52.711:668\$600
1931.....	84.583:879\$300
1932.....	81.476:863\$600
1933.....	119.590:175\$300
1934.....	128.352:360\$200

A receita produzida pelo imposto de renda reflete um movimento ascendente, apenas interrompido ligeiramente em 1932, quando houve uma pequena queda na respectiva arrecadação, consequente ao movimento revolucionario daquele ano. Essa anormalidade, ao mesmo tempo que perturbou a vida economica do país, prejudicou seriamente o lançamento e a cobrança do imposto de renda no Estado de São Paulo, que, depois do Distrito Federal, fornece maior contingente de arrecadação.

De 1930 para 1931 observa-se um aumento sensível nas rendas fornecidas por esse imposto

direto. Excluída a parte-ouro, o mencionado aumento corresponde a 31.872:210\$700. No exercício de 1933, que abrangeu 15 meses, a arrecadação atingiu a 119.590:175\$300, crescendo, em confronto com 1930, na proporção de 66.878:506\$700, quantia superior ao produto de toda a arrecadação do imposto de renda obtida naquele ano. Pela primeira vez, depois de sua criação, a cobrança desse imposto quasi igualou á respectiva previsão. No exercício de 1934, que compreendeu nove meses, a arrecadação ultrapassou a estimativa na razão de 8.352:360\$200. No decurso do quinquenio compreendido de 1930 a 1934, a receita proveniente do imposto de renda denota o crescimento de 75.640:691\$600.

Devemos atribuir tão auspiciosos resultados, em parte, á normalização das condições economicas do país, refletida na melhoria dos indices do movimento bancario e da produção, e, em parte, a uma melhor adaptação desse sistema de tributação. Aboliu-se o abatimento de 50 % de que gozavam os contribuintes; estabeleceu-se a taxa proporcional de 6 % sobre os rendimentos oriundos do capital imobiliario, até então submetidos apenas ao imposto complementar progressivo; criou-se a taxa de 8 % para a tributação dos rendimentos pertencentes a residentes no estrangeiro. De par com isso, a elevação, que tambem se fez, do minimo de subsistencia a 10:000\$, embora tivesse por efeito a

exclusão de muitos contribuintes, outrora sujeitos á ação do imposto, não repercutiu, todavia, na arrecadação.

Pela sua propria natureza, o sistema do imposto de renda não comporta grandes exclusões de classes ou de rendimentos. Incompatíveis com a sua índole, essas exclusões a desvirtuam, tornando o sistema contrario aos proprios interesses do país.

E' oportuno pedir novamente a esclarecida atenção do Poder Legislativo para as perspectivas desfavoraveis que se abrem á União, no tocante á arrecadação desse imposto, tendo em vista que a divisão tributaria determinada pela Constituição Federal, para vigorar no exercicio de 1936, poderá estabelecer solução de continuidade no crescimento dos recursos que o Tesouro vem percebendo daquela fonte, em beneficio da situação orçamentaria do país.

RENDAS ADUANEIRAS

Em 5 de junho de 1934, decretou o Governo a reforma das Tarifas das Alfandegas, tendo sido anteriormente extinto o regime da arrecadação dos direitos aduaneiros, parte em ouro, parte em papel. Pela primeira vez na Republica, foi adotada uma remodelação integral das pautas das alfandegas, as quais remontavam a uma lei de 1900, retocadas por numerosas alterações parciais. A reforma obedeceu ao principio de uma revisão e modernização

da nomenclatura geral feita com caráter metódico e racional.

Outra feição característica do novo regime tarifário nacional consiste na transformação, em direitos específicos, das taxas *ad-valorem*, subsistindo essas taxas só em casos muito restritos.

A reforma das tarifas não veio perturbar o desenvolvimento das rendas aduaneiras, conforme se pôde constatar, confrontando a arrecadação dos dois últimos exercícios. Apesar da crise econômica mundial, cujos reflexos tanto se fizeram sentir no volume do intercâmbio comercial do nosso país com as outras nações, as rendas aduaneiras apresentam de 1930 para 1934 o aumento de 247.026:249\$800, conforme se depreende do quadro seguinte:

RENDAS ADUANEIRAS

ANOS	ARRECADAÇÃO
1930.....	815.058:878\$000
1931.....	785.755:165\$000
1932.....	672.113:737\$000
1933.....	967.392:978\$200
1934.....	1.062.085:127\$800

De 1930 para 1932, houve um colapso na arrecadação aduaneira, equivalente a 142.945:141\$000. Devemos ter em vista, porém, que a importação, nesse período, caiu de 1.548.227 toneladas. Por sua vez, regista-se no seu valor o sensível decréscimo de 825.011:000\$, ou de 31.874.214 libras esterlinas.

E' bem elucidativo, como demonstração da

melhoria da arrecadação da renda das alfandegas, melhoria assegurada pelo rigor mantido na defesa dos interesses fiscais do país, o cotejo entre o movimento ascendente daquela arrecadação e os índices do crescimento da importação no quinquenio de 1930 a 1934. Nesse periodo, a importação diminuiu de 911.408 toneladas. Subiu o seu valor na proporção de 159.080:000\$, ao passo que o aumento da arrecadação aduaneira foi muito maior, excedendo de 247.026:000\$000. Dentro do quinquenio em exame, o mais baixo nivel das rendas aduaneiras arrecadadas foi registado em 1932, sendo tambem enorme, nesse ano, a queda do movimento importador do país, comparadamente com 1930.

O seguinte quadro comparativo da receita produzida pelas alfandegas, num periodo que marca o inicio de execução da nova pauta, demonstra que a reforma das tarifas, tambem sob o ponto de vista fiscal, tem sido benefica aos interesses do país:

QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DAS RENDAS ADUANEIRAS NA VIGENCIA DA ANTIGA E NOVA TARIFAS, DENTRO DO MESMO PERIODO

MESES	ANTIGA TARIFA 1933	NOVA TARIFA 1934	DIFERENÇAS
Setembro.....	72.098 :653\$000	78.132 :653\$000	6.034 :000\$000
Outubro.....	78.814 :611\$000	90.164 :427\$000	11.349 :816\$000
Novembro.....	66.957 :884\$000	92.600 :872\$000	25.642 :988\$000
Dezembro.....	100.630 :526\$000	95.174 :552\$000	5.455 :974\$000
Totais.....	318.501 :674\$000	356.072 :504\$000	37.570 :830\$000

No período de quatro meses que abrangeu a vigência da nova tarifa, em 1934, a média das rendas alfandegarias atingiu a 89.018:126\$000. Nos mesmos meses do ano de 1933, isto é, de setembro a dezembro, aquela média foi de 79.625:419\$000. Verificou-se, por conseguinte, no confronto da execução das duas tarifas, um aumento médio de arrecadação equivalente a 9.392:707\$000.

OUTROS SERVIÇOS

CONSELHO FEDERAL DE COMERCIO EXTERIOR

A 20 de junho de 1934 foi assinado o decreto n. 24.429, criando o Conselho Federal de Comercio Exterior.

Publicado esse decreto a 14 de julho imediato, foram feitas as nomeações dos conselheiros, consultores tecnicos e secretarios, realizando-se a instalação do Conselho a 5 de agosto, sob a presidencia do Chefe do Governo.

Criado para coordenar e intensificar o esforço publico e privado, em prol da expansão comercial do Brasil, já promovendo uma exportação maior, já racionalizando essa exportação com a importação e estimulando o consumo dos produtos nacionais, seria prematuro exigir do Conselho, ao fim de cinco meses de existencia, resultados que pudessem dar idéia exata da sua capacidade de ação.

Desde a data da sua instalação até 31 de dezembro, realizaram-se 21 sessões plenarias.

De agosto a dezembro, as tres Camaras em que se divide o Instituto, que são as de Credito e Propaganda, de Produção, Tarifas e Transportes, e de Comercio e Acordos, trabalharam eficazmente, reunindo-se uma vez, pelo menos, por semana, discutindo assuntos que lhes foram entregues para estudo e submetendo os respectivos pareceres ao plenario do Conselho.

Diversos membros do Governo teem comparecido, não só ás sessões do Conselho, como ás reuniões das Camaras, tomando parte na discussão dos assuntos em debate e proveitosamente concorrendo para a respectiva solução.

Dentre os assuntos estudados, debatidos e resolvidos pelo Conselho, podem ser citados os seguintes: plano sobre os creditos bancarios nas relações comerciais do Brasil com o exterior, apresentado na sessão inaugural; as bases do acôrdo financeiro com a Alemanha, que serviram para as negociações posteriores; as medidas de proteção ao algodão, inclusive a respectiva padronização, standardização dos fardos e designação de tecnicos para acompanhar as safras nos mercados estrangeiros; a regulamentação das operações de compra e venda das cambiais pelo Banco do Brasil; as bases para os entendimentos e tratados com a Italia e os Estados Unidos; plano de desenvolvimento da cultura de trigo; meios de proteção ás culturas e aproveitamento industrial do babassú, do coqueiro e

das fibras em geral; a padronização do café e demais produtos de exportação; a coordenação dos serviços de expansão comercial e propaganda do Brasil dentro e fóra do país; a propaganda do mate, no país e no exterior, principalmente nos Estados Unidos da America; medidas de proteção e amparo á fruticultura em geral e á citricultura em particular; medidas de amparo e proteção á borracha brasileira.

Tem o Conselho em adiantado estudo o importante problema da marinha mercante brasileira, devendo, em breve, sugerir ao Governo o plano para resolvê-lo. Outros problemas, tambem de suma importancia, o da classificação do café e exportação dos cafés baixos, o dos fretes marítimos, o do chamado "algodão sintético", e o projeto de uma lei de *drawback* ocuparam a atenção do Conselho, que chegou, posteriormente, á respectiva solução.

Dos assuntos acima enumerados, varios deles, como o do algodão, do trigo, da fruticultura, da borracha e da padronização do café e outros produtos, foram encaminhados aos Ministerios da Agricultura ou do Trabalho, Industria e Comercio, para a adoção das providencias indicadas, de ordem administrativa cu da alçada do Poder Legislativo.

A nomeação, em cada Estado, de uma Comissão de Propaganda e Expansão Comercial, veiu

facilitar ao Conselho Federal a sua ação eficiente em todos os pontos do país.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DOS ESTADOS

A apuração definitiva dos balanços orçamentários dos Estados, relativamente aos exercícios de 1931 a 1933, exceto o de 1933 — quanto a São Paulo, ainda sujeito a retificações, permite demonstrar o êxito que coroou os esforços feitos pelo Governo, no sentido da reorganização financeira das unidades federativas. É o que ressalta do quadro seguinte:

RECEITA E DESPESA DOS ESTADOS

1930 — 1934

EM CONTOS DE RÉIS

	RECEITA ARRE- CADADA	DESPESA PAGA	"DEFICIT"
1930.....	1.016.083	1.484.173	468.090
1931.....	1.153.496	1.453.463	299.967
1932.....	1.142.732	1.456.772	314.040
1933.....	1.057.138	1.180.366	123.228
1934.....	1.341.694	1.371.600	29.906

Os dados relativos a 1934 referem-se aos orçamentos aprovados.

Mostram os algarismos acima que, apesar da depressão económica, a receita arrecadada não diminuiu em 1933, comparada com 1930. Ao contrario, elevou-se na proporção de 41.055:000\$, fato tanto

mais merecedor de realce, quando é sabido que o valor da produção agrícola diminuiu de cerca de 342.972:000\$, no decurso daqueles quatro anos.

A estimativa da receita dos Estados, para 1934, apresenta o aumento de 325.611:000\$ sobre as rendas arrecadadas em 1930. Só depois de concluído o balanço daquele exercício, será possível formar opinião definitiva sobre a capacidade fiscal das unidades federativas no sentido de corresponder, através da arrecadação das suas receitas, á previsão dessas receitas para o ano passado. Torna-se evidente, porém, que a melhoria dos processos utilizados pela administração pública constituiu fator decisivo para o restabelecimento das finanças dos Estados.

A eficiência das administrações estaduais ainda se revela pela observância de uma diretriz de compressão dos gastos públicos. Pondo de lado, neste confronto, os algarismos referentes a 1934, que representam estimativas orçamentarias, não refletindo, portanto, a receita arrecadada nem a despesa paga no exercício, nota-se que, de 1930 para 1933, o valor global dos dispendios feitos pelos Estados baixou na proporção de 303.807:000\$000. Assim, no decurso desses quatro anos, enquanto a receita estadual cresceu, no seu conjunto, de 3,88%, a despesa paga baixou na relação de 20,46%.

A eficácia da arrecadação, conjugada com a redução das despesas, produziu como consequência o declínio do *deficit* global dos Estados. Esse *deficit*

diminuiu na proporção de 344.862:000\$, no período de 1930 a 1933. Si houver alterações nesse resultado total, devido ao fato de se achar sujeito a retificação o balanço orçamentario de São Paulo, relativo ao exercício de 1933, elas não serão de molde a anular o sentido das conclusões acima formuladas.

O *deficit* orçamentario dos Estados vem decrescendo a partir de 1931, excetuado, todavia, o ano de 1932, em consequencia do movimento revolucionario. Si compararmos a receita arrecadada pelos Estados, em 1930, com as rendas previstas para o ultimo exercício, ressalta um aumento de 325.611:000\$000. Por sua vez, a despesa orçada para 1934, em cotejo com a despesa paga em 1930, denota a diminuição de 112.573:000\$000. A previsão do *deficit* corresponde em 1934 a 29.906:000\$000. Assim, o *deficit* previsto, no exercício passado, representa apenas 6,38 % do *deficit* apurado em 1930. Noutros termos, si na execução dos orçamentos estaduais, referentes a 1934, a previsão do desequilibrio se mantiver na cifra de 29.906:000\$, o *deficit* orçamentario global dos Estados terá ficado reduzido na proporção de 93,62 %, acusando a diferença, para menos, de 438.184:000\$000.

A divida externa dos Estados, no período de 1930 a 1934, baixou de £ 37.527.476 para £ 32.805.244; de \$ 157.407.800 para \$ 142.038.300, de 10.145.000 florins para 8.366.000. Manteve-se, po-

rém, quanto á parte em francos, no nivel de frs. 229.089.125. Reduzida, todavia, a uma só moeda, a libra esterlina, de acôrdo com as médias anuais do cambio, a divida externa dos Estados diminuiu de £ 73.066.117 para £ 65.725.654, no periodo de 1930 a 1934.

REAJUSTAMENTO ECONOMICO

A Lei do Reajustamento Economico, com a qual o Governo, a exemplo das medidas congeneres adotadas pelos outros países, procura amparar a lavoura nacional combalida pela crise, vai tendo a sua execução convenientemente encaminhada, mediante estudo cuidadoso e minudente das dividas declaradas.

A Camara de Reajustamento Economico prossegue ativamente no exame e julgamento dos processos submetidos á sua decisão. E' consideravel o numero de processos encaminhados pelo Ministerio da Fazenda áquela Camara.

Até 5 de abril do corrente ano, haviam sido julgados 1.495 processos, correspondentes a declarações de dividas no valor de 177.713:337\$359. As indenizações concedidas equivalem a 40.224:500\$, abrangendo um total de 1.026 processos. O numero de pedidos rejeitados atingiu a 469, na importancia de 87.833:985\$823. Nos processos indenizados foram impugnadas quantias que montam á cifra de 9.012:662\$628.

COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS

O regime de compras de material para os diversos serviços publicos ressentia-se de inumeras falhas, acarretando prejuizos tão consideraveis para o Tesouro, que a sua reforma radical desde logo se impôs ao Governo Provisorio.

Preliminarmente, foram suspensas, pelo decreto n. 19.549, de 30 de dezembro de 1930, até ulterior deliberação, as praxes de concorrência e de contratos, entrando em vigor o sistema rapido e simples da compra direta, por meio de comparação de preços entre as listas fornecidas por vendedores idoneos, sendo o pagamento feito após a requisição da repartição respectiva, para registo posterior no Tribunal de Contas. No caso de ser julgado excessivo o valor de qualquer fornecimento, o Tribunal providenciaria junto ao Ministerio a que estivesse adstrita a repartição correspondente, para ser promovida a responsabilidade do funcionario que o tivesse autorizado.

Mas esse processo tinha ainda o grave inconveniente de ficar sujeito ás compras parceladas. Daí o decreto n. 19.587, de 14 de janeiro de 1931, instituindo a Comissão Central de Compras, em moldes inteiramente diversos dos estabelecidos pelo Codigo de Contabilidade da União, sabido como eram demoradas as suas praxes, o que trazia consideravel aumento de preços aos materiais.

Os resultados vantajosos obtidos pelo sistema ressaltam claramente dos dados relativos ás despesas autorizadas pelos orçamentos de 1931 a 1934, para os diversos Ministerios, excetuando-se o da Guerra, que não está subordinado ao novo regime, em confronto com as verbas efetivamente applicadas, a saber:

ANOS	VERBAS AUTORIZADAS	VERBAS APLICADAS	SALDOS NÃO UTILIZADOS
1931.....	100.637:043\$903	46.264:460\$236	54.372:583\$667
1932.....	148.559:579\$971	118.413:106\$093	30.146:473\$878
1933.....	185.254:577\$500	162.539:631\$800	22.714:945\$700
1934.....	108.025:981\$100	93.380:085\$300	14.645:895\$800
	<u>542.477:182\$474</u>	<u>420.597:283\$429</u>	<u>121.879:899\$045</u>

A diferença registada vem evidenciar que as despesas no regime da centralização das compras passaram a decrescer, correspondendo tanto quanto possível ás verdadeiras necessidades das repartições.

CONCLUSÃO

**SENHORES
CONGRESSISTAS**

Acabo de expôr minuciosamente a situação do país.

Na ordem politica, na ordem economica, na ordem financeira, tudo quanto cabia ao poder publico conhecer foi trazido ao exame dos representantes da Nação.

Posso afirmar-vos, agora, não haver poupado esforços para, na esfera das minhas atribuições, atender aos multiplos e delicados problemas da administração, agindo sempre com o firme proposito de resolvê-los de acôrdo com os altos interesses nacionais.

Para fazermos juizo seguro sobre a nossa situação, para medirmos a capacidade dos recursos de que dispomos, e calcularmos o coeficiente de resistencia dos obstaculos a vencer, precisamos collocar-nos em nivel de observação que nos permita elevar os olhos, do nosso panorama particular para o panorama geral do mundo, na hora, de sombrias

expectativas que vivemos, quando por toda parte ha desassocego, mal estar e inquietação.

Assistimos ao deslocamento de todos os valores consagrados pela civilização. Politicamente, a instabilidade é alarmante. Póde-se dizer que só ha lugar para os chamados regimes de força. Qualquer que seja o principio vitorioso nesses regimes, o certo é que o homem passa a ter a sua liberdade medida e tutelada pelo Estado, cada vez mais autoritario e absorvente. Sob o ponto de vista economico, o espetaculo é tambem desconcertante.

As moedas mais solidas quebram o padrão, e a tendencia á autarquia generaliza-se, procurando cada país bastar-se a si mesmo. Assim, vemos povos industriais esforçando-se pela restauração de sua agricultura, e povos agricolas esforçando-se pela criação de industrias e manufaturas nacionais. O comercio internacional decaiu, e ao livre intercambio sucederam as represalias, as compensações, o regime de quotas, e, enfim, a politica de "comprar a quem nos compra". Volta-se ao comercio de trocas em especie, da época fenicia. Não é preciso dizer mais para dar idéia das enormes dificuldades daí resultantes para os povos em plena expansão economica, que produzem para vender, porque precisam vender mais do que comprar, pois só contam com o saldo da sua balança comercial para atender aos compromissos internacionais.

Enquanto isso acontece, originando paradoxal-

mente a super-produção e o sub-consumo, a limitação ou destruição de produtos, a miseria e a má distribuição da riqueza, em desacôrdo com as necessidades, aumentam os milhões de desocupados que não sabem, não podem e não teem onde ganhar o indispensavel para matar a fome e cobrir o corpo. Os Estados chamam a si a responsabilidade de alimentá-los e vestí-los, e com isso avolumam ainda mais os seus encargos. São assim obrigados a custear dois exercitos igualmente onerosos — o exercito dos armamentos e o exercito dos "sem trabalho". Os orçamentos desses exercitos absorvem cifras astronómicas, e estabelecem nas finanças publicas o regime dos *deficits* em escala crescente e de carater crónico. O mal estar se torna opressivo e o padrão de vida se eleva cada vez mais. Falham as iniciativas, desvaloriza-se o trabalho, retrai-se o credito. A crise se estende e comprime todos os povos num circulo de ferro. Quando parece ceder dentro de determinado setor, é para fazer-se mais intensa noutro, complicando e multiplicando as dificuldades num permanente desafio á inteligencia dos homens que governam e teem nas mãos os destinos dos povos.

Os fenomenos de desequilibrio da vida contemporanea não nos parece que possam ser considerados passageiros, no sentido da volta á normalidade pelo regresso ás antigas condições de existencia social. A crise é a liquidação forçada dos velhos metodos e sistemas. Ha novas exigencias de carater moral, politico

e economico, novas condições de vida, material diverso, em suma, que terá de ser aproveitado noutras formas de organização. Caminhamos possivelmente para um estágio de readaptação ás realidades sociais, em que os interesses das massas predominarão sobre os interesses individuais. Não é facil lobrigar, no emaranhado das forças em luta, o rumo promissor de melhores dias. Tudo indica, entretanto, a necessidade de renovamento e de reconstrução fundamental, traduzida num esforço generalizado para atingir novas fórmulas de equilibrio na ordem politica, social e economica.

Mas, si tudo isso é exato e urgente em relação aos países super-povoados, sem novas fontes de riqueza, não o é quanto ao Brasil. Dispondo de grande capacidade de expansão, de formidaveis reservatórios de materia prima, de vasto territorio por povoar, a nossa situação é felizmente bem diversa.

País em formação, essencialmente plastico, permeavel á ação de influencias estranhas, não podemos deixar de sofrê-las, embora não estejamos sujeitos ao imperio das mesmas circunstancias, nem abalados pela mesma profunda inquietação que perturba as sociedades gastas por uma civilização que atingiu ao mais alto grau de desenvolvimento.

Podemos, pois, sentir-nos relativamente tranquilos diante das perspectivas confrangedoras que o mundo oferece, na hora atual. As nossas dificuldades são minimas em relação aos demais povos.

Internamente, a nossa moeda não se desvalorizou. Temos padrão de vida baixo e o nosso mercado interno, por si só, oferece larga margem ao escoamento da produção nacional. Não nos atormentam as crises sociais, não nos desafia o problema angustioso da desocupação forçada. Só precisamos organizar-nos. Esse é o nosso grande problema — organização econômica, organização cultural, organização política: povoar o nosso território com elementos sadios e uteis, explorar as nossas riquezas, desenvolver as nossas possibilidades, educar o homem para o trabalho, fazê-lo economicamente forte e dar-lhe consciencia do que pôde ser e do que pôde realizar em proveito proprio e da Patria.

Depois de tantos trabalhos afanosos, reintegrado o país na ordem constitucional, e em pleno funcionamento os órgãos do Poder Publico, é fundado esperar que se acentue cada vez mais o restabelecimento das energias nacionais.

O nosso maior esforço deve consistir, pois, em fortalecer o ambiente de tranquilidade, restituindo o país ao ritmo do trabalho fecundo, dentro da ordem e do respeito ás leis.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1935.

Getulio Dornelles Vargas

INDICE

	PAGS.
INTRODUÇÃO.....	3
MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES.....	9
As eleições de 14 de outubro de 1934.....	12
Alistamento Eleitoral.....	14
Realização das Eleições.....	15
Justiça Eleitoral.....	16
Execução de disposições constitucionais.....	17
Codigo do Processo Penal.....	18
Codigo de Processo Civil e Comercial.....	19
Codigo de Organização Judiciaria do Distrito Federal.....	19
Outras comissões.....	20
Sistema penitenciario.....	21
Ordem publica.....	21
Secretaria de Estado.....	22
Imprensa Nacional.....	29
Policia Civil.....	30
Policia Militar.....	31
Corpo de Bombeiros.....	32
Institutos Disciplinares.....	32
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.....	35
Politica continental.....	37
Atividade diplomatica.....	38
Intercambio comercial.....	40

	PAGS.
Demarcação de Fronteiras.....	43
A visita do Presidente da Republica Oriental do Uruguai..	46
A presença do Secretario de Estado da Cidade do Vaticano, no Brasil.....	48
Outros visitantes ilustres.....	48
MINISTERIO DA GUERRA	51
Exercito.....	54
Aparelhamento material.....	54
Ensino e Instrução Militar.....	56
Regiões Militares.....	58
Trabalhos de Engenharia.....	59
Aviação.....	60
Justiça Militar.....	62
Serviço de Saude.....	63
MINISTERIO DA MARINHA.....	67
Estado Maior da Armada.....	70
Esquadra.....	70
Navio Escola "Almirante Saldanha".....	72
Marinha Mercante.....	73
Aviação Naval.....	74
Escola de Guerra Naval e Ensino Naval.....	75
Arsenais.....	75
Serviço de Saude.....	76
MINISTERIO DA EDUCACÃO E SAUDE PUBLICA.....	79
Educação Nacional.....	82
Ensino Superior.....	84
Regime Universitario.....	84
Ensino Secundario.....	85
Ensino Commercial.....	87
Ensino Industrial.....	88
Saude Publica e Assistencia Social.....	89
Defesa Sanitaria da Capital da Republica.....	90
Serviços Sanitarios nos Estados.....	91
Protecção á Maternidade e á Infancia.....	92

	PÁGS.
Assistencia a Psicopatas e Profilaxia Mental	93
Assistencia Hospitalar	95
Serviço de Aguas e Esgotos da Capital da Republica	95
Subvenções	98
MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO.....	99
Organização Sindical.....	101
Representação de Classe.....	104
Duração do Trabalho.....	105
Nacionalização do Trabalho.....	106
Lei de Férias.....	107
Carteiras Profissionais.....	108
Dissídios e Conflitos de Trabalho.....	110
Justiça do Trabalho.....	111
Acidentes do Trabalho	112
Conselho Nacional do Trabalho.....	113
Previdencia Social.....	113
Instituto Nacional de Previdencia.....	118
Conferencia Internacional do Trabalho.....	120
Povoamento e Imigração.....	122
O problema imigratorio em face da Nova Constituição da Republica.....	126
Departamento Nacional da Industria e Comercio.....	128
Instituto Nacional de Tecnologia.....	131
Departamento Nacional da Propriedade Industrial.....	135
Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização	137
Conselho Actuarial	139
Departamento de Estatistica e Publicidade.....	140
MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICA	143
Recursos Financeiros.....	146
Movimento Ferroviario.....	147
Estradas de Rodagens.....	154
Portos, trafego maritimo e navegação.....	158
Obras contra as Secas.....	165
Correios e Telegrafos.....	169
Aeronautica Civil.....	175

	PAGE.
MINISTERIO DA AGRICULTURA.....	181
Economia Agricola e Defesa da Produção.....	186
Produção Animal.....	188
Produção Vegetal.....	191
Produção Mineral.....	206
MINISTERIO DA FAZENDA.....	213
<i>Situação economica</i>	215
Comercio exterior.....	217
Comercio exterior de outros países.....	223
Comercio de cabotagem.....	226
Politica de defesa do café.....	228
Algodão.....	238
<i>Situação financeira</i>	242
Execução do orçamento de 1934.....	243
Responsabilidade do Tesouro.....	246
Recursos financeiros.....	248
Divida externa.....	249
Divida interna fundada.....	252
Divida flutuante.....	254
Politica cambial.....	255
<i>Situação bancaria</i>	259
Banco do Brasil.....	259
Caixa de mobilização bancaria.....	264
Movimento bancario nacional.....	265
<i>Serviços Fazendarios</i>	266
Imposto de Renda.....	268
Rendas aduaneiras.....	271
<i>Outros Serviços</i>	275
Conselho Federal de Comercio Exterior.....	277
Administração e finanças dos Estados.....	280
Reajustamento economico.....	283
Comissão Central de Compras.....	284
<i>Conclusão</i>	287